



Conselho Nacional do Café

RELATÓRIO DE GESTÃO

DE 01 DE JANEIRO A 31 DE JULHO

2025

SUMÁRIO

04 Introdução

05 Mensagem do Presidente

06 Nossos Objetivos

09 Ações institucionais

33 Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé

53 Ações Internacionais

77 Programa Café Produtor de Água

90 Comitês Técnicos

91 Visitas e eventos

113 Conclusão e Resultados

114 Associados

115 Sobre o CNC

EXPEDIENTE

Presidente do Sistema OCB

Márcio Lopes de Freitas

Presidente do CNC

Silas Brasileiro

Coordenador

Carlos Sato

Conselheiros Diretores

- Bento Venturim / Luiz Carlos Bastianello - OCB/ES (alternados)
- Carlos Augusto Rodrigues De Melo - Cooxupé
- Carmem Lucia Chaves de Brito (Ucha) - BSCA
- Carlos Sato - Cocapec
- Glaucio de Castro - Federação dos Cafeicultores do Cerrado Mineiro
- Jacques Fagundes Miari - Cocatrel
- José Marcos Rafael Magalhães - Minasul
- Luciano Ribeiro Machado - Sicoob
- Marco Valério Araújo Brito - Coccamig

Secretária Geral

Márcia Chiarello

Assessoria Técnica

Luiza Mantiça Kreimeier e Marcela Travassos

Consultoria Técnica

Argileu Martins

Redação / Edição / Diagramação

Alexandre Costa e Luiz Fellipe Dias Costa

Comunicação Áudio Visual

Marcelo Lara

Secretária

Vanessa Cristina

Colaboradores

João Paulo Paiva / Juraci Lima

Fotografia

Arquivo CNC, Assessorias de Comunicação - MAPA / Cooperativas, banco de imagens

INTRODUÇÃO

O café é uma das commodities agrícolas mais comercializadas no mundo, desempenhando um papel fundamental na economia brasileira. Segundo o levantamento do Ministério da Agricultura, até o fechamento deste relatório, o café ocupava a quarta colocação no Valor Bruto da Produção (VBP), sendo responsável por R\$ 124.254 bilhões em divisas, gerando 8,8% da receita nacional agropecuária.

No entanto, a produção cafeeira enfrenta desafios significativos relacionados às mudanças climáticas, à instabilidade dos preços, às relações internacionais e às regulamentações externas. Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável do café surge como uma abordagem estratégica e necessária para garantir a viabilidade a longo prazo dessa cadeia produtiva.

O conceito de sustentabilidade no setor cafeeiro envolve práticas agrícolas que conservem os recursos naturais, promovam a equidade social e assegurem a prosperidade econômica dos produtores. Isso inclui, por exemplo, a adoção de técnicas agroecológicas, o manejo responsável dos recursos hídricos, a redução do uso de agrotóxicos, a cafeicultura regenerativa, a certificação de origem e comércio justo, bem como a valorização do trabalho digno e da agricultura familiar.

Promover o desenvolvimento sustentável do café exige a colaboração entre **Cooperativas**, produtores, governos, empresas e consumidores, em articulação com entidades representativas do setor a nível nacional, como o Conselho Nacional do Café (CNC), visando construir um sistema mais resiliente, transparente e ético. Essa transformação é fundamental não apenas para proteger os ecossistemas, mas também para garantir que o café continue sendo uma fonte de renda e identidade cultural para milhões de pessoas ao redor do mundo.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por inúmeros desafios e, ao mesmo tempo, por conquistas significativas para o Conselho Nacional do Café. **A decisão dos nossos Conselheiros Diretores de aprovar o aumento das contribuições representou um marco importante nessa trajetória**, proporcionando adoção de medidas estratégicas essenciais para o fortalecimento institucional, nos fazendo avançar em frentes que, até pouco tempo atrás, eram limitadas pela falta de estrutura e pela restrição de recursos financeiros.

Com esse respaldo, foi possível realizar os ajustes iniciais necessários para ampliar nossa capacidade de atuação, assegurando maior eficiência e alcance. Entre as principais ações viabilizadas, destacam-se: **o fortalecimento da equipe por meio de novos investimentos em recursos humanos, a intensificação da presença e representação internacional do CNC junto a organismos e fóruns estratégicos e a ampliação dos investimentos em comunicação, garantindo maior visibilidade e eficácia na transmissão das demandas e conquistas do setor cafeeiro.**

Essas melhorias refletiram-se diretamente nos resultados obtidos ao longo do semestre, proporcionando avanços concretos na defesa dos interesses das cooperativas e dos cafeicultores brasileiros, e no fortalecimento da imagem do CNC como entidade de referência da produção. **O relatório que ora apresentamos é a comprovação de que, com recursos adequados e gestão eficiente, podemos alcançar resultados cada vez mais expressivos, consolidando nosso papel de liderança no cenário nacional e internacional do café.**

Entretanto, como é de nossa prática, colocamos este material **à apreciação de nossos conselheiros**, para que, com base nos avanços registrados, possamos juntos avaliar os próximos passos e definir, de forma clara e objetiva, **aonde queremos chegar e quais serão as estratégias para continuar elevando o CNC a patamares ainda mais altos.**

NOSSOS OBJETIVOS

Desde 1981, o Conselho Nacional do Café representa oficialmente as cooperativas de insumos, crédito, entidades e associações cafeeiras no Brasil, atuando de forma estratégica como braço operacional da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB. Tem forte atuação junto aos órgãos governamentais, como o Poder Executivo e o Congresso Nacional, além de interagir com diversos segmentos da cadeia produtiva e com organismos internacionais. Com dedicação diária e compromisso institucional, o CNC propõe e participa de ações que impactam diretamente a vida dos produtores, das cooperativas e das associações brasileiras de café.



Missão

Promover a cafeicultura brasileira tornando-a competitiva e sustentável, por meio da defesa das cooperativas, associações e dos cafeicultores, em articulação com toda a cadeia de valor.



Visão

Consolidar uma cafeicultura brasileira competitiva, nacional e internacionalmente, impulsionada por produtores cooperativistas, com atitude empresarial e preparados para crescer diante das constantes transformações da produção e do mercado.



Valores

Credibilidade, Representatividade, Democratização, Resiliência e Integração.

NOSSA ATUAÇÃO EM DEFESA DO COOPERATIVISMO

O Conselho Nacional do Café está diretamente conectado à construção e à articulação de políticas públicas que impactam positivamente toda a cadeia da cafeicultura nacional. Em conjunto com outras entidades, desempenha um papel estratégico na interlocução com o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Fazenda, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), no legislativo junto à Câmara dos Deputados e o Senado Federal, e diversos fóruns executivos e legislativos. Essa atuação assegura que as demandas do setor sejam ouvidas, compreendidas e efetivamente consideradas nos processos decisórios do governo.

Além da presença política, o CNC realiza monitoramento permanente do campo regulatório e atua na defesa dos interesses do setor junto a órgãos como o Mapa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Congresso Nacional. Sua atuação abrange temas sanitários, trabalhistas, ambientais e tributários, proporcionando segurança jurídica e institucional às cooperativas e aos produtores. Participa ainda de instâncias decisivas, como o Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), os Comitês Técnicos da Iniciativa Público-Privada e o Comitê Assessor Externo da Embrapa Café (CAE), garantindo representatividade nas principais deliberações relacionadas ao setor.

No cenário internacional, o CNC assegura a presença e a voz ativa do Brasil em fóruns estratégicos, como a Organização Internacional do Café (OIC), o Fórum Mundial de Produtores de Café, a Aliança Internacional das Mulheres do Café (IWCA) e iniciativas inovadoras como a Plataforma Global do Café (GCP) e o Centro para a Economia Circular no Café (C4CEC). Mantém ainda uma assessoria internacional com atuação junto ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia, acompanhando em tempo real pautas regulatórias que impactam diretamente o setor, como a Regulamentação antidesmatamento - EUDR e a Diretiva de Due Diligence em Sustentabilidade Corporativa (CS3D), além de temas como rastreabilidade, sustentabilidade e comércio justo.

Entre as frentes prioritárias nacionais, destaca-se a gestão técnica e institucional do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), essencial para o financiamento da produção, comercialização, estocagem e recuperação de cafezais.

A atuação institucional do CNC também se destaca nas áreas de pesquisa e inovação. A entidade mantém estreita colaboração com o Consórcio Pesquisa Café e com a Embrapa Café, participando da definição de prioridades, execução de projetos e aplicação de recursos do setor. Isso permite que as cooperativas filiadas tenham acesso direto às inovações e contribuam para o direcionamento das agendas estratégicas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da cafeicultura brasileira.

Além da agenda econômica, o CNC lidera iniciativas voltadas à sustentabilidade, à inovação e à pauta ESG (Ambiental, Social e Governança), alinhando a cafeicultura brasileira às exigências dos mercados globais e aos compromissos ambientais e sociais do país. Em parceria com instituições como a Embrapa (Embrapa Café / Consórcio de Pesquisa Embrapa Café), a InPACTO (Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e infantil), a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a GCP, o CNC contribui para uma produção mais justa, responsável e resiliente.

Os associados do CNC contam com acesso contínuo a informações qualificadas e estratégicas. Por meio de boletins informativos diários, balanços semanais, publicações de artigos no site oficial, redes sociais (Instagram, Youtube, LinkedIn, Facebook) e da Revista Radar Internacional, as cooperativas filiadas recebem atualizações técnicas, institucionais e regulatórias e estudos de mercado que apoiam a tomada de decisão e o alinhamento estratégico, além de terem uma voz mais presente pela união, tamanho e representatividade.

Pertencer ao Conselho Nacional do Café é estar alinhado com um sistema de governança moderno, transparente e comprometido com o crescimento sustentável do setor cafeeiro no Brasil e para o mundo.

AÇÕES INSTITUCIONAIS

O Conselho Nacional do Café é conhecido como “o Guardião do Funcafé” e atua em suas ações institucionais como uma entidade de representação e articulação política do setor cafeeiro brasileiro, especialmente dos interesses da produção vinculada ao cooperativismo.

No Comitê Técnico da Iniciativa Privada do CDPC, o CNC é a voz que busca o equilíbrio entre as cinco representações.

Nossas principais ações envolvem:

- Representação Política e Institucional
- Gestão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé)
- Promoção da Sustentabilidade e Qualidade
- Integração Setorial
- Comunicação e Informação
- Iniciativas Estratégicas e Parcerias
- Gestão Geopolítica

Assembleia Geral Ordinária do CNC ocorre em São Paulo



O Conselho Nacional do Café promoveu, no dia 14 de fevereiro, sua Assembleia Geral Ordinária no escritório de representação da entidade em São Paulo, que fica dentro da sede da Superintendência de Agricultura de São Paulo, tendo esse espaço reservado desde a fundação do Conselho. O encontro reuniu conselheiros diretores, representantes de cooperativas e entidades ligadas ao setor cafeeiro para discutir temas estratégicos para a cafeicultura brasileira. A reunião teve a presença de importantes lideranças, incluindo o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Lopes de Freitas. A OCB desempenha um papel fundamental na defesa e no fortalecimento das cooperativas do país, e o CNC atua como braço operacional da entidade no setor cafeeiro. Durante a reunião também houve a eleição dos conselheiros diretores, presidente e coordenador para a gestão 2025/2026.

Outro destaque do encontro foi a participação da diretora executiva da Organização Internacional do Café (OIC), Vanusia Nogueira, que apresentou um panorama sobre o mercado global e as perspectivas para a cafeicultura no cenário internacional. Também esteve na reunião o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, Guilherme Campos, que abordou políticas públicas voltadas para o setor. O superintendente interino de Agricultura de São Paulo, Fábio Alexandre Paarmann, participou do evento, contribuindo com insights sobre a produção e a economia cafeeira no estado.

Além dos debates estratégicos, a assembleia marcou o lançamento do vídeo institucional do CNC, que reforça a atuação da entidade em prol do setor cafeeiro. Também foi apresentado o relatório de gestão de 2024, destacando as principais ações realizadas ao longo do ano, e a proposição da agenda de 2025, que definiu as diretrizes para o futuro do setor. Durante o evento, foram apreciadas as contas e a gestão da entidade, além da deliberação de outros assuntos de interesse da cafeicultura nacional. O encontro reforçou o compromisso do CNC em atuar de forma integrada com entidades governamentais e cooperativistas para garantir avanços e competitividade ao setor cafeeiro nacional.

Em busca de solução para taxaço de 50% dos EUA, CNC integra comitê governamental



Foto: Júlio César Silva/MDIC

O Conselho Nacional do Café junto com outras entidades representantes da cafeicultura tem participado das reuniões do comitê governamental criado para tratar das tarifas de 50% impostas pelo governo dos Estados Unidos, sob a gestão de Donald Trump, a diversos produtos brasileiros, entre eles o café. As entidades da cafeicultura integram oficialmente as tratativas após posicionamento do CNC em defesa do setor produtivo e cooperativista cafeeiro nacional.

Na reunião com o Vice-Presidente e Ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, além de outros Ministros e representantes de embaixadores, o presidente do CNC, Silas Brasileiro, apresentou os números da cafeicultura brasileira e destacou a preocupação com os impactos internos dessa medida, principalmente com relação ao reflexo social na produção de café brasileiro. “Os Estados Unidos são o maior consumidor dos cafés do Brasil, respondendo por cerca de 33% de nossas exportações. Em 2024, foram aproximadamente 8 milhões de sacas enviadas ao mercado americano. Não é possível realocar esse volume de maneira rápida, o mercado global não absorve assim”, alertou.

Silas defendeu a construção de uma solução baseada no diálogo, no bom senso e na diplomacia. “Essa não deve ser uma questão política, mas sim de comércio, mercado e economia. A decisão não favorece nenhum dos lados”, afirmou.

O CNC seguirá acompanhando os desdobramentos do tema em articulação com os demais representantes da iniciativa privada no Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), reiterando sua defesa incondicional dos interesses da cafeicultura brasileira.

**Assista o vídeo que marca
a presença do CNC em defesa
do café brasileiro:**



CNC se manifesta sobre impacto de tarifas dos EUA



Temos acompanhado atentamente a reação de outros segmentos do agronegócio, especialmente aqueles diretamente impactados, como a cafeicultura brasileira. O recente anúncio de aumento das tarifas por parte do governo americano atinge toda a cadeia produtiva do café no Brasil e impõe custos adicionais ao consumidor norte-americano, com reflexos inflacionários que afetam diretamente o poder de compra da população dos Estados Unidos.

Avaliamos ainda o impacto no cotidiano dos consumidores americanos, que têm no café um hábito consolidado, seja no café da manhã em suas residências, seja ao longo do dia nos escritórios e locais de trabalho. A expectativa é de que esse costume, de tomar várias xícaras de café ao longo do dia, seja mantido.

O governo brasileiro tem se mostrado disposto a negociar, o que consideramos uma saída inteligente e necessária, pois contribui para dar estabilidade e tranquilidade ao mercado nesse momento de incertezas.

O que nos chama atenção é que a taxação do café brasileiro é diferente. Se não for imposta sobre os demais exportadores de café para o mercado americano no mesmo percentual – muito embora sendo nós os maiores – o conjunto de pequenos países produtores poderá sim trazer algumas consequências.

Seguiremos acompanhando de perto as discussões que estão sendo conduzidas pelo governo brasileiro e, em especial, pelo senhor Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, somente após suas conclusões, estaremos prontos para intensificar o trabalho de expansão em novos mercados e outros consumidores já tradicionais, especialmente naqueles com economias sólidas e populações que já apreciam o café brasileiro. Nosso produto, além do sabor reconhecido mundialmente, também cumpre com excelência todos os princípios da sustentabilidade, tanto social quanto ambiental.

Essa é a posição do Conselho Nacional do Café.

Silas Brasileiro
Presidente do Conselho Nacional do Café

Plano Safra e Funcafé: momento de atenção e estratégia para o cafeicultor brasileiro



O Governo Federal anunciou, no dia 1º de julho, o Plano Safra 2025/2026, que disponibiliza R\$ 605,2 bilhões em crédito rural para médios, grandes produtores e agricultura familiar. Serão R\$ 516,2 bilhões para a Agricultura Empresarial e R\$ 89 bilhões para o Pronaf e políticas complementares, como seguro agrícola, compras públicas, assistência técnica e garantia de preços mínimos.

Na Agricultura Empresarial, os recursos tiveram um acréscimo de R\$ 8 bilhões em relação à temporada anterior, com aumento de 1,5% sobre os R\$ 508,5 bilhões liberados em 2024/2025. As taxas de juros das linhas de crédito foram reajustadas, com elevação de até dois pontos percentuais. Para médios produtores, o custeio terá juros de 10% ao ano; para os grandes, a taxa será de 14%. Os financiamentos para investimento terão juros entre 8,5% e 13,5% ao ano. No âmbito da agricultura familiar, o valor destinado supera os R\$ 76 bilhões da safra anterior. Do total anunciado, R\$ 78,2 bilhões são voltados ao Pronaf. Ainda existe indefinição quanto ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, já que o governo pcongelou R\$ 445 milhões até definição de novos mecanismos de aporte.

Representando a iniciativa privada do CDPC, estiveram no evento de lançamento do Plano Safra, os presidentes do CNC e da Abic, Silas Brasileiro e Pavel Cardoso, respectivamente. Na cerimônia, o Ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, ressaltou que além dos recursos disponibilizados pelo Plano, a cafeicultura ainda terá R\$7,187 bilhões oferecidos pelo Funcafé. “A cafeicultura está voltando aos seus tempos áureos no Brasil e no mundo através do recorde de mais de R\$ 7 bilhões investidos pelo Funcafé”, destacou.

Fávaro aproveitou para reiterar a publicação da Portaria nº 811 do Mapa, que marca a inclusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar como um dos representantes do governo no CDPC, ressaltando também a inclusão inédita dos produtores do Pronaf e do Pronamp entre os beneficiários do Funcafé.

O acesso dos pronafianos e pronampianos ao Funcafé, independente de ele já ter acesso ao Plano Safra, amplia as opções de crédito ao produtor de café. Isso serve para estimular os pequenos produtores dessa cultura tão importante, que tem renda no campo, tira as desigualdades e que gera oportunidades”, explicou o Ministro.

Silas Brasileiro elogiou o trabalho do Ministro e de toda a equipe do Mapa no processo de planejamento e execução do Plano Safra 2025/2026. “Temos que destacar o trabalho profícuo e comprometido do Ministro Fávaro, que tem demonstrado sensibilidade, visão estratégica e firmeza na condução das políticas agrícolas do país. Sua atuação tem sido importante para garantir avanços concretos ao setor produtivo, em especial da cafeicultura. Da mesma forma, é preciso reconhecer a competência técnica e o empenho incansável de toda a equipe do Mapa, em especial do Secretário de Política Agrícola, Guilherme Campos, do Secretário-Adjunto, Wilson Vaz de Araújo, que têm se dedicado com seriedade, diálogo e profundo conhecimento do setor para assegurar que os recursos cheguem de forma eficiente aos produtores. Entendemos os inúmeros desafios enfrentados diante do atual cenário econômico, mas com responsabilidade, organização e espírito público, mais uma vez foi possível entregar um Plano Safra robusto, abrangente e histórico para a agropecuária brasileira.”

Análise do CNC

Com o recente anúncio do Plano Safra 2025/2026 e após a publicação das diretrizes pelo CMN, o produtor de café, que neste momento enfrenta a fase crítica de gastos da atual safra, poderá finalmente acessar os recursos do Funcafé. Isso possibilitará a cobertura dos custos com a colheita e o cumprimento dos compromissos assumidos, especialmente aqueles relacionados à compra de insumos. Essa condição permite ao produtor melhor planejamento para aproveitar os momentos mais favoráveis do mercado. A contínua orientação do CNC é de que o cafeicultor disponibilize sua produção de forma gradual para evitar pressões de oferta nos períodos iniciais da comercialização e permitir melhor aproveitamento das oscilações positivas de preço.

As avaliações da safra 2024/2025 indicam produção em torno de 60 milhões de sacas de 60 kg, já divulgado pelo CNC. Esse número reforça um cenário que também é impactado pelo baixo volume dos estoques de passagem — o menor dos últimos anos. Essa realidade tem grande relevância, especialmente quando observamos o corte técnico realizado em 31 de março de cada ano, que norteia as estatísticas oficiais. Outro fator a ser considerado é o comportamento das exportações em 2024. O volume exportado supriu parte importante da demanda dos países importadores, por meio de traders ou pelas próprias redes de cafeterias. Esse suprimento prévio tem levado esses mercados a consumirem seus estoques, aguardando o recebimento das novas safras dos principais países produtores para então retomar o ritmo normal de importações.

Diante de análises climáticas divergentes, cada produtor deve considerar sua realidade e o impacto na lavoura para definir o melhor momento de venda. Apesar das incertezas, o conhecimento prático do cafeicultor é essencial na tomada de decisão. Analistas concordam que os estoques de passagem das últimas quatro safras estão entre os mais baixos da história. Esse cenário exige atenção estratégica dos produtores, que devem buscar melhor posicionamento no mercado. Assim, é possível valorizar a renda e fortalecer a sustentabilidade da produção.

Café brasileiro reforça protagonismo internacional com apoio do Ministério da Agricultura e CNC

O Conselho Nacional do Café reforça o papel estratégico do Brasil no cenário internacional da cafeicultura. Com uma produção que responde por mais de 30% do comércio global de café verde e exportações anuais que ultrapassam 50 milhões de sacas, o país reforça seu papel de líder no fornecimento de um produto de qualidade e sustentabilidade. Nos últimos anos, essa posição ganhou novo fôlego graças a iniciativas de alto impacto lideradas pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, em parceria com o CNC.



Foto: Carlos Silva /Mapa

Ministro da Agricultura do Brasil, Carlos Fávaro, entrega Café do Governo a ministro da agricultura do Irã, Gholamreza Nouri Ghezal

A pedido do ministro Fávaro, o CNC desenvolveu o projeto “Café do Governo”: um blend exclusivo de grãos arábica e conilon, cuidadosamente selecionados pelas cooperativas filiadas ao Conselho. A iniciativa visa apresentar, a cada visita oficial de comitivas internacionais ao gabinete do ministro, uma experiência sensorial única que traduza a diversidade e a excelência da cafeicultura brasileira. Os cafés estão sendo entregues a delegações de embaixadores, chefes de estado e representantes de organismos internacionais, cumprindo o duplo papel de brinde oficial e cartão de visita do agronegócio verde-amarelo.

“Trata-se de um projeto que une tradição e inovação”, afirma Silas Brasileiro, presidente do CNC. “Ao distribuir o ‘Café do Governo’ em encontros diplomáticos e missões comerciais, reafirmamos nossa vocação para a sustentabilidade ambiental, o impacto social positivo nas regiões produtoras e a excelência agronômica de cafés que estão classificados acima dos 80 pontos.”

Visita técnica da OIC promovida pelo CNC fortalece diálogo sobre sustentabilidade na cafeicultura



Em audiência com o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o presidente do CNC tratou dos desafios enfrentados em relação às publicações sobre trabalho análogo à escravidão na cafeicultura brasileira, que prejudicam a imagem do setor. Também comentou sobre a recente contratação, pela Organização Internacional do Café (OIC), da chefe de operações Sra. Hannelore Beerlandt, que possuía uma percepção negativa quanto aos aspectos sociais da cafeicultura no Brasil.

Diante disso, o Ministro sugeriu convidá-la para uma reunião com ele e sua equipe, a fim de esclarecer o esforço realizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Agradecemos a dedicação do Ministro pelas mais de duas horas destinadas a explicar sobre o aprimoramento da legislação e as ações relacionadas ao Pacto sobre Trabalho Decente, o que contribuiu para que Hannelore ficasse convencida e passasse a defender as iniciativas em benefício da produção de café no Brasil.

A visita técnica ao Brasil foi marcada por uma série de encontros estratégicos com autoridades e representantes do setor cafeeiro, buscando evidenciar os esforços do país na promoção da sustentabilidade social, ambiental e econômica da cafeicultura.

Com vasta experiência global e tendo atuado como presidente da Federação Europeia do Café, Hannelore desempenhará um papel fundamental na validação das políticas brasileiras para o setor cafeeiro no mercado consumidor europeu. Sua presença no Brasil permitiu que uma liderança respeitada transmitisse, de maneira direta e baseada em vivências reais, as iniciativas desenvolvidas pelo país. Durante a visita, ela foi acompanhada por Silas Brasileiro, presidente do CNC, pela secretária da entidade, Márcia Chiarello, pelas assessoras técnicas do CNC, Luiza Kreimeier, Marcela Travassos e pela gerente ESG da Cooxupé, Natalia Carr.

Reuniões estratégicas e diálogos institucionais

Hannelore Beerlandt participou de audiências com ministros e representantes do setor público e privado. Na reunião com o Ministro do Trabalho e Emprego, foi destacada a robusta legislação trabalhista brasileira e as ações de fiscalização realizadas para garantir condições dignas aos trabalhadores (as) do campo. Também foram abordadas iniciativas para combater práticas abusivas e promover a transparência na cadeia produtiva.

O Ministro Luiz Marinho destacou a atuação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego no combate ao trabalho análogo à escravidão e ao trabalho infantil no setor cafeeiro, por meio de ações regulares realizadas em diversas regiões do país, evidenciando – na visão da legislação – o que é trabalho análogo ao escravo e o que é de fato seu descumprimento. Isso facilitará a contratação de trabalhadores (as) dentro, especificamente, da classificação feita pelo senhor Ministro, do que é ou não trabalho análogo à escravidão, sendo que algumas das especificações constarão no Pacto pelo trabalho decente na cafeicultura de 2025.

A União Europeia não precisa se preocupar”, afirmou o ministro, ao reafirmar o compromisso do governo brasileiro com a melhoria das relações de trabalho e a redução da precarização na cadeia produtiva do café, especialmente a partir dos avanços promovidos pelo Pacto do Café. “Podem ficar tranquilos que o Brasil está comprometido em acabar com qualquer situação de precarização do trabalho na cadeia do café, garantindo sempre os direitos dos trabalhadores (as), às boas práticas trabalhistas e de proteção ao meio ambiente”, enfatizou, desmistificando a visão que a União Europeia tem sobre a contratação de trabalhadores (as) em nosso país.



Pacto pela adoção de boas práticas trabalhistas na cafeicultura

Firmado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em agosto de 2023, o Pacto do Café tem como objetivo principal fortalecer a cooperação entre o governo, entidades sindicais de empregadores e trabalhadores (as), com foco na melhoria das condições de trabalho na cafeicultura. A iniciativa visa promover o trabalho decente por meio de ações de orientação, campanhas educativas e de comunicação, estimulando o respeito às normas trabalhistas em toda a cadeia produtiva do café.

O presidente do CNC, Silas Brasileiro, destacou o expressivo crescimento da produção cafeeira brasileira, que triplicou nos últimos anos, e reforçou o compromisso do setor com o respeito às normas trabalhistas. “Trabalhamos para que a cadeia produtiva do café assegure os direitos dos trabalhadores (as). Trabalho escravo não é da cultura dos produtores de café”, argumentou, afirmando que é fundamental o setor dialogar com o governo para colocar em prática os acordos do Pacto.

Organização das Cooperativas Brasileiras

Seguindo a agenda programada, Hannelore Beerlandt conheceu a Organização das Cooperativas Brasileiras, da qual o CNC é braço operacional na cafeicultura. A OCB é a entidade máxima de representação do cooperativismo em nosso país, com um papel estratégico no desenvolvimento e na articulação das cooperativas em seus diversos ramos, especialmente no agronegócio.



O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas e a Superintendente Tânia Zanella, apresentaram à Hannelore a estrutura do setor cooperativista cafeeiro, que conta com 97 cooperativas de café, reunindo cerca de 330 mil cafeicultores em todo o Brasil. Essas cooperativas são responsáveis por aproximadamente 65% da produção nacional e 35% das exportações brasileiras de café, oferecendo suporte técnico, acesso a crédito e promovendo práticas sustentáveis. No Brasil, estão ligadas à OCB, 4.509 cooperativas de diversos ramos de atuação, com 23,4 milhões de cooperados e cerca de 550 mil empregos diretos.

Participaram da reunião, além do presidente do CNC, Silas Brasileiro e equipe, Luciano Ribeiro Machado, superintendente comercial de Agronegócios do Sicoob; Raphael Santana, gerente comercial de Agronegócios do Sicoob; e Rodolfo Jordão da Silva Filho, analista técnico da OCB. Discutimos como o cooperativismo fomenta a valorização do café brasileiro, com foco em sustentabilidade, qualidade, rastreabilidade e preservação do solo.



Sicoob

Ainda falando sobre cooperativismo, Hannelore visitou a sede do Sicoob (Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil) que é uma alternativa sustentável ao sistema bancário tradicional, com uma presença estratégica no meio rural, especialmente na cafeicultura.

Ela conheceu como o Sicoob oferece crédito acessível, apoio técnico e valoriza a produção local, contribuindo diretamente para o fortalecimento da cadeia produtiva do café. O banco cooperativo disponibiliza serviços completos, desde contas correntes até linhas de financiamento específicas para cafeicultores, como o Funcafé.

Hannelore foi recebida pelo presidente do Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob, Miguel Ferreira de Oliveira, por Luciano Ribeiro Machado, superintendente comercial de Agronegócios, por Raphael Santana, gerente comercial de Agronegócios e por Gustavo Bastos Soares, supervisor comercial de agronegócios e por membros da equipe da entidade.

O encontro também evidenciou o compromisso do Sicoob com iniciativas de sustentabilidade, como o Programa Nacional Café Produtor de Água, do qual é patrocinador do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) aos produtores que fazem parte do projeto.



Companhia Nacional de Abastecimento

A visita técnica incluiu uma reunião com a Companhia Nacional de Abastecimento, onde foi apresentada para Hannelore as metodologias utilizadas para estimar a safra de café no país. O uso de tecnologia de satélite e entrevistas de campo garantem a precisão dos dados, fundamentais para o planejamento do setor. Foi destacado o investimento do Funcafé no aprimoramento desses levantamentos, reforçando a modernização da cafeicultura brasileira.



Visita à Embrapa e ao consórcio Embrapa Café – transparência e inovação na produção cafeeira

Hannelore destacou que há no mercado europeu a interrogação de como o Brasil aumentou sua oferta de café sem desmatamento.

Foi apresentado a ela que, em 1989, havia 2,984 milhões de hectares plantados. Com o passar dos anos, graças à pesquisa, à ciência e ao conhecimento — aliados ao uso de variedades mais produtivas e ao aprimoramento das técnicas de espaçamento — essa área foi gradualmente reduzida, chegando a 2,226 milhões de hectares em 2025. Desse total, 1,92 milhão de hectares estão em produção e 336,34 mil hectares em formação, os quais entrarão em produção já em 2026. Ainda assim, a produção se manteve equilibrada, atendendo à crescente demanda global.

Nas visitas, ela foi recebida pelo quadro de chefes da Embrapa Café e pela diretora de Administração da Embrapa, Selma Beltrão. Silas Brasileiro falou inicialmente da importância da visita da representante da OIC ao Brasil e à Embrapa, destacando a importância da pesquisa para a cafeicultura brasileira. A Diretora Selma Beltrão também falou da relevância de contar com a autoridade da OIC e do compromisso da Embrapa com a equidade social e equilíbrio ambiental, temas em destaque, sobretudo por ocasião da cúpula da COP 30 na Amazônia, em novembro próximo.



Após a visita na sede da Embrapa Café, a comitiva visitou os campos experimentais com plantas de café arábica e robusta da Embrapa Cerrados, onde Hannelore conheceu de perto como a ciência brasileira contribui para a inovação na cafeicultura. Desde o desenvolvimento de cultivares mais produtivas até práticas sustentáveis de cultivo, a pesquisa tem sido essencial para o fortalecimento da competitividade do café brasileiro no mercado internacional.



O encerramento da visita realizou-se na Fazenda Canaã Café Minelis mostrando a sustentabilidade na prática

A experiência foi concluída com uma visita à Fazenda Canaã Café Minelis, de propriedade de Carlos Coutinho e sua esposa, a senhora Laize, além de seu filho Claudio, referência em cafés especiais e em práticas agrícolas regenerativas. No local, Hannelore Beerlandt acompanhou o processo de produção, desde o cultivo até a pós-colheita, e pôde degustar cafés de alta qualidade que representam a excelência da cafeicultura brasileira. A Fazenda Canaã é um exemplo de como é possível aliar excelência na produção, responsabilidade socioambiental e inovação, colecionando premiações e reconhecimento nacional.

A Ministra Grace Tanno, Chefe da Divisão de Política Agrícola do Ministério das Relações Exteriores (MRE), junto de seu pai, Sr. Tanno, acompanhou a visita à Fazenda Canaã e valorizou ainda mais a vinda de nossa convidada ao Brasil.

“Ao longo da visita, ficou evidente o compromisso do Brasil com a sustentabilidade e a inovação no setor cafeeiro. Os encontros proporcionaram uma compreensão mais aprofundada dos avanços e desafios enfrentados pelo país, permitindo que a imagem do café brasileiro seja fortalecida internacionalmente.

A troca de informações e experiências foi essencial para consolidar um diálogo transparente com o mercado europeu, garantindo que as práticas sustentáveis da produção nacional, em especial as que são promovidas por nossas cooperativas, sejam amplamente reconhecidas”, analisou Silas Brasileiro.

“Agradecemos imensamente à OIC em nome da diretora executiva Vanusia Nogueira pelo apoio na realização dessa importante missão. Com resultados promissores e relações fortalecidas, a visita da Sra. Hannelore Beerlandt marca um novo capítulo na valorização do café brasileiro no cenário global”, finalizou o presidente do CNC.



Setor cafeeiro apresenta propostas para o Pacto do Trabalho Decente em reunião com o Ministro Luiz Marinho



Representantes da cadeia produtiva do café participaram, no dia 19 de maio, de uma audiência com o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho e sua equipe, para discutir o aprimoramento do Pacto sobre o Trabalho Decente na Cafeicultura 2025. A reunião contou com a presença de membros da iniciativa privada que integram o Conselho Deliberativo da Política do Café, entre eles representantes do Conselho Nacional do Café, do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, da Associação Brasileira da Indústria de Café e da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel.

Entre os principais pontos discutidos destacou-se a visita de um representante influente no mercado europeu para conhecimento das estruturas de governo que fazem parte do dia a dia da cafeicultura brasileira. Serão realizadas audiências com Ministros, entidades governamentais e outros representantes da iniciativa privada para esclarecimento ao mercado sobre a sustentabilidade social dos cafés do Brasil.



“O encontro foi pautado por um diálogo franco e propositivo. O Ministro demonstrou sensibilidade às demandas da cafeicultura e grande interesse em ouvir as sugestões do setor, recebendo as propostas apresentadas e se colocando à disposição para discutir os temas. No entanto, deixou claro que não há compromisso em incorporar todas as proposições ao Pacto, mas sim em seguir analisando e debatendo, dentro do possível, as contribuições recebidas. Luiz Marinho designou o Secretário de Inspeção do Trabalho do Mapa, Luiz Felipe Brandão de Melo, para manter o diálogo com o segmento sempre que necessário”, explicou Silas Brasileiro, presidente do CNC.

Outras propostas abordadas incluíram:

- A viabilidade de assinatura de pré-contratos com trabalhadores migrantes de outros estados, com posterior registro em carteira, respeitando o direito de desistência do trabalhador e da trabalhadora rural, sem que isso prejudique o produtor;
- A responsabilização compartilhada entre empregadores e empregados pelo uso dos Equipamentos de Proteção Individual, desde que estes sejam fornecidos em condições adequadas;
- A criação de núcleos intersindicais regionais para tratar coletivamente de casos trabalhistas mais complexos;
- A criação de um mecanismo de transição na chamada “lista suja” do trabalho escravo;
- A possibilidade de auditorias trabalhistas com dupla visita, especialmente em situações de menor gravidade e que não envolvam violação aos direitos fundamentais;
- E a necessidade de uma definição mais clara e objetiva sobre o conceito de trabalho análogo ao escravo, a fim de evitar interpretações equivocadas que possam causar prejuízos injustos à imagem do setor.

Propostas do CNC buscam aprimorar Pacto do Trabalho Decente na cafeicultura



O Conselho Nacional do Café apresentou ao secretário executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Francisco Macena, ao chefe de gabinete do Ministro Luiz Marinho, André Segantin Luiz e ao assessor Fábio Alves, uma série de propostas para o aprimoramento do Pacto do Trabalho Decente na Cafeicultura, cuja nova versão será discutida para 2025. A audiência aconteceu no dia 3 de abril, na sede do MTE. O CNC esteve representado pelo presidente da entidade Silas Brasileiro e pela secretária executiva, Márcia Chiarello. A iniciativa busca fortalecer os avanços obtidos nos últimos anos e garantir maior segurança jurídica tanto para produtores quanto para trabalhadores (as).

Desde a assinatura do primeiro Pacto, em 2023, a formalização da contratação de safristas na cafeicultura vem sendo aprimorada. O compromisso do governo federal, especialmente do ministro Luiz Marinho, permitiu avanços significativos para o setor, assegurando que trabalhadores (as) temporários (as) não percam benefícios sociais ao formalizarem seus contratos. No entanto, desafios ainda persistem, e a edição de 2025 representa uma nova oportunidade para ajustes.

Durante a audiência, o CNC destacou a necessidade de medidas que incentivem a contratação no campo e modernizem a legislação trabalhista. Dados apontam que, sem maior flexibilidade e um trabalho educativo por parte dos auditores fiscais, os cafeicultores tendem a investir mais em mecanização, reduzindo a oferta de emprego no meio rural.

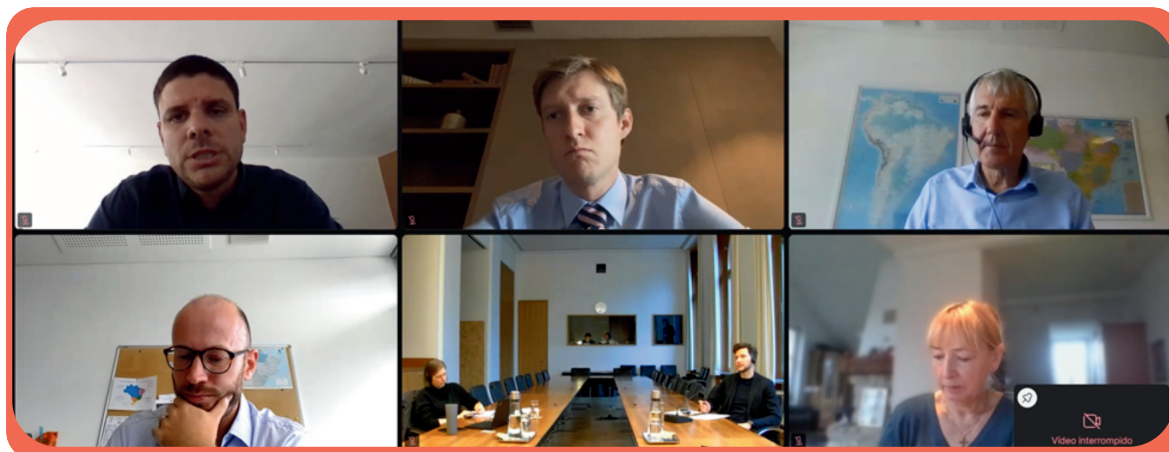
Entre as propostas apresentadas pelo CNC ao MTE estão:

- Dupla visita do auditor fiscal: Em casos de menor gravidade – que não firam a dignidade humana –, permitir uma segunda visita de averiguação das conformidades antes da aplicação de sanções;
- Facilidade na contratação interestadual: Redução da burocracia para admissão de trabalhadores (as) de diferentes estados;
- Responsabilização das duas partes (contratante/contratado) pelo uso do EPI, quando o mesmo for entregue devidamente e em condições plenas de uso;
- Criação de canal de denúncia: Mecanismo para que empregadores possam relatar trabalhadores (as) que se recusam a assinar a carteira por serem beneficiários do Bolsa Família, o que poderia levar à exclusão desses trabalhadores (as) do programa assistencial;
- Normatização do trabalho educativo dos auditores fiscais: Incentivo a abordagens preventivas e educativas nas fiscalizações;
- Criação municipal de Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista: Estrutura voltada à solução extrajudicial de conflitos, envolvendo sindicatos, advogados mediadores e representantes dos produtores, reduzindo a judicialização de disputas trabalhistas.

O CNC ressaltou que o momento atual é favorável para avanços estruturais no setor, destacando o comprometimento do governo com a causa. A entidade reafirmou sua disposição e de suas cooperativas associadas em contribuir com as discussões e colaborar com políticas públicas que promovam o equilíbrio entre a proteção dos trabalhadores (as) e a viabilidade do setor produtivo.

O presidente do CNC, Silas Brasileiro, elogiou o empenho do ministro Luiz Marinho, do secretário executivo Francisco Macena e de toda a equipe do MTE no diálogo constante com o setor cafeeiro. “Reconhecemos e valorizamos a dedicação e o compromisso do ministro e de sua equipe em ouvir as demandas do setor produtivo e buscar soluções que beneficiem tanto os trabalhadores quanto os empregadores. Essa postura construtiva é fundamental para o avanço do setor cafeeiro e para a garantia de condições justas de trabalho no meio rural”, destacou.

Encontro Brasil-Alemanha discute trabalho decente no café



A promoção de condições dignas de trabalho na cafeicultura e a implementação da Lei Alemã de Devida Diligência em Cadeias de Fornecimento foram os temas centrais da reunião virtual realizada nesta segunda-feira. O encontro reuniu representantes dos setores público e privado do Brasil e da Alemanha, reforçando o compromisso com a sustentabilidade social e alinhamento às novas regulamentações europeias, como a Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa (CS3D), que estabelece responsabilidades aos importadores de café.

O encontro contou com a participação de representantes da Embaixada da Alemanha, incluindo Bettina Cadenbach, embaixadora alemã no Brasil, Moritz Pieper, adido de direitos humanos, Manfred Brinkmann, chefe do Departamento Social da Embaixada e Roland Mohr, conselheiro para Agricultura do Ministério da Alimentação e Agricultura da Alemanha (BMEL). Pelo lado brasileiro, estiveram presentes Luiz Henrique Ramos Lopes, auditor fiscal do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de lideranças do setor cafeeiro, como Silas Brasileiro, presidente do Conselho Nacional do Café, Fabrício Andrade, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Silvia Pizzol e Marcos Antônio Matos, ambos do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ).

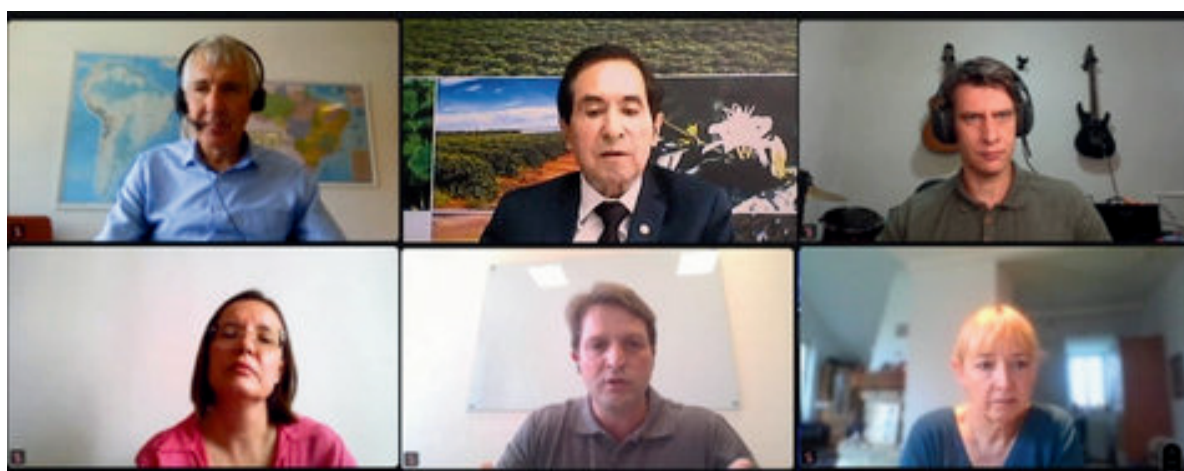
A embaixadora Bettina Cadenbach abriu o evento destacando a importância do café no cotidiano e nas relações comerciais entre Brasil e Alemanha. A moderação da reunião de trabalho ficou a cargo de Moritz Pieper e Manfred Brinkmann. Em seguida, Roland Mohr abordou o papel do café no comércio bilateral.

Compromisso do setor cafeeiro

O Pacto Nacional do Café foi um dos destaques da reunião. Luiz Henrique Ramos Lopes, do MTE, ressaltou que o pacto da cafeicultura, que já abrange outras culturas, tem se mostrado eficaz ao promover boas práticas trabalhistas e integração entre setores público e privado.

No painel sobre o compromisso do setor privado, participaram Silas Brasileiro (CNC), Fabrício Andrade (CNA), Silvia Pizzol e Marcos Antônio Matos (Cecafé).

Silvia Pizzol apresentou dados da cadeia de valor do café, destacando a importância da devida diligência e do monitoramento da plataforma do Cecafé, desenvolvida em parceria com o Serasa Experian. Já Silas Brasileiro enfatizou a atuação conjunta das entidades representativas do CDPC, demonstrando que o café brasileiro é o mais sustentável do mundo. Destacou o fato de que o Brasil conta com 330 mil produtores, sendo 257 mil pequenos cafeicultores, 78% deles com menos de 20 hectares. Onde a cafeicultura está instalada – nos 1983 municípios em 17 estados produtores – são registrados os maiores índices de desenvolvimento humano (IDH), provando, mais uma vez, que o café é social.



O presidente do CNC enfatizou que os direitos trabalhistas no Brasil já garantem proteção e segurança aos trabalhadores e trabalhadoras. Eles abrangem questões como salário mínimo, jornada de trabalho, férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal, licenças maternidade e paternidade, seguro-desemprego, entre outros. Cabe ressaltar que a proteção à saúde do trabalhador também é promovida por um Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o país um dos únicos no mundo a disponibilizar esse serviço de forma pública e gratuita.

Silas finalizou sua apresentação dizendo que as cooperativas brasileiras desempenham papel fundamental no processo de informar produtores (as) e trabalhadores (as) sobre boas práticas trabalhistas, segurança e uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Fabrício Andrade, por sua vez, mencionou as iniciativas do Sistema Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil/Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que promovem treinamentos sobre a Norma Regulamentadora NR31 e condições de trabalho.

Reunião no Ministério do Trabalho discute ações para a cafeicultura com participação do CNC



O presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro, se reuniu com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, no dia 17 de junho, com o objetivo de fortalecer o Pacto sobre Boas Práticas Trabalhistas na Cafeicultura 2025 e ampliar ações conjuntas entre o setor público e o privado.

Estiveram presentes na reunião Luiz Henrique Ramos Lopes, Chefe do Programa Trabalho Sustentável (PTS), Guilherme Candemil, Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da Inspeção do Trabalho (DINT), André Esposito Roston, Coordenador-Geral de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravizador e Tráfico de Pessoas, Karina Ladeira Andrade, Assessora Técnica da Secretaria de Inspeção do Trabalho e Ivonete Pereira Motta, Assessora do Gabinete do Ministro do MTE. Representando o CNC, além do presidente Silas, compareceram Márcia Chiarello, secretária e Alexandre Costa, gestor de comunicação.

Durante o encontro, foram discutidas ações voltadas para aprimorar a comunicação sobre as diferenças entre trabalho análogo ao de escravo e o descumprimento da legislação trabalhista, dar ainda mais ênfase na promoção sobre o trabalho decente na cadeia do café, que tem com foco em boas práticas laborais, responsabilidade social e atendimento às exigências internacionais, especialmente em um contexto de crescente atenção às questões ESG (ambiental, social e de governança). A audiência visou também o alinhamento para ampliação do Pacto sobre Boas Práticas Trabalhistas na Cafeicultura para edição 2025.

O presidente do CNC elogiou os avanços obtidos na gestão do ministro Luiz Marinho, à frente do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente no que se refere à atenção dedicada à cafeicultura brasileira.

“O ministro e sua extraordinária equipe estão se esforçando ao máximo para que possamos construir um elo entre o setor produtivo e o governo federal, no sentido de proporcionar leis, normas e fiscalizações mais próximas à realidade do setor cafeeiro”, destacou Silas.

Debates sobre mão de obra na cafeicultura reúnem Ministério do Trabalho, CNC e parceiros

O Ministério do Trabalho e Emprego tem intensificado suas ações voltadas às questões laborais na cafeicultura, promovendo eventos de conscientização e diálogo sobre a regularização e a adoção de boas práticas na contratação de mão de obra no setor. Essa iniciativa, que integra uma campanha nacional, visa fortalecer a relação entre produtores, trabalhadores (as) e entidades representativas, garantindo um ambiente de trabalho digno e produtivo.

O Conselho Nacional do Café, como membro ativo do Grupo de Trabalho Nacional (GT), tem desempenhado um papel essencial no apoio para a formulação de pactos e diretrizes que asseguram condições justas e equilibradas para todos os envolvidos na cadeia produtiva. A entidade tem atuado como elo entre as cooperativas e os órgãos públicos, contribuindo para o desenvolvimento de medidas que incentivem boas práticas trabalhistas, promovam a valorização dos trabalhadores (as) e garantam segurança jurídica aos cafeicultores.

DIÁLOGOS DO CAMPO

O café movimenta a economia, impulsiona comunidades e sustenta milhares de trabalhadores. Para fortalecer esse setor essencial, convidamos você para o Diálogos do Campo, um encontro que coloca no centro do debate as atividades produtoras e os direitos dos trabalhadores do setor cafeeiro.

DIA: 28 DE MARÇO - SEXTA-FEIRA
HORÁRIO: 10 HORAS
LOCAL: UNIFAL - Auditório Leão de Faria
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700,
Centro, Alfenas

SUPERINTENDÊNCIA DO
TRABALHO E EMPREGO
EM MINAS GERAIS

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**FAEMG
SENAR**

FETAEMG
Federação dos Trabalhadores na Agricultura
do Estado de Minas Gerais
www.fetaemg.org.br

Iniciada rodada de reuniões estratégicas do CNC para fortalecer a marca “Cafés do Brasil”



Convocados pelo CNC, representantes das cooperativas associadas se reuniram no escritório do Conselho em São Paulo com a Design and Bridge para compartilhar suas ideias quanto ao novo plano de marketing dos Cafés do Brasil.

Em 2024, o CDPC – que gerencia o Funcafé – aprovou através do seu Comitê Técnico, a destinação de R\$ 4,5 milhões do Fundo, exclusivamente para ações de marketing e comunicação. O valor foi ratificado pelo Ministro Carlos Fávaro, que preside o CDPC.

Nesse contexto, o CNC reuniu-se no dia 21 de janeiro, em seu escritório de representação em São Paulo, com a agência Design Bridge and Partners, especialista em branding, para discutir diretrizes estratégicas para a promoção da marca “Cafés do Brasil”.

O encontro teve a presença do presidente do CNC, Silas Brasileiro, e da assessora técnica Luiza Mantiça Kreimeier, além de lideranças de diversas cooperativas e associações do setor. Participaram: Saulo Faleiros e José de Alencar (Cocapec), Eliane Cristina Barbosa Cardoso (Coocacer), Régis Damásio Salles (MonteCCer), Ítalo Henrique Pereira Silva (Expocacer), José Marcos Magalhães (Minasul), Marco Valério Brito (Coccamig), Vinícius Estrela (BSCA), Fernando Cerqueira (Coocafé) e Lúcio Caldeira (Cocatrel).

O CNC e suas cooperativas desempenham um papel fundamental no fornecimento de informações estratégicas à agência, contribuindo com insights sobre sustentabilidade, rastreabilidade, boas práticas agrícolas e inovação na cafeicultura. Essas contribuições são essenciais para o desenvolvimento de campanhas que consolidem a presença da marca “Cafés do Brasil” nos mercados nacional e internacional, destacando a qualidade e a produção sustentável do café brasileiro.

Escolha técnica

O Comitê Técnico do CDPC foi responsável pela condução do processo seletivo da agência, analisando seis propostas. A Design Bridge and Partners foi escolhida por sua expertise em cafeicultura e outros critérios técnicos relevantes, além de possuir um portfólio de clientes renomados, como Café Colombiano Juan Valdez, o Sebrae, a Nespresso, entre outros.

Para a estruturação da campanha, a Design Bridge and Partners está ouvindo as principais entidades do setor: a ABIC; a ABICS; o Cecafé; a CNA e o CNC. A coordenação das reuniões e a condução técnica dos temas ficaram sob responsabilidade de grupo de trabalho informal do Comitê Técnico, que elegeu como representante, nesta etapa, Fabrício Andrade, da CNA. O processo conta com a apreciação e participação ativa de todas as entidades envolvidas.



FUNCAFÉ: FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA

O café é a única cultura do agronegócio brasileiro que possui um fundo próprio, constituído com recursos originários do setor produtivo. O Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foi criado pelo Decreto-Lei nº 2.295/86, regulamentado pelo Decreto nº 94.874/87 e ratificado pela Lei nº 9.239/95, como parte do ajuste da política cafeeira frente ao processo de democratização e reforma administrativa do Estado Brasileiro.



Desenvolver a cadeia produtiva do café do Brasil através de financiamentos e incentivos à modernização da cafeicultura (mais produtividade e qualidade) e também a pesquisa cafeeira, para o desenvolvimento de plantas resistentes a pragas, doenças, condições climáticas adversas, buscando aumento de produtividade, com menor custo, mais tecnologia, para sermos competitivos no mercado;



Apoio à indústria e à exportação, para aumento de consumo e conquista de mercados, garantindo compradores para os cafés produzidos nas propriedades rurais;



Promoção do ordenamento da oferta financiamento da estocagem para evitar que os cafeicultores e suas cooperativas tenham que vender café nos períodos em que os preços estão mais aviltados.

Nesses 38 anos de existência do Funcafé, os resultados são evidentes, com crescimento da participação do Brasil no mercado mundial e da receita cambial gerada pelo Fundo. Esse arcabouço financeiro é fundamental para que o café permaneça como esteio de desenvolvimento de 1.983 municípios brasileiros e continue gerando emprego.

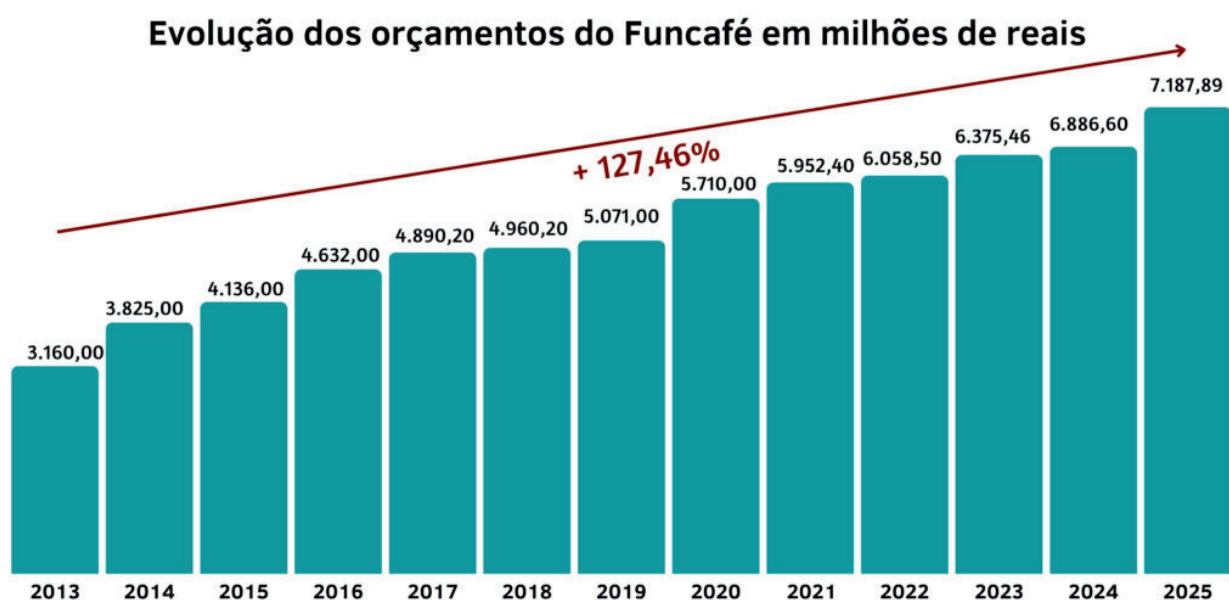
Funcafé: Comitê Técnico do CDPC aprova R\$ 7.187 bilhões para financiamento da safra 2025/2026

No primeiro semestre de 2025, o Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política do Café (CTCDPC) deliberou sobre temas fundamentais para a cafeicultura, entre eles, a definição dos valores e das linhas a serem operadas pelo Funcafé.

Para a safra 2025/2026, o Funcafé contará com **R\$ 7.187.895.867,00 (sete bilhões, cento e oitenta e sete milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais)**. Um aumento de 4,37% em comparação com os valores contratados na safra passada, que foi de R\$6,868 bilhões, um acréscimo de R\$ 301.290.114,00.

A distribuição de valores em cada linha seguiu o rateio total do orçamento na mesma proporção utilizada na safra 2024/2025, ficando os recursos alocados da seguinte forma:

- **Crédito de Custeio:** Até R\$ 1.811.352.156 bilhão para financiar as despesas da produção cafeeira.
- **Crédito de Comercialização:** Até R\$ 2.599.528.017 bilhões para apoiar a comercialização do café.
- **Financiamento para Aquisição de Café (FAC):** Até R\$ 1.686.029.897 bilhão para aquisição de café.
- **Crédito para Capital de Giro:** Até R\$ 1.059.673.293 bilhão destinados às indústrias de café solúvel e de torrefação de café, bem como para cooperativas de produção.
- **Crédito para Recuperação de Cafezais Danificados:** Até R\$ 31.312.505 milhões para recuperação de lavouras afetadas por adversidades climáticas.



Fonte: MAPA / Elaboração: CNC

Por mais um ano, o Comitê Técnico decidiu por direcionar verbas para ações discricionárias do Funcafé, com o objetivo de possibilitar o fomento de capacitação, promoção, levantamento de safras, atualização da área do parque cafeeiro, desenvolvimento do sistema de gestão do Funcafé e investimento em pesquisa. **Foram alocados R\$ 20 milhões. Esses recursos não podem ser contingenciados.**



Pronaf e Pronamp no Funcafé

O Secretário de Política Agrícola do Mapa, Guilherme Campos Neto, participou da reunião e trouxe a informação de que o Governo Federal está em fase final de estruturação para que os cafeicultores participantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) possam acessar os recursos do Funcafé, já na Safra 2025/2026.

Para ele, trata-se de um grande avanço no fomento da cafeicultura para pequenos e médios produtores. No entanto, o secretário deixou claro que as contratações seguirão o rito, linhas e taxas de juros do Funcafé.

Em sua manifestação, o presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro, destacou a relevância do Funcafé para o equilíbrio da cadeia produtiva. “O Funcafé é o principal instrumento de política cafeeira do país. Ele garante segurança e previsibilidade ao setor, promovendo condições para o custeio, comercialização, aquisição, armazenagem, recuperação de lavouras e capital de giro. A atuação firme e técnica do Comitê, somada à competência da equipe do Mapa, à participação da iniciativa privada e ao comprometimento do Governo Federal, demonstra que a política cafeeira do Brasil é construída de forma democrática, eficiente e com foco no produtor”, e reafirmou que o Funcafé estaria aberto para atendimento aos programas do governo Pronaf e Pronamp, em atendimento ao pedido do Secretário Guilherme Campos, dentro das normas de contratação do Fundo.

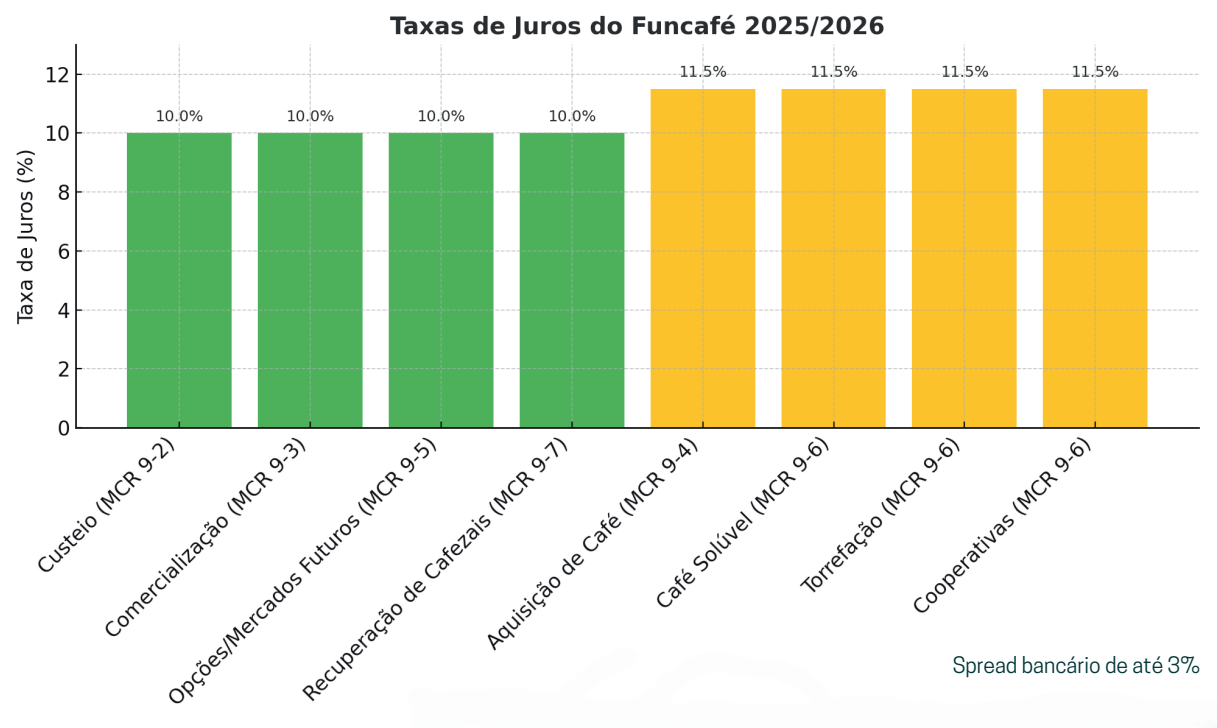
A equipe da Embrapa Café também apresentou um panorama detalhado sobre o andamento dos recursos aplicados em pesquisa, oriundos das ações discricionárias aprovadas no exercício anterior. O chefe-geral, Antônio Guerra, conduziu a explanação, trazendo uma visão ampla dos investimentos realizados, destacando os avanços alcançados, as parcerias estabelecidas e os resultados preliminares que já começam a beneficiar o setor cafeeiro. Sua apresentação reforçou o compromisso da instituição com a inovação, a sustentabilidade e a geração de conhecimento científico voltado ao fortalecimento da cafeicultura nacional.

Em ação conjunta, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e o Conselho Nacional do Café destacaram que apresentarão, em outra oportunidade, um projeto de renovação do parque cafeeiro nacional, com foco especial nos pequenos produtores. As entidades também apontaram que, diante das adversidades climáticas enfrentadas, a renovação das lavouras ocorrerá de forma gradual e sustentável, sendo, para isso, fundamental o acesso a recursos do Funcafé. Essa renovação permitirá a adoção de variedades mais precoces, produtivas e resistentes a pragas, doenças e às condições climáticas extremas — fortalecendo, assim, a competitividade e a resiliência do setor.

CMN aprova R\$ 7,18 bilhões para o Funcafé em 2025

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou no dia 22 de maio o montante de R\$ 7,188 bilhões para o Funcafé na safra 2025/2026. O valor representa um aumento de 4,37% em relação à safra anterior e foi definido após reunião do CTCDCPC.

As taxas de juros e o spread seguem abaixo:



Publicado o resultado final do credenciamento de agentes financeiros do Funcafé 2025/2026

O resultado final da análise das propostas e da documentação recebidas em atendimento ao Edital de Credenciamento nº 002/2025 – UASG 130137 – FUNCAFÉ, selecionou 33 instituições financeiras. A seleção foi conduzida pela Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). O processo contemplou bancos públicos e privados, além de cooperativas centrais de crédito com atuação regional e nacional, o que assegura capilaridade e maior acesso ao crédito por parte dos cafeicultores de diferentes perfis e regiões produtoras.

O Conselho Nacional do Café, como guardião do Funcafé, acompanhou todo o processo com atenção e reafirma seu compromisso com a boa governança, a transparência e a efetiva distribuição dos recursos junto aos produtores, cooperativas e indústrias do setor.

O CNC seguirá monitorando e apoiando o setor cafeeiro para que os valores cheguem com agilidade e eficiência aos beneficiários finais. **Os critérios para a distribuição dos valores foram os mesmos utilizados no orçamento 2024/2025.**

Instituições Financeiras Habilitadas e Valores Contratados (R\$)

- Banco Ribeirão Preto S/A – R\$ 282.040.243,52
- Banco Industrial do Brasil S/A – R\$ 6.000.000,00
- Banco Cooperativo Sicredi S.A. – R\$ 512.114.815,97
- Banco ABC Brasil S.A. – R\$ 238.830.095,17
- Bank of China (Brasil) Banco Múltiplo S/A – R\$ 186.737.862,36
- Banco Cooperativo Sicoob S.A. – R\$ 512.114.815,97
- Banco do Brasil S.A. – R\$ 505.592.426,72
- Banco BMG S.A. – R\$ 175.763.359,21
- Central Sicredi Sul/Sudeste – R\$ 10.000.000,00
- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – R\$ 315.995.266,70
- Banco Fibra S.A. – R\$ 212.987.862,36
- Banco Guanabara S/A – R\$ 30.000.000,00
- Sicoob Central Crediminas – R\$ 482.360.465,99
- Credisis – Central de Cooperativas de Crédito Ltda – R\$ 6.000.000,00
- Banco C6 S.A. – R\$ 8.000.000,00
- Sicoob Central ES – R\$ 379.194.320,07
- Banco Rabobank International Brasil S/A – R\$ 288.064.583,51
- Central Sicredi PR/SP/RJ – R\$ 10.000.000,00
- Sicoob SP – Coop. Central de Crédito do Estado de São Paulo – R\$ 315.995.266,70
- Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo – R\$ 198.830.094,67
- Central Cresol Baser – R\$ 174.893.149,12
- Banco BTG Pactual S.A. – R\$ 216.737.862,36



- Itaú Unibanco S.A. – R\$ 315.995.266,70
- Banco BOCOM BBM S.A. – R\$ 131.428.170,47
- Banco Safra S.A. – R\$ 270.922.327,95
- BRB – Banco de Brasília S.A. – R\$ 45.664.625,33
- Banco Inter S.A. – R\$ 216.993.875,99
- Banco Votorantim S.A. – R\$ 280.922.327,95
- Banco Santander (Brasil) S.A. – R\$ 442.393.373,42
- Banco Bradesco S.A. – R\$ 379.194.320,07
- Banco BNP Paribas Brasil S.A. – R\$ 22.129.088,72
- Sicoob Central Unicoob – R\$ 6.000.000,00
- Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – R\$8.000.000,00

O Conselho ressalta a importância do trabalho técnico realizado pela Equipe de Contratação, designada por meio da Portaria SPA/MAPA nº 111, de 10 de junho de 2025, responsável por garantir a conformidade dos critérios previstos no edital e nos termos de referência. “Cumprimentamos o ministro Carlos Fávaro, o secretário de Política Agrícola, Guilherme Campos, o diretor do Departamento de Política de Financiamento ao Setor Agropecuário, Wilson Vaz de Araújo, o diretor de Comercialização, José Maria dos Anjos e a coordenadora geral do café, Janaína Macedo, além de toda a equipe do departamento do café pelo belo e célere trabalho”, elogiou Silas Brasileiro.

Comitê Técnico do CDPC avança em projeto estratégico de mapeamento do parque cafeeiro com alta resolução



Em reunião extraordinária presidida pelo Diretor do Departamento de Comercialização do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), José Maria dos Anjos, realizada no dia 19 de maio, o Comitê Técnico do Conselho Deliberativo da Política do Café reuniu representantes do setor público e privado para discutir o andamento do projeto de Mapeamento do Parque Cafeeiro do Brasil.

O encontro, realizado na sede do Mapa, em Brasília, contou com a presença de Silvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da Companhia Nacional de Abastecimento, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de membros das entidades privadas que compõem o Comitê Técnico, como o CNC, a CNA, o Cecafé, a Abic e a Abics.

A reunião teve como principal objetivo apresentar o projeto, conduzido pela Conab em parceria com o CT-Modelagem da UFMG, para mapeamento do parque cafeeiro nacional. A proposta utiliza tecnologias avançadas de sensoriamento remoto e inteligência artificial para atualizar os mapas das áreas cafeeiras do Brasil, com alta precisão. O projeto também prevê a criação de uma plataforma geoespacial pública e gratuita, o que reforça o compromisso com a transparência e o acesso democrático à informação.

Durante a apresentação, Silvio Porto, diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, destacou a importância estratégica da iniciativa, especialmente frente às exigências da nova regulamentação da União Europeia, que impõe rastreabilidade e conformidade socioambiental para produtos agrícolas exportados. Já a professora Sônia Carvalho Ribeiro, representante do comitê técnico da UFMG, detalhou as metodologias aplicadas, o cronograma de execução e os produtos esperados, como os mapas atualizados das safras 2024/25 e 2025/26, além de análises relacionadas à conformidade com a EUDR.

Silas Brasileiro, presidente do CNC, ressaltou que a proposta recebeu apoio unânime dos membros do comitê técnico, que reconheceram o alto nível técnico da equipe envolvida e a infraestrutura de ponta mobilizada para o processamento de imagens e análises geoespaciais. Como encaminhamento, foi definida a realização de uma nova reunião técnica — a ser agendada até a primeira quinzena de junho — com o Grupo Técnico específico que será criado por solicitação da Secretaria de Política Agrícola (SPA/Mapa), composto por representantes técnicos das entidades privadas do CDPC, da SDI/Mapa e da própria SPA/Mapa. O objetivo será aprofundar o debate técnico com os especialistas da UFMG e da Conab, sugerindo ajustes e aperfeiçoamentos no projeto.

O coordenador do grupo de trabalho da iniciativa privada do CTCDPC, Aguinaldo Lima (ABICS), sugeriu que após os entendimentos técnicos fosse elaborado um memorando de entendimentos, que formalizará a parceria entre o CDPC e o consórcio Conab/UFMG para a realização do levantamento do parque cafeeiro brasileiro com recursos investidos através do Funcafé.

Silas elogiou a união do setor em torno de assunto estratégico para o Brasil no cenário global. “Esse é um trabalho pelo qual lutamos há anos. Acreditamos na expertise da Conab e da UFMG em nos apresentar o mais avançado levantamento realizado no país, o que é fundamental para as tomadas de decisões, tanto no que diz respeito a mercado quanto no que tange à produção”, analisou.

Setor cafeeiro discute preços, safra e sustentabilidade com o Mapa



Atendendo à solicitação dos membros do grupo informal do Comitê Técnico da Iniciativa Privada do Conselho Deliberativo da Política do Café, feita em 16 de março, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, Guilherme Campos Neto, demonstrando sua habitual atenção ao setor, agendou uma audiência conjunta para o dia 2 de abril. A reunião abordou temas de grande interesse para o setor cafeeiro brasileiro, como os preços atuais do café praticados no mercado, os estoques remanescentes e o início da safra 2025/2026.

Outro ponto de destaque foi a necessidade de assegurar a confiabilidade dos dados divulgados, abrangendo desde a atualização do parque cafeeiro e o levantamento de safras até o atendimento aos requisitos do Regulamento para Produtos Livres de Desmatamento. Também foi discutida a importância de garantir recursos do Funcafé no orçamento de 2025 para viabilizar ações de promoção dos cafés do Brasil e investimentos em pesquisa.

Além disso, foi abordada a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém do Pará, com o secretário reafirmando seu compromisso com a apresentação da sustentabilidade da produção agropecuária brasileira durante o evento.

Na ocasião, foi informado que o CNC tratou de temas importantes com a Organização Internacional do Café (OIC) para o envio de um expediente com sugestões de pauta, posteriormente enviadas pela diretora executiva da OIC, Vanusia Nogueira, ao presidente da COP30, Embaixador André Aranha Corrêa do Lago, atual secretário de Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

“A audiência teve duração aproximada de duas horas e meia e contou com total abertura do secretário para ouvir as considerações dos presentes, reforçando o compromisso do Ministério com os temas de interesse do setor cafeeiro”, explicou Silas Brasileiro, presidente do CNC.

CNC apresenta a qualidade e a sustentabilidade dos Cafés do Brasil no BRICS



O Conselho Nacional do Café concluiu com êxito sua participação nas reuniões do BRICS 2025, realizadas em Brasília até o dia 26 de junho. Ao longo de cinco meses de evento, o CNC ofereceu aos participantes em torno de 7 mil xícaras de Cafés do Brasil, fornecidos por nossas cooperativas, reforçando o protagonismo da cafeicultura brasileira no cenário internacional.

O convite para integrar a programação oficial do BRICS veio por parte do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e foi resultado do reconhecimento à destacada atuação do CNC durante o G20. A presença no evento representou mais um passo na projeção global do café brasileiro, além de fortalecer pontes de cooperação internacional para o setor.



O BRICS é um bloco econômico e político formado por África do Sul, Arábia Saudita, Brasil, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Índia, Indonésia, Irã e Rússia. Juntos, esses países representam cerca de 50% da população mundial e 25% do PIB global, com papel estratégico na segurança alimentar e no desenvolvimento sustentável. O tema central do BRICS 2025 foi “Cooperando para um mundo inclusivo e sustentável”, com destaque para a ampliação da cooperação agrícola global.

Durante os encontros, o CNC apresentou blends especiais com pontuação superior a 80 pontos, oriundos de regiões produtoras de excelência como Sul de Minas, Cerrado Mineiro, Mogiana Paulista e Espírito Santo. Além das degustações, materiais informativos em quatro idiomas foram distribuídos, ressaltando os diferenciais ambientais, sociais e econômicos da produção cafeeira brasileira.

“A participação do CNC no BRICS reafirma a relevância do Brasil no comércio internacional e o protagonismo do setor cafeeiro nas agendas de sustentabilidade e inovação”, destacou Silas Brasileiro, presidente do Conselho Nacional do Café. “Agradecemos especialmente às nossas cooperativas, que foram fundamentais para proporcionar uma experiência memorável com o melhor café do mundo: o brasileiro.”

As reuniões do BRICS em Brasília ocorreram no Itamaraty e no Serpro, reunindo presidentes dos países membros, representantes de alto escalão dos governos, embaixadores, sherpas, diplomatas e lideranças empresariais. Ao todo, foram realizados 80 encontros ao longo do primeiro semestre de 2025.



Cerca de 8.000
pessoas de diversos
países passaram
pelo stand do CNC

300KG de café
em grãos foram
utilizados para a
degustação

+ de 12.000
xícaras de café
foram servidas
com grãos
moídos na hora



Cerca de 3.000
pessoas de diversos
países passaram
pelo stand do CNC

60KG de café em
grãos foram
utilizados para a
degustação

7.000 xícaras de
café foram
servidas com
grãos moídos na
hora

Cooperativismo em destaque: Câmara dos Deputados homenageia sistema e cafeicultura mostra sua força



A Organização das Cooperativas Brasileiras foi representada pelo ilustre presidente Márcio Lopes de Freitas e pela superintendente Tânia Zanella, na solenidade como representante do cooperativismo da cafeicultura brasileira. Em seu discurso, o Dr. Márcio reforçou que o cooperativismo é um caminho sólido para o desenvolvimento do Brasil, com raízes firmes em princípios como solidariedade, equidade e democracia econômica. “O cooperativismo é união que transforma”, afirmou.

O CNC esteve presente através do presidente da entidade, Silas Brasileiro, que destacou, em sua participação, o papel estratégico das cooperativas na cadeia produtiva do café e o compromisso do setor com a sustentabilidade, a inovação e o bem-estar das famílias no campo.

O deputado federal Evair de Melo (PP-ES), um dos principais defensores do cooperativismo no Congresso Nacional, também participou da homenagem e ressaltou o protagonismo das cooperativas agropecuárias na produção de alimentos e na geração de empregos. Segundo ele, a cafeicultura é um dos maiores exemplos de como o modelo cooperativista pode contribuir para um país mais justo e equilibrado.

Durante a solenidade, o presidente do CNC reafirmou o compromisso da entidade com os princípios cooperativistas e com a promoção de um setor cada vez mais justo, sustentável e democrático. “A força do cooperativismo está nas pessoas. E é por elas que trabalhamos todos os dias, para garantir um futuro digno e próspero ao produtor rural”, declarou Silas Brasileiro, repetindo o eloquente discurso do presidente Márcio Lopes.



Como parte das comemorações, o tradicional “Cafezinho do Coop” chegou à sua 7ª edição, sendo realizado de 8 a 10 de julho no Espaço Mário Covas, na Câmara dos Deputados. A iniciativa foi promovida pelas Frentes Parlamentares do Cooperativismo, do Café e da Agropecuária, apoiada pela OCB, organizada pelo deputado Evair de Melo, com fornecimento de cafés especiais, acima de 80 pontos, das cooperativas associadas ao CNC para servir aos parlamentares e visitantes.

Estiveram presentes vários representantes do Conselho Deliberativo da Política do Café como a Embrapa Café, a Associação Brasileira da Indústria de Café, a Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel, o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, além da destacada participação da Diretora Executiva da Organização Internacional do Café, Vanúsia Nogueira.

A ação reforça a simbologia do café como elo entre a produção nacional e o parlamento, promovendo a aproximação entre os representantes do setor e os legisladores.

“Cada xícara servida é um convite ao diálogo e à valorização de quem faz o Brasil crescer com trabalho e cooperação”, concluiu Silas Brasileiro.



Durante reunião do Comitê Assessor Externo da Embrapa Café, CNC reforça importância da articulação em PD&I para o setor cafeeiro



O CNC participou da reunião do Comitê Assessor Externo (CAE) da Embrapa Café, do qual é membro efetivo, realizada no dia 15 de julho, em Brasília. O encontro teve como objetivo apresentar os avanços do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), coordenado pela Embrapa, bem como promover o alinhamento estratégico com os representantes das principais entidades do setor cafeeiro nacional.

A reunião, presidida pelo diretor da Embrapa, Alderi Emídio de Araújo, teve a presença de representantes dos demais membros do CAE que compõem o colegiado, além da iniciativa privada do CDPC: CNA, ABICS, ABIC, Cecafé, além do próprio CNC. No encontro, foram destacados os resultados obtidos nas frentes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), incluindo projetos relacionados ao melhoramento genético, sustentabilidade, mecanização, cafeicultura de precisão, e aproveitamento de subprodutos do café.

O CNC ressaltou a relevância estratégica do Consórcio Pesquisa Café para a competitividade e sustentabilidade da cafeicultura brasileira. Também destacou a importância da continuidade do aporte de recursos do Funcafé e da liberação imediata dos valores já previstos para 2025, uma vez que, até o final do primeiro semestre, nenhum repasse havia sido realizado, mesmo com a aprovação do CDPC e do Mapa. A liberação desses recursos é fundamental para garantir a execução dos projetos em andamento e evitar atrasos que possam comprometer a entrega de soluções tecnológicas ao setor.

Outro ponto abordado foi a necessidade de ampliar a sinergia entre os diversos atores da cadeia, promovendo maior integração entre os centros de pesquisa, universidades, setor produtivo e indústria. O CNC também enfatizou a urgência de acelerar o acesso às inovações pelos produtores, especialmente nas áreas de adaptação às mudanças climáticas, biotecnologia, manejo sustentável e renovação do parque cafeeiro com variedades mais resistentes à pragas, doenças, mais precoces e produtivas, para o país se manter competitivo.

O presidente do CNC, Silas Brasileiro, fez questão de reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Consórcio e pela Embrapa Café. “Gostaria de expressar o nosso respeito e admiração aos gestores, pesquisadores e colaboradores da Embrapa Café. O nível de excelência técnica, o comprometimento institucional e os resultados apresentados demonstram o quanto essa equipe é fundamental para a sustentabilidade e a competitividade da cafeicultura brasileira”, destacou.

Em audiência com a presidente Sílvia Massruhá, CNC reforça importância estratégica da Embrapa



O presidente do CNC, Silas Brasileiro, esteve reunido no dia 2 de julho, na sede da Embrapa, em Brasília, com a presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Sílvia Massruhá. Também participou a pesquisadora Dra. Mirian Eira, integrante do Gabinete da Presidência da instituição. A audiência destacou a valorização da Embrapa como instituição pública essencial ao desenvolvimento da agricultura brasileira, em especial da cafeicultura, que tanto se beneficia das pesquisas e tecnologias geradas ao longo das últimas décadas.

No encontro, Silas destacou o papel estratégico da Embrapa no avanço da ciência agropecuária nacional, em programas de pesquisa voltados ao café, contribuindo para o aumento da produtividade, a resiliência das plantas às mudanças climáticas e a otimização da saúde do solo, com a redução das áreas de plantio sem comprometer o volume de produção. O presidente também manifestou a firme posição do setor produtivo contrário ao compartilhamento dos Bancos Ativos de Germoplasma do Brasil para os demais países produtores.

“O trabalho da Embrapa é um patrimônio do Brasil. Suas contribuições são decisivas para que o país continue sendo líder mundial na produção de café, com base em sustentabilidade, inovação e competitividade”, ressaltou o presidente, que reforçou a importância de se manter a produção de café do Brasil competitiva, “o que se faz através da pesquisa, trazendo equilíbrio em relação aos custos mais elevados de nossa cafeicultura para atender as legislações ambientais e sociais, em comparação aos demais países produtores que não possuem as mesmas exigências”.

O CNC reiterou sua disposição em seguir como parceiro institucional da Embrapa, promovendo articulações que garantam os recursos, o reconhecimento e a valorização necessários para que a empresa siga cumprindo com excelência sua missão pública.

Ameaças à soberania do conhecimento científico e à competitividade da cafeicultura brasileira



CNC apresenta, durante reunião na Embrapa, argumentos contra a inclusão do café no Protocolo de Nagoya

O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo. Este protagonismo, conquistado com muito esforço e competência, não é fruto do acaso, mas sim da capacidade técnica, da resiliência dos nossos produtores e da articulação contínua entre os setores público e privado. Por isso, é com enorme preocupação que o Conselho Nacional do Café acompanha as tentativas de inclusão da cafeicultura brasileira no Protocolo de Nagoya, o que pode abrir portas à transferência irrestrita de nosso banco de germoplasma, estudos, pesquisas e tecnologias estratégicas para países concorrentes que não enfrentam os mesmos desafios regulatórios e socioambientais do Brasil.

É preciso compreender a gravidade desse cenário. A inclusão do café neste protocolo representa não apenas o risco de se perder a soberania sobre o nosso conhecimento científico acumulado ao longo de décadas, mas também a possibilidade de comprometer toda a cadeia produtiva nacional. Estamos falando de um setor que gera cerca de 8,4 milhões de empregos, está presente em 17 estados, 1.983 municípios, 6 biomas diferentes e é um dos grandes pilares sociais e econômicos do país.

Enquanto o produtor brasileiro precisa cumprir normas rigorosas, com uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, outros países produtores operam à margem de qualquer regulação. Isso gera um desequilíbrio injustificável de competitividade. O que se observa é que, ao invés de valorizar o modelo produtivo responsável e sustentável do Brasil, forças externas — muitas vezes impulsionadas por organizações com interesses comerciais — buscam impor padrões que fragilizam nosso setor, tentando ainda ditar o futuro da cafeicultura através de relatórios enviesados sobre mudanças climáticas ou perda de produtividade.

A verdade é que o Brasil possui uma cafeicultura resiliente e adaptável. Já demonstramos isso com a migração produtiva de estados como Paraná e São Paulo para regiões do Cerrado Mineiro, do Sul da Bahia, de Rondônia, do Espírito Santo e até do Nordeste brasileiro. Se há impacto climático em uma região, temos estrutura e diversidade de biomas para reorganizar a produção sem comprometer o abastecimento global.

A tentativa de submeter o setor cafeeiro brasileiro aos moldes do Protocolo de Nagoya levanta uma questão fundamental: vamos defender os interesses de nossos produtores ou permaneceremos inertes diante de um movimento que ameaça nossa soberania e o futuro da nossa produção?

O CNC tem se posicionado de forma firme e incansável em todas as instâncias, nacionais e internacionais, buscando esclarecer e denunciar essas movimentações silenciosas, porém perigosas, que se travestem de iniciativas de cooperação, mas que escondem interesses econômicos profundos. A transferência de material genético e conhecimento técnico construído com recursos públicos, com o apoio da Embrapa, do Consórcio Embrapa Café, de universidades, institutos – com investimento vultoso nos últimos anos — não pode ser feita de forma impensada ou subserviente.

Não é por demais lembrar que além do aspecto ambiental, a produção de café no Brasil também tem um forte compromisso com a sustentabilidade social, já que os direitos trabalhistas no país garantem proteção e segurança aos trabalhadores e trabalhadoras. Eles abrangem questões como salário mínimo, jornada de trabalho, férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal, licenças maternidade e paternidade, seguro-desemprego, entre outros.

Cabe ressaltar que a proteção à saúde do trabalhador também é promovida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Sistema Único de Saúde, sendo o país um dos únicos no mundo a disponibilizar esse serviço de forma pública e gratuita.

Portanto, além do produtor, toda uma cadeia seria afetada com essa proposta: as cooperativas, as indústrias, os fornecedores de insumos, os prestadores de serviço, os exportadores. Estamos falando de um setor que movimenta bilhões e que é responsável por parcela significativa da balança comercial do país.

O momento exige clareza, responsabilidade e posicionamento. O CNC reitera seu compromisso com a defesa do produtor e da produção nacional, e continuará atento e atuante para garantir que o Brasil siga como referência mundial em produtividade, sustentabilidade, tecnologia e — acima de tudo — soberania.

Nota Oficial sobre Preservação do Material Genético dos Bancos Ativos de Germoplasma



O Conselho Nacional do Café, em nome da cafeicultura brasileira, vem a público manifestar sua posição institucional quanto ao compartilhamento de acesso ao material genético dos Bancos Ativos de Germoplasma (BAGs) do Brasil, tema de extrema relevância para a soberania científica, econômica e ambiental do país. Na visão do CNC, o conhecimento é o que sustenta a vantagem competitiva do país e constitui o principal diferencial que mantém a cafeicultura brasileira na vanguarda da produção global.

O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo. Este protagonismo, conquistado com muito esforço e competência, não é fruto do acaso, mas sim da capacidade técnica, da resiliência dos nossos produtores e cooperativas e da articulação contínua entre os setores público e privado. Por isso, é com enorme preocupação que o Conselho acompanha as tentativas de inclusão da cafeicultura brasileira no Protocolo de Nagoya, o que pode abrir portas à transferência irrestrita de nosso banco de germoplasma, estudos, pesquisas e tecnologias estratégicas para Países concorrentes que não enfrentam os mesmos desafios regulatórios e socioambientais do Brasil.

A gravidade desse cenário merece atenção. A inclusão do café neste protocolo representa não apenas o risco de se perder a soberania sobre o nosso conhecimento científico acumulado ao longo de décadas, mas também a possibilidade de comprometer toda a cadeia produtiva nacional. Estamos falando de um setor que gera cerca de 8,4 milhões de empregos, está presente em 17 estados, 1.983 municípios, nos quais o IDH é o mais elevado no País, 6 biomas diferentes e é um dos grandes pilares sociais e econômicos do País.

Enquanto é exigido do produtor brasileiro cumprir normas rigorosas, com uma das legislações ambientais e sociais mais avançadas do mundo, outros Países produtores operam à margem de qualquer regulação. Isso gera um desequilíbrio injustificável de competitividade. O que se observa é que, ao invés de valorizar o modelo produtivo responsável e sustentável do Brasil, forças externas — muitas vezes impulsionadas por organizações com interesses comerciais — buscam impor padrões que fragilizam nosso setor, tentando ainda ditar o futuro da cafeicultura através de relatórios enviesados sobre mudanças climáticas ou perda de produtividade.

A verdade é que o Brasil possui uma cafeicultura resiliente e adaptável. A própria trajetória da cultura, com a migração da produção de estados como Paraná e São Paulo para o Cerrado Mineiro, Sul da Bahia, Rondônia, Espírito Santo e regiões do Nordeste, comprova essa capacidade. Se há impacto climático em determinada região, temos estrutura e diversidade de biomas para reorganizar a produção, sem comprometer o abastecimento global.

A tentativa de submeter o setor cafeeiro brasileiro aos moldes do Protocolo de Nagoya levanta uma questão fundamental: vamos defender os interesses de nossos produtores e cooperativas ou permaneceremos inertes diante de um movimento que pode comprometer nossa soberania e o futuro da produção nacional? É preciso reafirmar, com clareza, nossa firme posição contrária ao compartilhamento dos bancos de germoplasma, seja através do citado protocolo ou de acordos com outras entidades e organizações.

O CNC tem se posicionado de forma firme e incansável em todas as instâncias, nacionais e internacionais, para manter as condições para a evolução do setor, sendo a única forma de sermos competitivos por meio da pesquisa, da ciência e do conhecimento, buscando esclarecer e denunciar essas movimentações silenciosas, porém perigosas, que se travestem de iniciativas de cooperação, mas que escondem interesses econômicos profundos. A transferência de material genético e conhecimento técnico construído com recursos públicos, com o apoio da Embrapa, do Consórcio de Pesquisas da Embrapa Café, de universidades, fundações “a exemplo a Procafé”, outros Institutos de Pesquisas – com investimento vultoso nos últimos anos — não pode ser feita de forma impensada ou subserviente. Trata-se de um patrimônio nacional.

Além do aspecto ambiental, a produção de café no Brasil também tem um forte compromisso com a sustentabilidade social, já que os direitos trabalhistas no País garantem proteção e segurança aos trabalhadores e trabalhadoras. **Eles abrangem questões como salário mínimo, jornada de trabalho, férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal, licenças maternidade e paternidade, seguro-desemprego, entre outros.** Ressaltamos que a **proteção à saúde do trabalhador(a)** também é promovida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sendo o país um dos únicos no mundo a disponibilizar esse serviço de forma pública e gratuita.

Cabe destacar que toda a cadeia produtiva seria afetada por uma eventual fragilização de nossas estruturas de soberania genética e tecnológica: cooperativas, indústrias, fornecedores de insumos, prestadores de serviço, exportadores — todos integram um setor que movimentou 79,59 bilhões de reais em 2024, sendo o 4.º produto do agro na balança comercial brasileira.

A vantagem competitiva do Brasil, reside na pesquisa, ciência e conhecimento, com a coordenação reconhecida em todo o mundo pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Transferir esses conhecimentos significa tirar a condição do País, continuar produzindo café, que por ser forte geradora de emprego e renda no campo, resultará no caos social nos centros urbanos, desemprego, violências incontroláveis visto os municípios não terem capacidade de atender as demandas sociais que sobrevirão.

Diante desse cenário, o CNC opta por não responder formalmente à pesquisa promovida pelo Secretariado do Tratado Internacional e o CIRAD neste momento, entendendo que o tema exige uma abordagem estratégica e coordenada, considerando os riscos associados à exposição do banco de germoplasma do café e dos resultados de pesquisas nacionais. O CNC reforça, no entanto, sua disposição para dialogar com o MRE e demais órgãos competentes, a fim de garantir uma posição coesa que assegure a proteção dos interesses do setor cafeeiro brasileiro.

Concluo que o momento exige clareza, responsabilidade e posicionamento. O CNC reitera seu compromisso com a defesa do produtor, da produção nacional de café, de suas Cooperativas e continuará atento e atuante para garantir que o Brasil siga como referência mundial em produtividade, sustentabilidade, tecnologia e — acima de tudo — soberania.

SILAS BRASILEIRO
Presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

AÇÕES INTERNACIONAIS

CNC amplia atuação internacional com consultoria especializada na Europa

Com o compromisso de fortalecer a imagem do café brasileiro no cenário internacional e compreender de forma precisa a percepção europeia sobre a nossa produção, o Conselho Nacional do Café contratou uma consultoria com sede e forte atuação na Europa. A iniciativa integra a estratégia institucional do CNC, aprovado pelo conselho diretor, de ampliar sua presença global, especialmente em um momento em que temas como sustentabilidade e rastreabilidade ganham destaque nas legislações internacionais.

A consultoria escolhida possui interlocução direta com a Comissão Europeia e na Organização Internacional do Café, com ampla experiência em comunicação estratégica e inteligência de mercado. Sua missão será divulgar as ações do setor cafeeiro nacional junto às autoridades, empresas e consumidores europeus, além de fornecer informações estratégicas sobre os desafios e oportunidades que se apresentam com a implantação definitiva do Regulamento da União Europeia sobre Desmatamento.

Entre os focos da atuação estão a identificação de gargalos que dificultam a entrada do café brasileiro na Europa e a promoção de uma narrativa coerente e alinhada aos princípios da sustentabilidade que orientam a produção nacional. O Brasil é hoje referência em práticas agrícolas responsáveis, com sistemas de produção que respeitam o meio ambiente, promovem justiça social e asseguram a viabilidade econômica para milhares de famílias produtoras.

A estratégia de comunicação contempla ainda o engajamento com influenciadores europeus de diferentes faixas etárias, incluindo a geração Z, além de representantes de médias e pequenas indústrias, setores que exercem crescente influência na construção da opinião pública e nas decisões de compra.

Ao investir nessa frente internacional, o CNC reafirma seu papel de liderança e representação do setor, promovendo o reconhecimento da qualidade e da responsabilidade socioambiental que caracterizam o café do Brasil.



OIC solicita reconsideração do governo americano sobre tarifas de importação

A Organização Internacional do Café informou aos Membros da entidade, da Força-Tarefa Público-Privada do Café e da Junta Consultiva do Setor Privado, no dia 16 de abril, que encaminhou uma carta ao Secretário de Estado dos Estados Unidos da América contendo um pedido de consideração do setor cafeeiro nas negociações sobre tarifas de importação dos EUA.



O Conselho Nacional do Café parabeniza a decisão da OIC, em especial, da Diretora Executiva da organização, Vanusia Nogueira, pela iniciativa.

Publicamos na íntegra a carta enviada ao país norte-americano, que chama a atenção pelos números vultuosos gastos pelo consumidor americano, entre outros dados de extrema relevância. Segue a carta:

“O Honorável Marco Rubio
Secretário de Estado
Departamento de Estado dos E.U.A
2201 C Street NW
Washington, DC 20520
Estados Unidos da América
Londres, 7 de abril de 2025

Assunto: Pedido da OIC para consideração do setor cafeeiro nas negociações sobre tarifas de importação dos EUA

Prezado Sr. Secretário,

A Organização Internacional do Café (OIC) é a única organização intergovernamental global relacionada ao café, que reúne os principais países produtores de café, cobrindo 93% da produção de café, e muitos países e regiões consumidoras importantes, representando 63% do consumo mundial.

À medida que o governo Trump implementa a agenda da America First Trade Policy e avança com políticas comerciais que beneficiam os EUA, os consumidores dos EUA e a economia dos EUA, agradecemos sua abertura para receber nossas informações sobre os benefícios diretos e indiretos do café para os EUA, os consumidores e trabalhadores de café dos EUA e para a economia dos EUA.

Estamos confiantes de que o governo verá que o café não é um produto de comércio injusto ou não recíproco. O café é principalmente um produto de importação para os EUA, uma vez que não há alternativa doméstica para a produção de café nos EUA devido a circunstâncias climáticas (exceto e com relação a áreas no Havaí e Porto Rico). Além disso, o café é a bebida favorita nos EUA, consumida diariamente por dois terços dos adultos americanos. Com seu impacto positivo na saúde comprovado, o café não é substituível por nenhuma outra bebida nos EUA. Nesse contexto, a OIC acredita que as tarifas propostas sob a política America First podem prejudicar significativamente a economia e os consumidores de café dos EUA. A OIC também está preocupada com a interrupção do impacto muito positivo que os EUA tiveram por meio de suas importações de café no bem-estar e na estabilidade das comunidades de produtores de café em suas regiões fornecedoras de café.

Considerando que os EUA são o maior mercado único de café a nível global, com 15,2% do consumo mundial de café e um valor de importação de US\$ 7,4 bilhões, a escala de impacto das tarifas impostas (em média 20%) será muito significativa. Além disso, com US\$ 300 milhões diários gastos em café pelos consumidores nos EUA, a diminuição no consumo após os aumentos de preços do café provavelmente será considerável, exacerbando os altos preços já existentes do café hoje. Portanto, a indústria de café dos EUA, que adiciona um valor de US\$ 343 bilhões à economia dos EUA anualmente, tanto diretamente (por suas atividades de envio, armazenamento, torrefação, branding e distribuição de café) quanto indiretamente, apoiando 2,2 milhões de empregos nos EUA, será impactada negativamente.

O café é produzido por 25 milhões de pequenos agricultores, que empregam pelo menos 100 milhões de pessoas nas zonas rurais da América Central e Caribe, América do Sul, Sudeste e Sul da Ásia e África. O café é o motor de comunidades economicamente prósperas e socialmente estáveis nessas regiões. Enquanto os EUA tiveram um impacto positivo e estabilizador reconhecível nessas origens pelo simples ato de negociar café, o possível efeito disruptivo sobre os países produtores de café das tarifas de importação entre 10% e 47% é inegável.

Em nome de nossos Membros e especialmente em nome de nossos Membros produtores de café, a favor da vibrante economia cafeeira dos EUA e de seus consumidores de café e levando em consideração a estabilidade e o crescimento econômico das comunidades de pequenos produtores de café, respeitosamente solicitamos que o Governo considere o importante papel do Setor Cafeeiro durante novas negociações sobre as tarifas estabelecidas, incluindo o potencial de redução ou eliminação dessas tarifas. Para sua conveniência, adicionamos uma visão geral dos Membros produtores de café da OIC que estarão sujeitos a tarifas de importação para suas exportações de café para os EUA. Aproveitamos esta oportunidade para reiterar os protestos da nossa mais elevada consideração.”

Vanusia Nogueira
Diretora Executiva

Brasil marca presença na 139ª Sessão do Conselho Internacional do Café



A 139ª Sessão do Conselho Internacional do Café reuniu representantes de diversos países para debater temas estratégicos para o setor cafeeiro global, promovido pela Organização Internacional do Café. O Brasil, maior produtor e exportador mundial de café, esteve representado pelo Embaixador José Augusto Silveira de Andrade, da Representação Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais em Londres (Rebraslon). O Conselho Nacional do Café foi representado pelo presidente Silas Brasileiro, pela assessora Luiza Kreimeier e por Natalia Carr, gerente de sustentabilidade da Cooxupé.

Durante o encontro, os representantes brasileiros reforçaram o compromisso do país com a sustentabilidade e a produção responsável, destacando iniciativas que promovem boas práticas agrícolas e avanços em rastreabilidade. Além disso, foram discutidos desafios enfrentados pelos cafeicultores, como oscilações de preços, exigências regulatórias internacionais e os impactos das mudanças climáticas na produção.

A pauta da 139ª Sessão incluiu temas como a admissão de observadores, a redistribuição de votos para o ano cafeeiro de 2024/25 e a prorrogação dos prazos para a assinatura e ratificação do Acordo Internacional do Café de 2022. Além disso, a sessão abordou a execução do Programa de Atividades da OIC, o engajamento da Organização em iniciativas globais e parcerias estratégicas. Durante a reunião foi realizada a despedida oficial do Chefe de Operações da OIC, Gerardo Pattaconi, que irá atuar junto ao governo da Itália e Reino Unido em prol do G7.

Em seu lugar, assumirá Hannelore Beerlandt, com vasta experiência na condição de Conselheira Principal da Comissão Europeia, onde realizou análises, estudos e preparação de notas de discurso sobre café sustentável, além de facilitar plataformas multipartidárias sobre o tema. Ela também deu suporte às delegações da UE na implementação de políticas e programas relacionados ao café.

A participação do embaixador do Brasil e dos representantes do CNC na sessão, reforça o protagonismo do país no setor e a importância do diálogo internacional para garantir um mercado mais justo e equilibrado para os produtores. “O Brasil tem um papel fundamental no fornecimento de café ao mundo, e é essencial estarmos presentes nesses debates para garantir que nossos produtores tenham voz e que possamos contribuir para um setor mais sustentável e competitivo. Temos de destacar, ainda, a importância do Brasil dentro da OIC, que além da condução do organismo ser realizado por uma brasileira, ativa, participativa e presente na condução dos trabalhos, como Vanusia Nogueira, contamos com a participação firme do nosso embaixador José Augusto de Andrade na defesa dos interesses dos produtores, fatos que nos orgulham sobremaneira”, afirmou Silas Brasileiro.

CNC representa o Brasil na Junta Consultiva

O Conselho Nacional do Café continua representando o Brasil na Junta Consultiva do Setor Privado, exercendo um papel fundamental na defesa dos interesses do país. Durante a reunião do dia 27 de março, foi definido que o próximo encontro da Junta ocorreria na Suíça. O CNC seguirá como representante oficial do Brasil, reafirmando seu compromisso com as pautas do setor produtivo.



A presença de Vanusia Nogueira, diretora executiva da Organização Internacional do Café e reconhecida pela Forbes como uma das 15 mulheres mais poderosas do Brasil, reforça não apenas o prestígio da OIC, mas também a importância da participação ativa do Brasil no cenário global do café.

Recentemente, Vanusia esteve no Vietnã, que acaba de realizar um grande evento nacional para celebrar o orgulho de sua cafeicultura. Em poucas décadas, o país expandiu sua produção de 3 milhões para 30 milhões de sacas, um crescimento impressionante impulsionado pela valorização do setor e pela união de seus produtores. No evento, ela foi uma das autoridades mais celebradas.

O presidente do CNC, Silas Brasileiro, destacou a relevância do trabalho de Vanusia à frente da OIC. “Vanusia tem desempenhado um papel extraordinário, promovendo inovação, diálogo e equilíbrio no setor. Sua atuação é fundamental para a construção de um mercado mais justo e sustentável, além de elevar ainda mais o nome do Brasil no cenário internacional.”

O setor cafeeiro vietnamita produziu um vídeo, que compartilhamos aqui, que serve como exemplo de como a união pode fortalecer ainda mais a cafeicultura. “Ficamos impressionados em ver como o Vietnã está construindo um orgulho nacional e uma ligação inexorável entre o povo e o seu café. No Brasil, temos uma história grandiosa, uma tradição inigualável e uma cadeia produtiva robusta. Precisamos valorizar e promover essa força, seguindo o exemplo da coesão e do orgulho que impulsionam a cafeicultura vietnamita, sendo essa uma das propostas na reestruturação do Conselho Nacional do Café”, analisou Silas Brasileiro.

ARTIGOS

EUDR: o que muda para o café brasileiro com as novas orientações da União Europeia



Em nome dos cafeicultores e cooperativas brasileiras, o CNC tem acompanhado de perto os acontecimentos políticos e legislativos em um de nossos principais mercados consumidores: a União Europeia (UE).

EUDR

A maioria dos leitores está ciente do Regulamento da UE sobre Produtos Livres de Desmatamento, o EUDR, que entrou em vigor em 29 de junho de 2023, embora suas principais disposições não estivessem programadas para entrar em vigor até 30 de dezembro de 2024. Em uma sequência dramática de eventos no final do ano passado, a União Europeia adiou esse prazo para 30 de dezembro de 2025. A legislação se aplica a empresas estabelecidas na UE, exigindo que elas realizem devida diligência antes de introduzir determinadas commodities e produtos derivados – incluindo café – ao mercado da UE. A legislação terá um impacto significativo sobre os cafeicultores, as cooperativas e os países produtores de café, pois os mesmos deverão fornecer informações e se submeter a processos de devida diligência, sob ameaça de exclusão da cadeia de suprimentos em caso de não conformidade.

De acordo com as exigências do Regulamento, os importadores da UE terão que identificar as parcelas específicas de terra onde o café foi cultivado e coletar evidências que demonstrem um nível insignificante de risco de que (1) a terra foi sujeita a desmatamento em qualquer momento após dezembro de 2020 e (2) a produção violou as leis nacionais sobre proteção ambiental, posse da terra, e outras.

Em 15 de abril de 2025, a União Europeia atualizou seus documentos de orientação (disponíveis [aqui](#)) e publicou um Ato Delegado, a fim de simplificar a regulamentação e reduzir a carga administrativa para as suas empresas. A grande maioria das atualizações diz respeito aos procedimentos e requisitos administrativos para operadores, comerciantes e PMEs da UE, e portanto, as mudanças para países produtores como o Brasil são limitadas. Abaixo, tentamos resumir as atualizações que são mais relevantes para nós:

1. Declarações de devida diligência anuais.

A EUDR exige que as empresas da UE realizem um processo de devida diligência referente a todos os volumes de café que elas pretendem importar para o mercado europeu desde que atendam às exigências do Regulamento. Anteriormente, supunha-se que as empresas teriam que apresentar uma nova declaração de devida diligência para cada importação. A nova orientação esclarece que uma única declaração de devida diligência pode cobrir várias importações, abrindo a possibilidade de realizar compras repetidas de um fornecedor de confiança (por exemplo, uma cooperativa ou um comerciante), representando um grupo estável de produtores, sem precisar repetir o processo de devida diligência desnecessariamente.

Esse esclarecimento tem o potencial de aliviar a carga administrativa dos processos de conformidade e incentivar relações comerciais mais estáveis entre fornecedores confiáveis e seus clientes na UE. No entanto, a orientação também introduz algumas novas ressalvas: a devida diligência só pode ser realizada após a colheita e permanecerá válida apenas por um período máximo de até um ano. Embora a due diligence possa, em teoria, ser realizada anualmente, caso o importador inclua um novo fornecedor em sua cadeia de suprimentos ao longo do ano, ele terá de repetir a diligência devida para cobrir o seu novo fornecedor e as propriedades das quais ele se abastece.

2. Nomeação de terceiros como mandatários

Os importadores da UE podem nomear terceiros para agir como “mandatários” e apresentar declarações de devida diligência em seu lugar. Os mandatários devem estar estabelecidos na UE e devem possuir um mandato por escrito do importador da UE, que todavia mantém a responsabilidade pela conformidade com a regulamentação.

A nova orientação também esclarece que os mandatários terão permissão para apresentar declarações de devida diligência em nome de várias empresas diferentes, bem como de grupos de empresas, e não precisam necessariamente estar ativos na cadeia de suprimentos.

Essa disposição abre espaço para que prestadores de serviços, inclusive órgãos de certificação e outras empresas de verificação de sustentabilidade, gerenciem o processo de due diligence em nome dos importadores da UE, conferindo-lhes um papel muito mais significativo na cadeia de suprimento do café.

3. Monitoramento remoto de desmatamento via satélite

O documento de orientação enfatiza que o Regulamento não prioriza fontes específicas de dados geoespaciais em detrimento de outras. Por exemplo, o Observatório da UE sobre Desmatamento e Degradação Florestal e seu mapa de Cobertura Florestal Global de 2020 é uma ferramenta entre outras, fornecendo evidências científicas que podem (ou não) ser usadas pelos importadores da UE para realizar a sua devida diligência. Mas o uso dessa ferramenta não é obrigatório e o mapa não é juridicamente vinculativo. Os importadores da UE têm a opção de usar outras fontes de dados geoespaciais, incluindo mapas e dados de monitoramento por satélite oferecidos pelos próprios países produtores ou por prestadores de serviços terceirizados.

Da mesma forma, as autoridades competentes responsáveis pela aplicação da EUDR têm a opção de usar mapas globais, regionais ou nacionais, ou qualquer outra fonte que considerem adequada, ao realizar suas auditorias. Durante uma auditoria, se houver conflito entre as fontes de dados usadas pelas autoridades competentes e as usadas pelo importador da UE, caberá ao importador da UE explicar seu processo de due diligence e por que escolheu uma fonte de informação ao invés de outra. Do nosso ponto de vista, existe aqui uma oportunidade para que as autoridades brasileiras incentivem os operadores da UE a recorrer a ferramentas e fontes de dados nacionais para garantir o alinhamento e evitar assimetrias de informação entre os nossos fornecedores de café e os seus clientes europeus.

CS3D

Além da EUDR, temos acompanhado de perto o desenvolvimento da Corporate Sustainability Due Diligence Directive (CS3D) da UE, que entrou em vigor em julho de 2024. A CS3D exigirá que as grandes empresas de diversos setores da UE (incluindo grandes traders e torrefadores de café) realizem uma devida diligência ambiental e social ao longo de suas cadeias de suprimentos, abrangendo uma gama de critérios muito mais ampla do que está previsto na EUDR.

Enquanto a EUDR é um regulamento da UE e se tornou lei em todos os países europeus assim que entrou em vigor, a CS3D é uma diretiva, o que significa que deve ser transposta para a legislação de cada Estado-membro da UE. O prazo para os Estados Membros concluírem esse processo era julho de 2026. No entanto, a nova administração e o parlamento da UE estão sob crescente pressão para aliviar a carga administrativa sobre as empresas da UE e melhorar a competitividade econômica do bloco. Sob o processo denominado “Omnibus”, foi aprovada uma moção “Stop-the-Clock” que adia o prazo da CS3D em um ano e concede tempo para que a Comissão, o Conselho e o Parlamento da UE renegociem as disposições substantivas da Diretiva.

Traremos mais informações sobre essa negociação à medida em que o processo legislativo for evoluindo.

O setor de café no Brasil está preparado para o Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento?

Na sequência de nossa série sobre o mercado para cafés brasileiros na Europa, avaliamos até que ponto o Brasil está preparado para a vigência da EUDR.

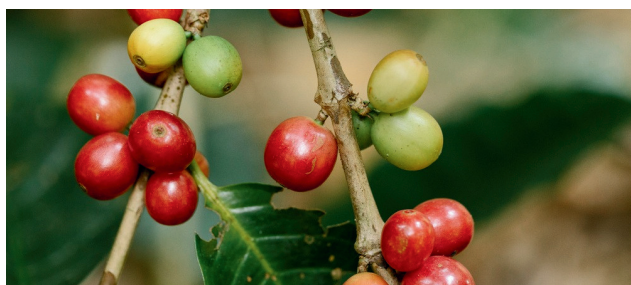
Não é necessário lembrar que a UE é um mercado importante para o café brasileiro.

Em 2024, o Brasil exportou quase US\$11,4 bilhões em café, sendo que praticamente metade desse valor foi destinado à UE. A Alemanha por si só importou US\$1,8 bilhão do nosso café, enquanto a Bélgica e a Itália importaram cerca de US\$1 bilhão cada.

Os Estados Unidos são o único mercado não europeu que atingiu magnitudes semelhantes, importando US\$1,9 bilhão de café brasileiro em 2024.

Nesse contexto, é importante observar que o mercado internacional de café está passando por uma série de desafios sem precedentes. Os Estados Unidos impuseram tarifas de pelo menos 10% sobre todas as importações (incluindo o café brasileiro). Do outro lado do Atlântico, o “Green Deal” da UE estabelece requisitos rigorosos de sustentabilidade para os produtos que entram no mercado único europeu.

Neste artigo, avaliamos até que ponto o café brasileiro está pronto para atender às exigências do Regulamento da UE sobre Produtos Livres de Desmatamento.



O EUDR exige que o café importado para a UE seja rastreável, livre de desmatamento, e produzido em conformidade com as leis nacionais. O EUDR criou obrigações para as empresas europeias que importam café para o mercado da UE. A partir de dezembro de 2025, essas empresas terão que certificar-se que o café que importam atende a três requisitos:



Desmatamento Zero

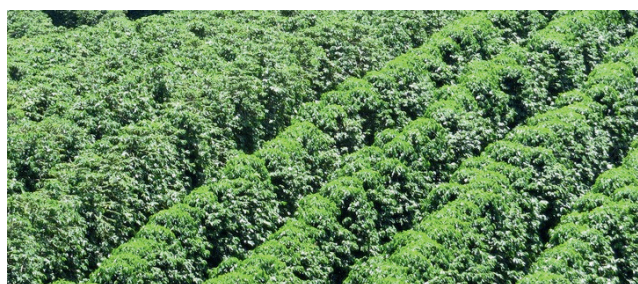
O café não deve ser cultivado em áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2020, em conformidade com normas que visam coibir o desmatamento e promover a produção sustentável nas regiões produtoras.

Rastreabilidade

Os importadores devem ser capazes de identificar as parcelas individuais de terra onde o café foi produzido e fornecer garantias às autoridades europeias de que o café realmente originou das mesmas.

Legalidade

O café deve ser produzido conforme as leis do país de origem. No Brasil, isso inclui o Código Florestal, a legislação fundiária, trabalhista e normas ambientais, como as que regulam agroquímicos.



Embora seja responsabilidade dos compradores europeus avaliar o risco de não-conformidade, **é importante que o setor cafeeiro brasileiro se una e facilite esse processo para o nosso maior cliente. Isso não somente garantiria nosso acesso ao mercado europeu mas também geraria uma vantagem competitiva para a nossa origem** em comparação com os nossos concorrentes.



O café brasileiro não desmata

Vamos começar analisando o desmatamento no setor cafeeiro. **Um estudo do Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IIS) concluiu que o café é a commodity brasileira com o menor índice de risco de desmatamento**, bem à frente de setores como soja, madeira e óleo de palma.

O mesmo estudo estima que **apenas 0,1% das áreas desmatadas para fins agrícolas no Brasil estariam associadas à produção de café**.

Da mesma forma, um estudo da **Universidade Federal de Minas Gerais** constatou que **99% das 115.000 propriedades rurais produtoras de café registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Minas Gerais não apresentaram desmatamento significativo após 2008**.

Com base nesses dois estudos e em outros, os compradores europeus de café podem se sentir confiantes, visto que praticamente a totalidade da produção cafeeira brasileira não está associada ao desmatamento.

De toda forma, os compradores terão que realizar suas próprias verificações para garantir que não estão adquirindo café de áreas desmatadas. **Aqueles que compram do Brasil têm acesso a uma grande quantidade de dados de alta qualidade sobre o uso dos solos e o desmatamento, disponibilizados ao público pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).**

O Brasil sempre foi pioneiro no uso de tecnologia para monitorar o desmatamento e as mudanças no uso da terra. Após a entrada em vigor do EUDR, nossos investimentos em monitoramento florestal e proteção ambiental podem finalmente se tornar uma vantagem competitiva para nossos produtores de café.

Praticamente todas as fazendas de café do Brasil já foram georeferenciadas

O setor cafeeiro brasileiro desfruta de outra grande vantagem em relação ao EUDR: praticamente todas as nossas fazendas de café já foram geolocalizadas para fins de registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR).



O georreferenciamento das propriedades rurais é uma obrigação legal no Brasil desde a aprovação do novo Código Florestal em 2012. Isso significa que o Brasil já fez o trabalho árduo de localizar as propriedades e elaborar mapas (ou “polígonos”, para usar o termo técnico do EUDR). Quando o EUDR entrar em vigor, os compradores europeus terão que fazer uma escolha. Para comprar de outras origens, é possível que tenham que fazer investimentos significativos em exercícios de mapeamento de propriedades e coleta de dados geoespaciais. **No Brasil, eles podem contar com dados que estão disponíveis gratuitamente ao público por meio do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).**

Há uma pequena ressalva a esse respeito: os dados coletados para fins de registro no CAR não são totalmente consistentes com o EUDR. Os polígonos do CAR englobam a totalidade da propriedade rural, enquanto os polígonos necessários para a conformidade com o EUDR devem incluir apenas as áreas dedicadas à produção de café. Entretanto, a existência de polígonos agrícolas coloca o Brasil muito à frente de seus concorrentes e já serve como base para os sistemas de devida diligência dos compradores europeus. Não será difícil converter os polígonos do CAR em polígonos do EUDR, sobrepondo-os a imagens de satélite ou mapas de uso dos solos.





Atualização do mapeamento do parque cafeeiro

Nesse interim, o **CNC**, junto com os demais membros da iniciativa privada do Conselho Deliberativo da Política do Café, está trabalhando intensamente - investindo recursos do **Funcafé** - para promover a atualização do mapeamento do parque cafeeiro a nível nacional, o que nos fornecerá informações ainda mais detalhadas sobre o nosso café e facilitará ainda mais a conformidade com o EUDR para nossos clientes na Europa.

No Brasil, a rastreabilidade do café à sua origem é possível

Ao longo dos anos, o Brasil também tem construído uma vantagem competitiva no campo da rastreabilidade, que é um dos aspectos mais desafiadores do EUDR. **Após a entrada em vigor do EUDR, os compradores europeus precisam não apenas manter um registro dos seus fornecedores diretos (ou seja, os exportadores ou “traders”) mas devem também garantir a existência de uma cadeia de custódia que permite rastrear o café até a sua origem.** Isso é necessário para comprovar uma relação direta entre os volumes comprados e os polígonos agrícolas que serão declarados no Sistema de Informações da UE durante o processo de importação.

No Brasil, a rastreabilidade é facilitada pelo fato de que grande parte da nossa economia, incluindo os segmentos rural e agrícola, opera de maneira formal. **Nossos agricultores são registrados como pessoas físicas (CPF) ou jurídicas (CNPJ). Os produtores, de forma geral, estão integrados ao sistema bancário formal e conseguem fazer e receber pagamentos eletrônicos, que são (por definição) rastreáveis.** Ademais, a compra e a venda de café são quase sempre formalizadas por meio da emissão de uma nota fiscal que registra detalhes importantes sobre a transação: **a identidade do vendedor e do comprador, os volumes vendidos, o preço pago, a data e a hora da transação, entre outras informações.**

Embora essas informações nem sempre estejam diretamente disponíveis para os compradores da UE, a infraestrutura existe para garantir o rastreamento adequado das transações e a coleta e transferência de dados da cadeia de suprimentos, **o que nos confere uma enorme vantagem em relação aos nossos concorrentes.**

O Brasil tem regras ambientais e sociais rígidas. Diferentemente de muitas outras origens, o Brasil tem um conjunto de leis que são abrangentes e rigorosamente aplicadas em todo o país. **Nosso quadro legal cobre todas as principais áreas mencionadas no EUDR: leis fundiárias, proteção ambiental, direitos humanos, direitos trabalhistas, pagamento de impostos e anticorrupção.**

Podemos presumir que a maior parte da nossa produção de café está em conformidade com as leis nacionais; afinal, essas leis já estavam em vigor bem antes da entrada em vigor do EUDR. **No entanto, pode ser difícil para as empresas europeias entenderem nossa complexa estrutura legal e desenvolverem protocolos para avaliar os riscos de ilegalidade em suas cadeias de suprimentos no Brasil.**



Outro risco para o nosso setor cafeeiro é a possibilidade de que cada um dos compradores de café da UE estabeleça seu próprio sistema de verificação, utilizando critérios e processos diferentes dos demais. Em tal cenário, como os nossos produtores, cooperativas e traders vendem para uma variedade de compradores, é possível que eles tenham que coletar um conjunto de documentos e cumprir com processos de verificação diferentes para cada caso, **o que será bastante complexo e oneroso para o nosso setor.**

O Brasil está propondo uma solução. Ferramentas públicas e de acesso aberto serão oferecidas gratuitamente a compradores europeus e outros. Essas ferramentas permitirão, para cada fazenda de café do país, a verificação de conformidade com as leis e regulamentações nacionais.





Em Minas Gerais, a plataforma Selo Verde já pode ser usada para a verificação de conformidade legal das propriedades rurais do setor cafeeiro do Estado.

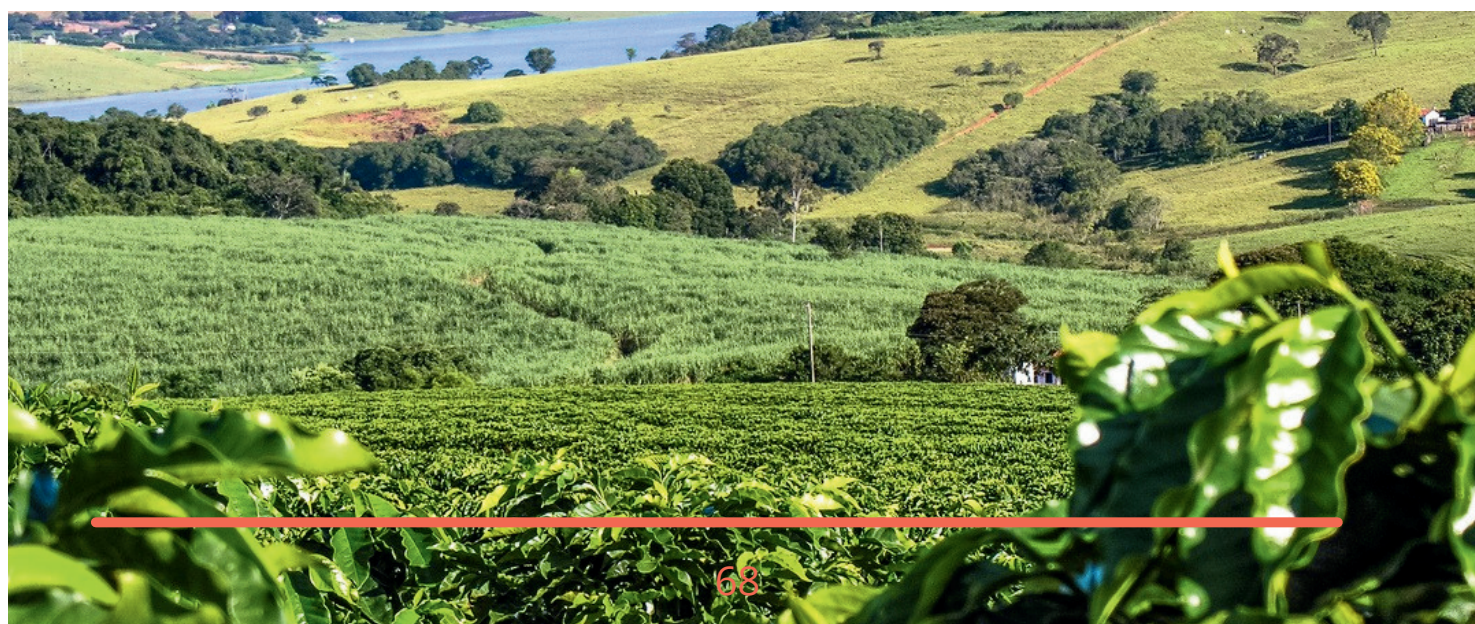
Além disso, o Governo Federal está desenvolvendo a plataforma AgroBrasil+Sustentável, que informará aos interessados se um determinado produtor se encontra em situação irregular perante a uma série de leis e regulamentações nacionais, cobrindo todas as commodities do EUDR e todas as regiões do país.



Ambas as ferramentas reúnem dados públicos sobre conformidade legal que já existem e são amplamente utilizados para avaliações de conformidade legal pelo setor financeiro e outros. As ferramentas acima citadas e outras construídas pelas cooperativas podem nivelar as condições para todos os produtores de café do Brasil e trazer consistência e justiça para o processo de devida diligência no nosso país.

Embora seja bem-vindo o desenvolvimento de ferramentas privadas e próprias por cooperativas e comerciantes, é importante que o processo de verificação não se torne um gargalo para os produtores, seja pelo custo de acesso às ferramentas privadas ou pela possibilidade de erros de processamento ou de interpretação.

Neste sentido, é importante que os produtores tenham acesso a sistemas públicos que lhes permitam contestar os resultados de uma avaliação de due diligence da qual discordem.



O Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento será um desafio para o Brasil, que possui um dos maiores setores agrícolas do mundo e fornece uma enorme proporção dos alimentos necessários para alimentar a população global.

O café é uma de nossas mais importantes produtos de exportação e um dos segmentos mais prestigiados e tecnologicamente avançados de nosso setor agrícola. Não podemos nos dar ao luxo de ficar para trás.

Dito isso, o Brasil está bem posicionado para enfrentar esse desafio. Nosso quadro legal é rigoroso e abrangente em questões relativas à sustentabilidade ambiental e social. Estamos rapidamente desenvolvendo sistemas para provar que o nosso café é rastreável, livre de desmatamento e legal.

Estamos confiantes de que nosso café não apenas atende às exigências da União Europeia, mas também pode se tornar um padrão de sustentabilidade no setor agrícola em todo o mundo.



Reunião com Andrea Illy em Brasília para tratar de projetos sustentáveis no setor cafeeiro



Em uma agenda oficial na capital federal, o presidente da illycaffè, Andrea Illy, participou de reuniões com o presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro, e com representantes dos Ministérios da Agricultura e Pecuária e das Relações Exteriores do Brasil, no dia 6 de maio de 2025.

Pelo CNC, participaram o presidente Silas Brasileiro, a secretária executiva Márcia Eliza Chiarello, as assessoras técnicas, Luiza Mantiça Kreimeier e Marcela Nogueira Travassos. Pela illy Caffé estiveram o presidente Andrea Illy e o diretor comercial Alessandro Bucci. Representando o MRE, esteve o subchefe da Divisão de Política Agrícola, Paulo Tapajós.

Um dos principais temas abordados foi a ampliação da irrigação nas áreas de produção de café como ferramenta estratégica para o aumento da produtividade. Também houve destaque para possíveis parcerias envolvendo pesquisa com uso de inteligência artificial e, sobretudo, para o Programa Café Produtor de Água, que despertou grande interesse por parte de Andrea Illy.

Alessandro Bucci solicitou mais informações sobre o programa, demonstrando abertura para futuros projetos em conjunto com o CNC e o governo brasileiro.

Silas Brasileiro lembrou da parceria entre a cafeicultura brasileiro e do saudoso Dr. Ernesto Illy. “O pai do Andrea Illy foi um verdadeiro desbravador, extremamente visionário, colocando o Brasil como um dos maiores parceiros comerciais da marca. Isso ajudou a fortalecer a produção cafeeira nacional com foco na qualidade. Hoje, temos tratado de assuntos muito relevantes com o Andrea, que abraçou o legado do pai e está ampliando a faixa de atuação da illy. Foi uma grande honra recebe-los em Brasília”.

Prêmio Ernesto Illy de Qualidade Sustentável do Café para Expresso

A vinda de Andrea Illy ao Brasil coincidiu com a realização da 34ª edição do Prêmio Ernesto Illy de Qualidade Sustentável do Café para Expresso. Promovido pela illycaffè, o prêmio elege os melhores cafeicultores do país, com base em rigorosos critérios de avaliação.



Nesta edição, foram recebidas 622 amostras de café arábica provenientes de diversas regiões produtoras do Brasil. A seleção dos finalistas foi feita por uma comissão especializada da Experimental Agrícola do Brasil Ltda/illycaffè, avaliando características como cor, aspecto, seca, peneira, umidade, torração e qualidade da bebida.

A cerimônia de premiação dos três melhores cafés brasileiros ocorreu no dia 8 de maio, com a presença de Silas Brasileiro e Luiza Mantiça representando o CNC. Os vencedores foram, por ordem alfabética: DIMAS MENDES BASTOS, das Matas de Minas, FAZENDA SEQUÓIA MINAS, da Chapada de Minas, e LEDA TEREZINHA CASTELLANI PEREIRA LIMA, do Sul de Minas.

Brasil marca presença em reuniões estratégicas da OIC sobre governança e finanças

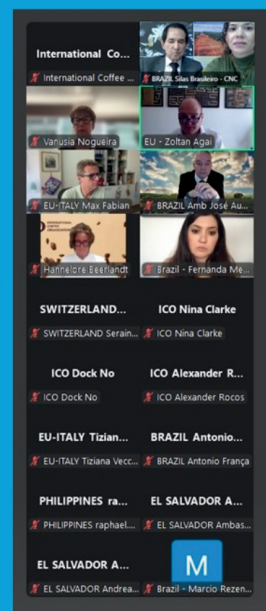
**3rd Meeting of Joint
Committee
16 June 2025**



**Chair: Zoltan Agai
European Commission**



INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION



A Organização Internacional do Café realizou durante essa semana a 3ª Reunião do Comitê Conjunto e a 63ª Reunião do Comitê de Finanças e Administração da entidade. O Comitê Conjunto se reuniu no dia 16 de junho, e foi presidido por Zoltan Agai, representante da União Europeia, tratando de temas centrais para a governança da cadeia global do café. No dia 17 de junho, a 63ª Reunião do Comitê de Finanças e Administração foi presidida pelo embaixador Aly Touré, de Costa do Marfim, e tratou, entre outras matérias, do orçamento da Organização.

O Brasil foi representado pelo Embaixador José Augusto Silveira de Andrade, que com sua notável competência defende os interesses do país junto aos Organismos Internacionais em Londres, acompanhado de forma on-line, em nome do CNC, pelo presidente Silas Brasileiro.

Silas destacou a importância da OIC – que reúne produtores e importadores, sendo a maior representação de café no mundo –, presidida pela Diretora Executiva Vanusia Nogueira, além da primeira participação de Hannelore Beerlandt como chefe de operações da OIC.

A participação do Brasil reforça o compromisso do país com a construção de uma cafeicultura mais equilibrada, sustentável e alinhada às boas práticas internacionais de governança.

Articulação do projeto internacional sobre sustentabilidade do café para apresentação na COP30



Em reunião virtual realizada no dia 21 de maio, representantes do Mapa, da Illy Caffè e do CNC avançaram nas discussões para a construção de um projeto internacional voltado à sustentabilidade na cadeia produtiva do café. A proposta será apresentada na Agrizone da COP30, espaço oficial do governo brasileiro para exposição de boas práticas e produtos agrícolas.

Participaram do encontro Cleivaldo de Sousa Ribeiro, diretor do Departamento de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas e Indicações Geográficas do Mapa, Alessandro Bucci, diretor comercial da Illy Caffè, Silas Brasileiro, presidente-executivo do CNC e Lara Line Pereira de Souza, coordenadora geral de Produção Vegetal/SDI/Mapa.

Durante a reunião, Silas Brasileiro destacou o papel da plataforma Agro+Brasil Sustentável, que oferecerá suporte gratuito às cooperativas e seus produtores como ferramenta estratégica para o setor. Ele também reafirmou o compromisso do CNC com a organização da COP30, ressaltando a importância de integrar à pauta temas como agricultura regenerativa, pesquisa científica, preservação ambiental, uso racional da água, preservação dos mananciais e matas ciliares e valorização das condições de trabalho no campo.

Silas defendeu que o Brasil tem responsabilidade ambiental e social como líder mundial na produção de café, e sugeriu que temas como o Pacto Trabalhista 2025, Programas como o Café Produtor de Água e Cerrado das Águas estejam no centro da proposta brasileira para o evento climático.

Na sequência, Clecivaldo Ribeiro explicou que o encontro dá continuidade a tratativas anteriores entre a Illy Caffè e o Mapa e tem como foco a elaboração conjunta de uma proposta sobre sustentabilidade, com ênfase na agricultura regenerativa. Segundo ele, o objetivo é transformar a proposta em uma vitrine durante a COP30.

Alessandro Bucci explicou que Andrea Illy, referência global na agenda de sustentabilidade, está liderando frentes importantes no tema, incluindo o Innovation Hub Project, que reúne empresas como Google, Deloitte e Goldman Sachs. Um dos projetos-piloto propõe o uso de inteligência artificial para estudar os impactos de eventos climáticos como El Niño e La Niña na cafeicultura brasileira, avaliando as consequências econômicas, sociais, ambientais e propondo estratégias de mitigação.

O diretor da Illy Caffè sugeriu unir esse projeto de inovação tecnológica com a rica trajetória de boas práticas brasileiras, como os programas Certifica Minas, iniciativas da Embrapa, Epamig, Universidades, com os avanços em qualidade e sustentabilidade da cafeicultura nacional.

Silas Brasileiro reforçou a posição do Brasil como referência mundial no setor. “Além do aspecto ambiental, a produção de café no Brasil também tem um forte compromisso com as comunidades locais. O CNC enfatiza sempre que os direitos trabalhistas no Brasil já garantem proteção e segurança aos trabalhadores e trabalhadoras. Eles abrangem questões como salário mínimo, jornada de trabalho, férias remuneradas, décimo terceiro salário, descanso semanal, licenças maternidade e paternidade, seguro-desemprego, entre outros. Cabe ressaltar que a proteção à saúde do trabalhador também é promovida por um Sistema Único de Saúde, sendo o país um dos únicos no mundo a disponibilizar esse serviço de forma pública e gratuita”, explicou.

Lara Line, integrante da equipe técnica do Mapa, sugeriu integrar dados do Parque Cafeeiro das plataformas AgroBrasil+ Sustentável e Certifica Minas ao estudo, reforçando a ligação entre produção sustentável e preservação ambiental.

Como encaminhamentos, os participantes concordaram em elaborar até o final de maio um escopo dividido em dois eixos: um voltado à inovação, sob coordenação da Illy Caffè, e outro dedicado aos aspectos técnicos, sociais e ambientais, sob responsabilidade das instituições brasileiras.

Silas Brasileiro concluiu reiterando o compromisso do CNC com a proposta e enfatizou que a legitimidade da voz brasileira na COP30 deve partir do governo, com apoio técnico e institucional das entidades do setor.

Representação do café brasileiro em ação na Indonésia por comércio justo



O governo da Indonésia iniciou um programa internacional de capacitação para Países com Ideias Semelhantes impactados pelo EUDR. A ação é conduzida pela Universidade IPB, em parceria com o MRE e apoio da Indonesian Aid, agência estatal da Indonésia.

O CNC, representado por sua assessora técnica Luiza Kreimeier, participa do programa internacional a convite do Itamaraty e com patrocínio da Indonésia.

Com duração prevista de cinco anos, a iniciativa visa fortalecer a solidariedade entre países produtores de commodities agrícolas, promover o desenvolvimento sustentável e apoiar pequenos produtores frente a exigências internacionais consideradas injustas e discriminatórias. Em 2025, o foco será café e cacau, com treinamentos presenciais e visitas a propriedades.

A iniciativa visa fortalecer a gestão sustentável do café e do cacau por meio da troca de experiências, tecnologias e estratégias que ampliem a competitividade e resiliência das cadeias produtivas. Espera-se aprimorar o conhecimento técnico, reforçar redes de colaboração internacional, desenvolver políticas sustentáveis conjuntas e posicionar a Indonésia e os países parceiros, como o Brasil, na liderança de agendas de comércio justo.

Estão participando do encontro representantes de governos, associações de produtores, operadores do setor de pequenas e médias propriedades, ativistas e acadêmicos ligados às cadeias de valor sustentáveis. O comitê organizador selecionou dois candidatos de cada país, totalizando 36 participantes de 18 nações: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Malásia, México, Nigéria, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Tailândia.



Programa Café Produtor de Água é destaque em missão internacional na Indonésia

Em junho, também indicado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o CNC participou de uma missão internacional na Indonésia onde apresentou o Programa Café Produtor de Água em um encontro técnico entre representantes de países produtores de café e cacau. A iniciativa foi um dos destaques do evento e demonstrou o compromisso brasileiro com a sustentabilidade na prática.

Idealizado pelo CNC em parceria com suas cooperativas associadas, o programa conta com o apoio do Mapa, Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, OCB/Sescoop, Banco Sicoob, ANA, IICA, Embrapa Café, Emater-MG, Copasa e Universidades.



A apresentação foi conduzida pela assessora técnica do CNC, Luiza Kreimeier. O público demonstrou grande admiração pela proposta inovadora do programa, reconhecendo-o como um marco global e inédito na produção de café sustentável.

Participaram do evento representantes de governos, associações de produtores, operadores de cadeias produtivas de pequeno e médio porte, acadêmicos e ativistas ligados ao desenvolvimento de sistemas agrícolas sustentáveis. O comitê organizador selecionou dois representantes de cada um dos 18 países participantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa do Marfim, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Malásia, México, Nigéria, Papua-Nova Guiné, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Tailândia. A participação da comitiva brasileira foi patrocinada pelo governo indonésio.

O Programa Café Produtor de Água está sendo implementado em diversas regiões cafeeiras. Em Alpinópolis (MG), o projeto-piloto já está em andamento em propriedades de cooperados da Cooxupé, na Bacia do Ribeirão da Conquista. Em Monte Carmelo (MG), a parceria com a prefeitura foi renovada para proteger a Bacia do Córrego Santa Bárbara, beneficiando 27 propriedades de cooperados da MonteCCer. Em Varginha (MG), o programa será iniciado em breve em parceria com a Minasul e o Sicoob Credivar. No Espírito Santo, o CNC atua com a Cafesul, Coabriel e Nater Coop na definição das bacias prioritárias, além de ter firmado convênio com o Programa Reflorestar, do Governo do Espírito Santo.

ENTRE AS AÇÕES DO CNC DESTACAMOS O CAFÉ PRODUTOR DE ÁGUA

O programa nasceu a partir de um desafio lançado por um representante membro da OIC que, em seu pronunciamento, alertou que, em breve, o mundo poderá não dispor de água suficiente, inclusive para o abastecimento humano. “Estando presente nessa reunião, recebi essa afirmação como um chamado à reflexão e à ação, especialmente para o maior produtor e segundo maior consumidor de café do mundo”, explicou Silas Brasileiro.

A partir daí, iniciamos a busca por uma solução capaz de responder a essa preocupação. Após diversas discussões e ouvindo atentamente nossos conselheiros, estruturamos a ideia que deu origem ao projeto e, posteriormente, se consolidou no Programa Café Produtor de Água.

O Café Produtor de Água nasceu em 2021, idealizado pelo CNC junto às suas cooperativas associadas, contando com os seguintes parceiros:

Realização:



Conselho Nacional do Café

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA E
PECUÁRIA



PREFEITURA DE
VARGINHA



Apoio:



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Agricultura,
Abastecimento, Aquicultura e Pesca



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Meio Ambiente
e Recursos Hídricos





A gestão eficiente da água é essencial para a segurança hídrica e o desenvolvimento sustentável das regiões cafeeiras. O CNC reconhece a irrigação como uma das ferramentas estratégicas para aumentar a produtividade e garantir a sustentabilidade do setor em determinadas regiões. Nesse contexto, o “Programa Café Produtor de Água” tem se destacado como uma iniciativa inovadora na cafeicultura.

Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil pode expandir sua área irrigada em 76% até 2040, respeitando a legislação ambiental. Minas Gerais, maior produtor de café do país, representa 12% desse potencial. Durante o XVIII Seminário de Políticas Públicas para o Setor Rural, realizado em outubro de 2024, a equipe do Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Thales Fernandes, apresentou dados reforçando essa perspectiva. O Governador Romeu Zema destacou a importância da Política Estadual da Agricultura Irrigada Sustentável, sancionada em julho de 2024, para orientar o uso responsável da água.

Dados do Atlas da Irrigação da ANA – leitura obrigatória para o produtor rural brasileiro – revelam que o Brasil é o sexto país com maior área irrigada do mundo, com 8,2 milhões de hectares, sendo 96,2% em propriedades privadas. Entre 2010 e 2022, a área irrigada por pivôs centrais cresceu 225%, com Minas Gerais concentrando cerca de 500 mil hectares. O Atlas projeta a incorporação de 4,2 milhões de hectares até 2040, o que equivale a 22% da área agropecuária atual do Brasil. Culturas como tomate, arroz, pimentão, cebola, batata, alho, frutas e verduras dependem fortemente da irrigação.

Na lavoura de café não é diferente, as plantas, em sua fase inicial, precisam de umidade adequada para desenvolver o sistema radicular e crescer vigorosamente. Raízes robustas e profundas permitem a absorção da água e de nutrientes essenciais, garantindo maior resistência da planta a períodos de seca. Outra fase crítica é a abertura das flores, onde a falta de água pode levar ao abortamento, além de comprometer o enchimento de grãos, diminuindo a produtividade. As irregularidades do clima, com períodos mais estendidos de seca, déficit hídrico e temperaturas elevadas, estão preocupando cada vez mais os produtores que já estão buscando alternativas para garantir a produção sustentável.

Os objetivos são bem claros: cuidar do meio ambiente com a preservação dos recursos hídricos, das vegetações e matas ciliares, plantio de árvores e proteção dos mananciais, além de proporcionar a recuperação de estradas vicinais, fundamentais para escoamento da produção e para o deslocamento do trânsito dentro do município, melhorando a qualidade de vida da população rural. Como consequência, evita o assoreamento de rios e lagos, promove proteção de nascentes, oferece a construção de bacias de contenção, evitando assim, erosões.

São adotadas diversas práticas conservacionistas para a preservação do solo e da água nas lavouras de café. No âmbito vegetativo, destaca-se o reflorestamento nas margens de rios e córregos, a recuperação de áreas degradadas e o uso de plantas de cobertura entre as linhas do cafeeiro. Essas medidas garantem a cobertura do solo durante todo o ano, com manejo adequado das roçadas em períodos estratégicos. Já as práticas conservacionistas mecânicas incluem a construção de pequenas bacias para captação da água da chuva (barraginhas), que evitam a erosão e a formação de sulcos, além da adequação das estradas vicinais com elevações e terraços que reduzem a velocidade da água pluvial, conduzindo-a para as barraginhas laterais das estradas.

Ao implementar essas ações em suas propriedades, os produtores rurais são incentivados por meio do apoio das prefeituras e dos departamentos técnicos das cooperativas, que desempenham um papel fundamental na disseminação de práticas conservacionistas. Essa parceria contribui diretamente para a conservação dos recursos hídricos e do solo, melhora a produtividade do café e ainda possibilita o acesso aos benefícios do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), fortalecendo a sustentabilidade e a viabilidade econômica da atividade cafeeira. A implementação eficaz dos PSAs é, portanto, uma estratégia fundamental para o sucesso dos programas de conservação, incentivando a participação ativa dos produtores na gestão integrada e responsável das bacias hidrográficas, equilibrando as necessidades ambientais, econômicas e sociais.

O Banco Sicoob patrocina o pagamento por serviços ambientais efetuados aos produtores participantes do Café Produtor de Água. O Programa está sendo desenvolvido em diversas regiões cafeeiras. Em Alpinópolis (MG), o projeto-piloto já está em execução em propriedades de cooperados da Cooxupé, na Bacia do Ribeirão da Conquista. Em Monte Carmelo (MG), foi renovada a parceria com a prefeitura para proteger a Bacia do Córrego Santa Bárbara, beneficiando 27 propriedades de produtores da MonteCCer. Em Varginha (MG), iniciaremos em breve a atuação na região em parceria com Minasul e Sicoob Credivar. No Espírito Santo, trabalhamos na definição das bacias junto à Cafesul, Cooabriel e Nater Coop.

Em 2025, o CNC continuará mostrando para o mundo, em especial ao mercado cafeeiro, a importância do projeto, dedicando atenção especial ao Programa Café Produtor de Água, investindo esforços, tempo e recursos para sua ampliação e fortalecimento. Com o apoio das cooperativas, a iniciativa continuará promovendo práticas conservacionistas que garantam o uso eficiente da água, a preservação dos recursos hídricos e o aumento da sustentabilidade na cafeicultura. O compromisso do CNC reforça a importância da gestão responsável da água como um fator essencial para a produtividade e a resiliência do setor cafeeiro.



O programa já proporcionou pagamentos por serviços ambientais (PSA) a produtores de Alpinópolis, sendo patrocinado pelo Banco Sicoob.



Com um ACT inteligente surgiu o acordo entre o Programa Café Produtor de Água e o Reflorestar no Espírito Santo



A Casa do Cooperativismo Capixaba foi palco de um momento importante para a cafeicultura do Espírito Santo. Na tarde da segunda-feira (11/8), foi realizada a cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o Programa Café Produtor de Água e o Reflorestar, iniciativas voltadas para a revitalização de mananciais e preservação de matas ciliares em áreas produtoras de café.

A parceria foi firmada entre o Conselho Nacional do Café (CNC) – organização idealizadora do programa, a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama), o Sistema OCB/ES e as cooperativas Coaabriel, Nater Coop, Cafesul e Sicoob ES.

A abertura do encontro foi marcada pela formalização do acordo. Assinaram o documento o presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro; Felipe Rigoni, secretário de Meio Ambiente do Espírito Santo; Enio Bergoli, secretário de Agricultura do Espírito Santo; Bento Venturim, presidente do Sicoob ES e conselheiro diretor do CNC; Dr. Pedro Scarpi Melhorim, presidente do Sistema OCB/ES; Luiz Carlos Bastianello, presidente da Coaabiel; Denilson Potratz, presidente da Nater Coop; Renato Theodoro, presidente da Cafesul; e Carlos André Santos de Oliveira, diretor-executivo do Sistema OCB/ES.

A solenidade foi conduzida pelo analista de Desenvolvimento Cooperativista do Sistema OCB/ES Vinícius Schiavo, responsável por atender às demandas das cooperativas de café do Espírito Santo. O profissional lembrou que o acordo viabiliza a implementação de um programa nacional, idealizado pelo CNC e agora conduzido a muitas mãos. “O Café Produtor de Água tem muitos parceiros e depende de que todos estejam alinhados e em pé de igualdade em termos de contribuição e responsabilidades”, frisou.

Na sequência, Gabriel Nunes Junior, engenheiro agrônomo e gerente do programa Reflorestar, explicou que a iniciativa administrada pelo governo estadual dialoga com o programa do CNC abraçado pelo cooperativismo capixaba.

Em seguida, Devanir Garcia dos Santos, consultor do CNC, explicou como funciona tecnicamente o Café Produtor de Água, apresentando o panorama das ações que serão adotadas no Espírito Santo em conjunto com o Reflorestar.

Lideranças elogiam a iniciativa

Dr. Pedro Scarpi Melhorim, presidente do Sistema OCB/ES, enfatizou a similaridade dos objetivos do programa Café Produtor de Água com os princípios e valores do cooperativismo. “A preservação e o cuidado com o meio ambiente já estão no DNA do cooperativismo”.

Carlos André Santos de Oliveira, diretor-executivo do Sistema OCB/ES, agradeceu aos órgãos governamentais, cooperativas e profissionais envolvidos no programa, que considera benéfico para os capixabas. “Não poderia deixar de registrar a importância desse momento histórico que foi desenhado a muitas mãos. Com certeza, essa iniciativa será muito boa para a cafeicultura, para o meio ambiente e para o cooperativismo no Espírito Santo”, disse.

Felipe Rigoni, secretário de Meio Ambiente do Espírito Santo, alertou sobre a necessidade de aliar a sustentabilidade aos objetivos financeiros dos produtores rurais. “Não tem como cuidar do meio ambiente sem conversar com quem cuida da terra”, destacou.

Enio Bergoli, secretário de Agricultura do Espírito Santo, frisou a importância de integrar políticas públicas para proteger recursos hídricos e promover o desenvolvimento sustentável da cafeicultura capixaba. “Mais do que na preservação, a água é o principal insumo de produção no Espírito Santo”, ressaltou.



Renato Theodoro, presidente da Cafesul, trouxe uma visão do mercado internacional em relação à sustentabilidade e seus impactos na produção brasileira e capixaba. “A Europa já é muito consciente das questões ambientais e cobra muito das indústrias e empresas. Consequentemente, essa cobrança chega a nós, e temos que buscar fazer o nosso dever de casa também. O programa Café Produtor de Água é mais um passo que estamos dando nessa direção”, comentou.

Quem também demonstrou entusiasmo foi Denilson Potratz, presidente da Nater Coop. “Não poderíamos deixar de apoiar um projeto desses, pois, enquanto cooperativa, lidamos diretamente com o produtor e a sua propriedade e sempre devemos incentivá-lo a preservar, pois assim podemos avançar e mostrar para o mundo que estamos fazendo a coisa certa”, ponderou.

Bento Venturim, presidente do Sicoob Central ES e conselheiro diretor do CNC, defendeu a otimização de recursos, que julga estar sendo aplicada no programa recém-lançado no Espírito Santo. “Precisamos otimizar os recursos do estado, e o programa Café Produtor de Água é um exemplo dessa concentração de esforços, principalmente em termos financeiros”, analisou.

Por sua vez, Luiz Carlos Bastianello, presidente da Coaabriel, considera essencial lembrar o produtor rural constantemente sobre a necessidade de ele lidar com o meio ambiente de forma adequada. “Entre 2014 e 2016, passamos pela maior crise hídrica da história do Espírito Santo. Quem vivenciou aquele momento sabe como foi difícil atravessá-lo, com escassez até de água para consumo humano. Por isso, precisamos ter medidas para amenizar essas situações, e o programa Café Produtor de Água vem atender essa necessidade de anteceder fatos como aqueles que aconteceram no passado”, fortaleceu.

Silas Brasileiro, presidente do CNC, encerrou a rodada de falas referenciando os parceiros do Acordo. “Quero deixar registrado meu profundo reconhecimento a toda a organização e empenho das cooperativas capixabas, da OCB/ES, do Sicoob/ES, do governo do Estado do Espírito Santo e de suas secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente. O sucesso deste momento é fruto do trabalho coletivo, da visão estratégica e do compromisso de cada instituição e liderança aqui presente. Faço um agradecimento especial ao nosso conselheiro diretor do CNC, Bento Venturim, e ao diretor-executivo da OCB/ES, Carlos André Oliveira, o nosso querido Carlão, além do competente Vinícius Schiavo, que tiveram papel fundamental na articulação e no fortalecimento desta parceria. Este espírito de união é a base para que o Programa Café Produtor de Água floresça no Espírito Santo e se torne referência nacional em sustentabilidade e valorização da cafeicultura”, disse.

Ele também frisou a relevância do poder público para viabilizar o sucesso do programa no território capixaba. “Uma iniciativa desse alcance não poderia ter sucesso se não tivesse o apoio governamental. O Espírito Santo e outras regiões já tiveram déficits hídricos muito fortes, e a criação do programa Café Produtor de Água vem para amenizar esse cenário”, finalizou.

Sobre o Acordo de Cooperação Técnica

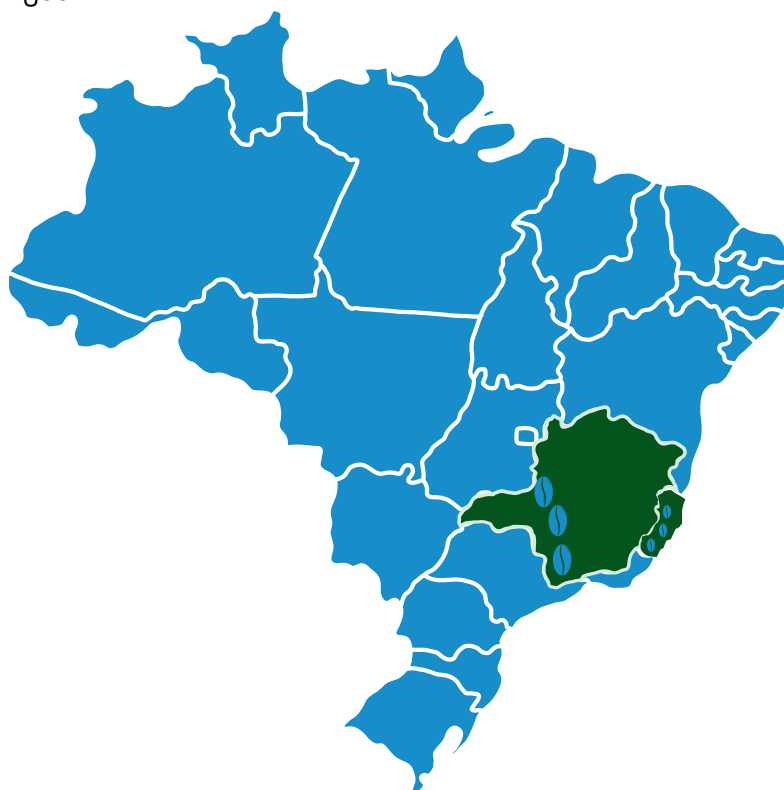
A parceria prevê a integração de esforços entre as partes para o desenvolvimento, implantação, operacionalização e acompanhamento da iniciativa, com o objetivo principal de promover ações que fomentem o fortalecimento da cafeicultura sustentável.

O foco é conservar e recuperar matas ciliares e mananciais, ampliar a segurança hídrica e promover a adequação ambiental das propriedades rurais produtoras de café, bem como promover o repasse de prêmios mediante a execução de ações alinhadas com os objetivos do programa por parte de proprietários rurais que a ele aderirem.

O programa será operacionalizado em todo o estado do Espírito Santo, no âmbito da atuação das cooperativas Cooabriel, Cafesul e Nater Coop, com apoio integral da OCB/ES e do Sicoob/ES, bem como das demais partes envolvidas e futuros interessados. Entre outras obrigações, caberá às cooperativas divulgar a iniciativa junto aos seus produtores cooperados e mobilizá-los para participar do programa, apoiar a execução de ações de adequação ambiental das propriedades rurais e auxiliar os produtores cooperados na elaboração dos projetos em consonância com o Acordo de Cooperação Técnica.

Sobre o programa

Silas Brasileiro relatou como surgiu a ideia do Programa Café Produtor de Água. “O programa nasceu a partir de um desafio lançado por um representante membro da OIC que, em seu pronunciamento, alertou que, em breve, o mundo poderá não dispor de água suficiente, inclusive para o abastecimento humano. Estando presente nessa reunião, recebi essa afirmação como um chamado à reflexão e à ação, especialmente para o maior produtor e segundo maior consumidor de café do mundo. A partir daí, iniciamos a busca por uma solução capaz de responder a essa preocupação. Após diversas discussões, ouvindo atentamente nossos conselheiros e técnicos, estruturamos a ideia que deu origem ao projeto e, posteriormente, se consolidou no Programa Café Produtor de Água”.



Trata-se de uma iniciativa idealizada pelo CNC que nasceu em 2021, com o objetivo de cuidar do meio ambiente. O programa prevê a preservação das vegetações e matas ciliares, plantio de árvores e proteção dos mananciais, além de proporcionar a recuperação de estradas rurais, fundamental para escoamento da produção e melhoria da qualidade de vida da população rural.

Parte da estratégia desse programa é premiar os produtores rurais de café por seus serviços ambientais, com o direcionamento de recursos para que eles possam fazer adaptações e investimentos, recebendo mais reconhecimento em sua estrutura de sustentabilidade.

No Espírito Santo, a ideia é unir esforços com ações já existentes, como o Programa Estadual de Ampliação de Cobertura Florestal, o Reflorestar, executado pela Seama; e o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cafeicultura, da Seag; ambos compartilham os mesmos princípios do Café Produtor de Água.

A proposta de levar o Programa Café Produtor de Água para o Espírito Santo começou em 2024. Em novembro do mesmo ano, um encontro também realizado na sede do Sistema OCB/ES, a convite do Diretor Executivo da entidade, Carlos André, reuniu representantes do CNC e das coops capixabas para discutir o tema. A partir da boa receptividade, a parceria foi sendo construída, até chegar ao momento da assinatura desse termo.

A parceria atende a uma demanda cada vez mais presente na sociedade, que é a busca pela sustentabilidade na cadeia produtiva do café. A iniciativa ainda é benéfica ao fomentar parcerias institucionais que viabilizem a adoção de práticas conservacionistas e estratégias de manejo voltadas à ampliação da cobertura vegetal, à redução da erosão e sedimentação e ao aumento da infiltração de água no solo.

O Brasil é o maior produtor de café do mundo. De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), o Espírito Santo é 2º maior produtor brasileiro de café conilon e o terceiro maior produtor de arábica. O estado é responsável por mais de 30% da produção do país. Atualmente, existem 402 mil hectares em produção no estado. A atividade cafeeira é responsável por 37% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola capixaba.



Reunião entre CNC e ANA reforça avanço de uma das maiores iniciativas de sustentabilidade da cafeicultura mundial

O Conselho Nacional do Café recebeu, no dia 29 de maio, os representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Henrique Pinheiro Veiga, superintendente adjunto de Planos, Programas e Projetos, e Rossini Ferreira Matos Sena, especialista em recursos hídricos. A reunião teve como foco o fortalecimento da parceria institucional no âmbito do Programa Café Produtor de Água, considerado uma das maiores iniciativas de sustentabilidade da cafeicultura mundial.

Idealizado pelo CNC em parceria com suas cooperativas associadas, o programa conta com o apoio do Mapa, do Banco Sicoob, da OCB/Sescoop, da ANA, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Emater-MG, Comitês de Bacias, de universidades, da Copasa e de prefeituras municipais onde os projetos estão sendo desenvolvidos.

Lançado em 2021, o programa tem como objetivo a revitalização de bacias hidrográficas, a preservação de matas ciliares e a melhoria das estradas rurais em regiões cafeeiras. Por meio de práticas conservacionistas, como o plantio de cobertura vegetal, nas entrelinhas do café, a construção de barraginhas, terraços, cercamento de nascentes e melhorias em estradas vicinais, o projeto promove uma agricultura regenerativa, melhora a saúde do solo, evitando erosão e perda de nutrientes e garante a disponibilidade e a qualidade da água — beneficiando o campo e a cidade.



Com duração prevista de cinco anos, a iniciativa também contempla a concessão de Prêmio por Serviço Ambiental (PSA), patrocinado pelo Banco Sicoob. Esse mecanismo de incentivo remunera financeiramente os produtores rurais que adotam práticas conservacionistas, reconhecendo o papel fundamental da cafeicultura na geração de serviços ambientais que beneficiam toda a sociedade. A cada etapa concluída, os produtores também recebem certificados/diplomas e acompanhamento técnico qualificado.

O programa está em fase de expansão, com ações em andamento no estado de Minas Gerais, nos municípios de Alpinópolis, por meio da cooperativa Cooxupé; Monte Carmelo, por meio da MonteCCer; Varginha, com a Cooperativa de Crédito Sicoob Credivar; e também com a Cooperativa Minasul. Além disso, novas tratativas estão em curso com a Expocacer e outras cooperativas da região do Cerrado Mineiro.

Em 2024, o programa também avançou para o estado do Espírito Santo, em parceria com o Programa Reflorestar, estendendo suas ações para diversas regiões capixabas com o apoio das cooperativas Cooabriel, Nater Coop e Cafesul. Ao longo do mês de abril, a equipe técnica do CNC realizou visitas às regiões participantes, promovendo discussões sobre os avanços e o planejamento das próximas etapas do projeto.

As visitas a campo incluíram treinamentos das equipes locais, identificação de áreas prioritárias, elaboração de diagnósticos e desenvolvimento de projetos individualizados para cada propriedade, com foco na conservação do solo e da água. Paralelamente, o CNC tem buscado ampliar o leque de parceiros financeiros, com o objetivo de viabilizar a adesão de um número ainda maior de produtores e expandir o programa para novos estados.

Durante a reunião com os representantes da ANA, foi reafirmado o compromisso conjunto com a sustentabilidade e a conservação dos recursos hídricos, e discutidas novas estratégias para potencializar os impactos positivos do programa nas regiões cafeeiras brasileiras. O CNC segue atuando como catalisador dessa transformação, alinhando produção, meio ambiente e responsabilidade compartilhada como pilares da cafeicultura do futuro.

Importância de decreto em Minas reforça sinergia com o Programa Café Produtor de Água



O Conselho Nacional do Café comemorou a assinatura do decreto que regulamenta a Política Estadual de Agricultura Irrigada Sustentável em Minas Gerais, considerando a medida um marco fundamental para a promoção da segurança hídrica, o aumento da produtividade agrícola e a preservação ambiental no estado que lidera a produção nacional de café.

A iniciativa do Governo de Minas, por meio da regulamentação da Lei Estadual nº 24.931/2024, representa um avanço decisivo para garantir segurança jurídica aos produtores e orientar o uso eficiente da água no campo, especialmente em regiões mais vulneráveis à escassez hídrica. Ao reconhecer a irrigação como atividade de utilidade pública e estabelecer critérios claros para certificação de projetos, o decreto cria um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da agricultura.

Essa nova regulamentação estadual dialoga diretamente com os princípios e objetivos do Programa Café Produtor de Água, iniciativa do CNC que busca incentivar práticas sustentáveis na cafeicultura por meio da conservação de nascentes, recuperação de matas ciliares e manejo adequado do solo. Ambos os programas reforçam o papel do produtor rural como agente de preservação ambiental, assegurando, ao mesmo tempo, maior produtividade e resiliência climática.

O CNC destaca que a ampliação da área irrigada de maneira racional, como propõe o Governo de Minas, permitirá ao produtor aumentar o número de safras, reduzir a pressão sobre novas áreas agrícolas e contribuir para a estabilidade no fornecimento de alimentos — com impactos diretos no combate à inflação e na segurança alimentar da população.

“Parabenizamos o governador Romeu Zema, o secretário Thales Fernandes e toda a equipe da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), bem como a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável da agropecuária mineira”, destacou Silas Brasileiro, presidente do CNC.

Programa Café Produtor de Água é destaque em encontro internacional sobre economia circular



O Conselho Nacional do Café participou, no dia 16 de julho, do encontro do Circular Economy Working Group promovido pelo Centro de Economia Circular do Café (Center for Circular Economy in Coffee – C4CEC). O evento, realizado de forma virtual, reuniu mais de 55 membros internacionais para discutir iniciativas sustentáveis no setor cafeeiro.

O CNC apresentou os avanços do Programa Café Produtor de Água, iniciativa que tem ganhado destaque por promover a conservação hídrica e recuperação de matas ciliares, valorizando os serviços ambientais prestados pelos cafeicultores brasileiros. O presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro, destacou a crescente relevância internacional da iniciativa: “O Programa Café Produtor de Água tem alcançado uma notoriedade cada vez maior no cenário global, o que demonstra que a sustentabilidade não é apenas uma tendência, mas uma exigência do nosso tempo. Ver esse projeto sendo apresentado e debatido entre lideranças internacionais nos enche de orgulho e reforça nosso compromisso com uma cafeicultura responsável, que respeita o meio ambiente, valoriza nossas cooperativas e nossos produtores. Estamos construindo um legado que transcende fronteiras e contribui, de fato, para o futuro do planeta”.

Durante a apresentação, a assessoria técnica do CNC destacou os desafios enfrentados pelo setor que impulsionaram a criação do programa, bem como o engajamento das cooperativas associadas ao CNC. Foi ressaltada a importância da água como um recurso estratégico para a cafeicultura e para o planeta, e evidenciado o impacto positivo do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) na adesão das cooperativas, dos produtores, das Prefeituras Municipais e dos consórcios de água na continuidade das ações de preservação. Além do CNC, a Cooxupé também compartilhou experiências ligadas à economia circular. A gerente ESG da cooperativa, Natália Carr, apresentou duas iniciativas: o aproveitamento da casca e restos de polpa do café para a produção de bioplástico, e a implementação local do próprio Programa Café Produtor de Água.

O evento contou ainda com uma apresentação de David Lenny Waweru, proprietário da Ruwawa Farm, no Quênia, que demonstrou como tem integrado práticas circulares em sua produção. O encontro foi coordenado por Katherine Oglietti, co-coordenadora do C4CEC, e contou com a participação de representantes de instituições como a UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial), Fairtrade International, Neumann Gruppe USA e outras lideranças do setor global.

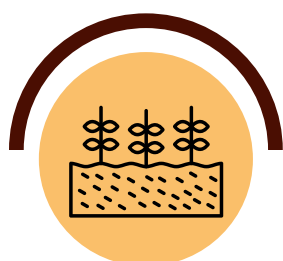
COMITÊS TÉCNICOS

O Conselho Nacional do Café é uma entidade que representa o setor da produção cafeeira. Ao todo 97 cooperativas, associações e instituições são membros do CNC. Os comitês buscam atender as demandas do setor, através de ações práticas sustentáveis, são eles: **Comunicação, Estatística, Pesquisa & Tecnologia e Sustentabilidade.**

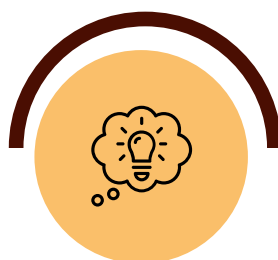
Os comitês são compostos por líderes indicados por suas cooperativas e têm o papel de articular competências na rede, além de harmonizar e propor iniciativas de interesse do setor. A indicação do coordenador dos comitês é feita pelos seus membros.

Os representantes do Comitê trazem experiências de suas cooperativas, num trabalho de intercooperação com os demais.

Objetivos dos Comitês



Desenvolver projetos que tragam melhorias constantes para a cafeicultura



Discutir temas da cafeicultura para trazer soluções para seus associados e propagar as ações do CNC em prol desses cooperados



Identificar os desafios e fatores críticos em regiões produtoras



Apresentar demandas para que o CNC atue junto às entidades governamentais e ao Congresso

VISITAS E EVENTOS

Visita de cortesia da diretoria da ABIC



Representantes da Associação Brasileira da Indústria de Café realizaram, no dia 15 de janeiro, uma visita de cortesia à sede do CNC, em Brasília. A comitiva foi composta pelo presidente da ABIC, Pavel Cardoso, pelo diretor executivo da entidade, Celírio Inácio, e pelo advogado para Relações Institucionais e Governamentais da ABIC, Felipe Moreira.

A visita teve como objetivo estreitar laços e promover um diálogo construtivo entre as duas entidades, fundamentais para o setor cafeeiro brasileiro. Durante o encontro, o presidente do CNC, Silas Brasileiro, recepcionou os representantes da ABIC e destacou a importância da colaboração entre as instituições para o fortalecimento da cafeicultura nacional.

CNC parabeniza lideranças no setor cafeeiro: Ricardo Schneider reconduzido no CCCMG e Mariana Velloso na Expocacer



O Conselho Nacional do Café tem a satisfação de reconhecer e parabenizar as novas lideranças eleitas para conduzir importantes instituições do setor cafeeiro. No Centro do Comércio de Café de Minas Gerais (CCCMG), Ricardo Schneider foi reconduzido à presidência, com seu vice-presidente sendo o nosso amigo Arquimedes Coli Neto, enquanto na Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado LTDA (Expocacer), Mariana Velloso assume como presidente do Conselho de Administração, acompanhada por Antonio Mazzo Júnior como vice-presidente.

Para o presidente do CNC, Silas Brasileiro, essas lideranças representam o dinamismo e a inovação que impulsionam a cafeicultura brasileira. “Temos a alegria de ver nomes comprometidos com o desenvolvimento do setor assumindo papéis tão relevantes. Ricardo Schneider dá continuidade a um trabalho de excelência no CCCMG, promovendo o diálogo e a união entre os elos da cadeia produtiva. Já Mariana Velloso faz história ao ser a primeira mulher a liderar a Expocacer, demonstrando sua visão estratégica e seu compromisso com a sustentabilidade e a qualidade do café”, destaca.

A eleição de Mariana Velloso para a presidência do Conselho de Administração da Expocacer é um marco na história da cooperativa. Com uma trajetória de mais de 12 anos no cooperativismo, Mariana é reconhecida por sua atuação na promoção do trabalho feminino na cafeicultura e no compromisso com a sustentabilidade.

Ao lado de Mariana, Antonio Mazzo Júnior assume a vice-presidência, trazendo sua experiência como agrônomo e defensor do cooperativismo. O CNC também ressalta ainda o trabalho exemplar do Diretor Presidente Executivo da Expocacer, Simão Pedro de Lima, que tem sido fundamental para o crescimento da cooperativa.

“A Expocacer demonstra, mais uma vez, sua capacidade de inovação e gestão eficiente. Mariana, Antonio e Simão Pedro têm a missão de conduzir a cooperativa a um futuro ainda mais promissor”, enfatiza Silas Brasileiro.

O CNC reafirma seu apoio a ambas as instituições e deseja sucesso aos novos gestores. “O setor cafeeiro brasileiro só tem a ganhar com lideranças tão capacitadas e comprometidas. Juntos, seguimos trabalhando pelo fortalecimento da cafeicultura nacional”, finaliza Silas Brasileiro.

Sustentabilidade e valorização da cafeicultura marcam abertura da Femagri 2025



O CNC marcou presença na abertura da 24ª edição da Femagri – Feira de Máquinas, Implementos e Insumos Agrícolas, realizada pela Cooxupé em Guaxupé/MG, representado pelo presidente Silas Brasileiro e pela assessora técnica Luiza Mantiça Kreimeier.

Estiveram presentes no evento de abertura:

- Carlos Augusto Rodrigues de Melo, presidente da Cooxupé;
- Osvaldo Bachião Filho, vice-presidente da Cooxupé;
- Luiz Fernando dos Reis, superintendente comercial da Cooxupé;
- Jorge Florêncio, diretor de marketing da Cooxupé;
- Jarbas Corrêa Filho, prefeito de Guaxupé;
- Emidinho Madeira – Deputado Federal (Presidente da Frente Parlamentar do Café);
- Otávio Maia, presidente da Emater-MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais);
- Coronel Trajano, comandante da 18ª Região de Polícia Militar;
- José Eduardo dos Santos Júnior, superintendente de Desenvolvimento do Cooperado da Cooxupé.

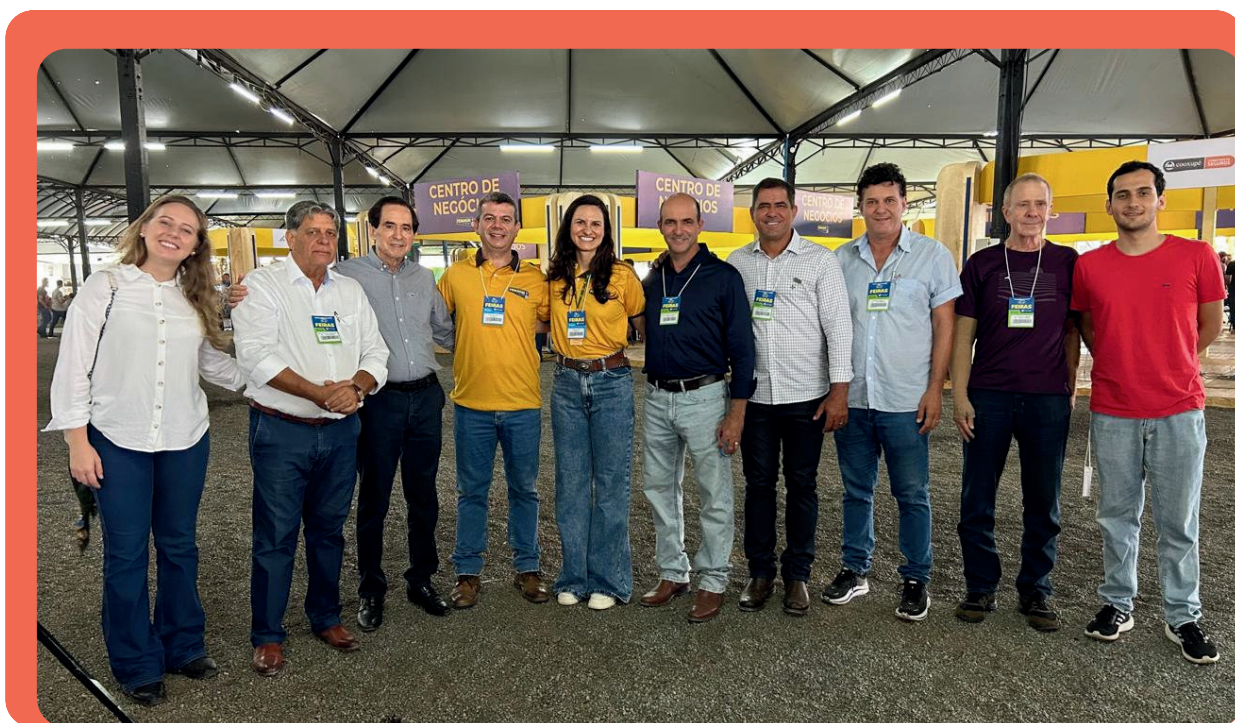
O presidente do CNC destacou a organização do evento e a grandeza das ações promovidas pela Cooxupé. “A Femagri demonstra a força e a capacidade da Cooxupé em oferecer aos cooperados inovação e oportunidades. Este é um evento de extrema relevância para a cafeicultura, pois possibilita aos produtores acesso à tecnologia e ao conhecimento necessários para aprimorar sua produção e garantir maior rentabilidade”, destacou.

O evento de abertura foi marcado por discursos sobre temas fundamentais para o setor cafeeiro, entre eles o Certifica Minas Café, uma certificação reconhecida mundialmente, que exige práticas essenciais em várias áreas, como questões trabalhistas, sociais e ambientais. Essas práticas são pré-requisitos indispensáveis para a comercialização do café no mercado global.

“Os projetos como os da Emater são fundamentais para o desenvolvimento do setor, apoiando os cafeicultores a atenderem aos requisitos exigidos no mercado e promoverem a sustentabilidade. O CertificaMinas foi lançado durante a gestão do então Secretário de Agricultura de Minas, Silas Brasileiro, em 2007, sendo uma plataforma pioneira no mundo, que veio falar das certificações mais recentemente”, lembrou Otávio Maia, presidente da Emater/MG.

O presidente do CNC elogiou ainda o posicionamento do Coronel Trajano sobre o trabalho das forças de segurança para garantir uma safra tranquila. “Ficamos impressionados com a capacidade do Coronel da PM e de sua equipe, que, em parceria com a Polícia Civil, vêm realizando um trabalho integrado de inteligência, proporcionando grande segurança para os produtores rurais. O sistema de integração desenvolvido é, sem dúvida, um modelo de eficácia, garantindo tranquilidade e proteção durante toda a safra”, destacou.

Silas Brasileiro participou ainda da assinatura de renovação do convênio, criado em 2011, entre a Cooxupé e o Sistema Faemg/Senar, que já possibilitou a realização de aproximadamente 5 mil cursos e a capacitação de mais de 49 mil pessoas. Na cerimônia, a assinatura do documento foi feita pelo presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo, pelo vice-presidente Osvaldo Bachião Filho, pelo superintendente do Senar Minas, Celso Furtado Júnior, e pelo assessor da diretoria do Sistema Faemg/Senar, Antônio Carlos Álvares.





O stand do Protocolo Gerações foi um sucesso

**Da esquerda para a direita:
Carlos Augusto Rodrigues de
Melo, presidente da Cooxupé,
Silas Brasileiro, presidente do
CNC e Osvaldo Bachião Filho,
vice-presidente da Cooxupé**



O presidente do CNC elogiou ainda o posicionamento do Coronel Trajano sobre o trabalho das forças de segurança para garantir uma safra tranquila. “Ficamos impressionados com a capacidade do Coronel da PM e de sua equipe, que, em parceria com a Polícia Civil, vêm realizando um trabalho integrado de inteligência, proporcionando grande segurança para os produtores rurais. O sistema de integração desenvolvido é, sem dúvida, um modelo de eficácia, garantindo tranquilidade e proteção durante toda a safra”, destacou.

O presidente do CNC fez questão de elogiar a todos os envolvidos na realização da Femagri, destacando a dedicação e o comprometimento da diretoria, da equipe organizadora, dos cooperados e dos expositores. “É inspirador ver o trabalho árduo e a união de todos para fazer desta feira um grande sucesso. A Cooxupé, sob o comando de sua diretoria, a dedicação de toda a equipe e demais envolvidos, segue sempre em busca de inovação, capacitação e desenvolvimento. Aos expositores, que trazem as melhores tecnologias e soluções para o campo, nosso reconhecimento pelo empenho em contribuir para o avanço da cafeicultura. A todos que fazem parte da Femagri, parabéns pela qualidade do evento e pela importância que ele representa para o fortalecimento do setor cafeeiro e para o desenvolvimento sustentável da nossa agricultura”, finalizou Silas Brasileiro.

Abertura da 28ª Fenicafé conta com presença do CNC e reforça compromisso com a cafeicultura



O Conselho Nacional do Café participou, no dia 7 de abril, da cerimônia de abertura da 28ª edição da Feira Nacional de Irrigação em Cafeicultura (Fenicafé), realizada em Araguari (MG), reafirmando seu compromisso com o fortalecimento da cafeicultura irrigada e com o desenvolvimento sustentável do setor.

Realizada pela Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA), a Fenicafé é hoje o maior evento da cafeicultura irrigada do país, sendo referência em inovação, tecnologia e geração de negócios. “Nesta edição especial, que celebra os 40 anos da ACA, o CNC faz questão de destacar o trabalho incansável no processo inicial e na condução da associação por vários mandatos, do líder Reinaldo Caetano. Parabenizamos também o presidente da entidade, Cláudio Morales Garcia, pela liderança, pela visão estratégica e pelo incansável trabalho em prol dos produtores da região”, ressaltou Silas Brasileiro.

Durante a cerimônia, importantes autoridades estiveram presentes ou participaram por videoconferência, prestigiando o evento e reforçando a relevância da cafeicultura para o agronegócio mineiro e nacional. Entre os destaques, o Governador Romeu Zema e o Vice-Governador Professor Mateus Simões, que participaram de forma remota, reforçaram o apoio governamental ao setor.

O CNC também saúda o Prefeito de Araguari, Renato Carvalho Fernandes, pela parceria com os produtores e pelo apoio à realização da Fenicafé, além do Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais, Thales Fernandes, representado na ocasião pelo Secretário Adjunto João Ricardo Albanex, e do Presidente da Emater-MG, Otávio Maia, que têm atuado fortemente para promover políticas públicas voltadas à valorização da agricultura irrigada.

O evento contou ainda com a presença de parlamentares comprometidos com o desenvolvimento da cafeicultura mineira e brasileira, como o Deputado Federal Zé Vitor (PL/MG), e os Deputados Estaduais Raul Belém Filho (Cidadania), Doorgal Andrada (PRD) e Eliane Cristina, diretora-executiva da Coocacer Araguari, que desempenha papel fundamental na valorização dos cafés do Cerrado Mineiro, com gestão competente e foco em qualidade e sustentabilidade. Eliane recebeu uma justa homenagem – moção de aplausos – conferido pelo deputado Raul Belém.

Também participaram da cerimônia lideranças cooperativistas e do setor produtivo que têm sido peças-chave para o fortalecimento da cafeicultura regional e nacional, como o presidente da Coocacer, Mário Takanobu Watanabe, a vice-presidente da Fundacer, Evanete Peres, o presidente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, Gláucio de Castro, o Presidente da MonteCCer e da Fundaccer, Francisco Sérgio de Assis, além do presidente e vice-presidente da Cooxupé, Carlos Augusto Rodrigues de Melo e Osvaldo Bachião Filho (Osvaldinho), respectivamente.

A Fenicafé 2025, recebeu mais de 30 mil visitantes durante três dias de programação, é composta por três frentes principais: o Encontro Nacional de Irrigação e Cafeicultura do Cerrado, a Feira de Irrigação em Cafés do Brasil e o Simpósio de Pesquisa em Cafeicultura Irrigada. Com mais de 90 expositores, o evento apresenta o que há de mais moderno em tecnologias voltadas à cafeicultura irrigada.

“A Fenicafé é uma demonstração clara da força do associativismo e da visão de futuro da cafeicultura do Cerrado Mineiro. Parabenizo a Associação dos Cafeicultores de Araguari pela trajetória exemplar nestes 40 anos, e especialmente o presidente Cláudio Morales Garcia, pela condução firme e inspiradora deste trabalho. Igualmente, destaco o talento e a dedicação da diretora-executiva da Coocacer, Eliane Cristina, que tem se mostrado uma liderança técnica e humana de grande valor para o setor. A Fenicafé não apenas celebra a história, mas projeta um futuro de inovação e sustentabilidade para o nosso café irrigado”, finaliza Silas Brasileiro, presidente do CNC.

União de eventos da Expocacer e Acarpa promove interação e sustentabilidade no café

Realizadas de forma integrada, a 4ª Feira de Negócios da Expocacer e a 24ª edição do Fórum de Mercado e Políticas do Café da Acarpa, nos dias 14 e 15 de maio, em Patrocínio (MG), reuniram produtores, especialistas, lideranças de cooperativas e autoridades em torno de debates estratégicos e soluções voltadas à sustentabilidade e à competitividade do café nacional. O evento conjunto aconteceu no Armazém Unidade II da Expocacer.

A solenidade de abertura contou com as falas de Gláucio de Castro, presidente da Federação dos Cafeicultores da Região do Cerrado Mineira, de Osvaldo Aparecido (Ninim), presidente da Acarpa, Mariana Veloso, presidente do Conselho de Administração da Expocacer, de Silas Brasileiro, presidente do Conselho Nacional do Café, de Gustavo Brasileiro, prefeito de Patrocínio, de Nicolas Elias, presidente da Câmara Municipal de Patrocínio e de Denise Castro, gestora de projetos da Fundaccer, representando o presidente da entidade, Francisco Sérgio de Assis (Serginho).



Da direita para a esquerda: Gláucio de Castro, presidente da Federação dos Cafeicultores da Região do Cerrado Mineira, Denise Castro, gestora de projetos da Fundaccer, representando o presidente da entidade, Francisco Sérgio de Assis (Serginho), Mariana Veloso, presidente do Conselho de Administração da Expocacer, Osvaldo Aparecido (Ninim), presidente da Acarpa, Silas Brasileiro, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), Gustavo Brasileiro, prefeito de Patrocínio e Nicolas Elias, presidente da Câmara Municipal de Patrocínio



Simão Pedro de Lima, Silas Brasileiro e C  zar de Castro Alves apresentaram o painel Economia Verde e as oportunidades para a cafeicultura

Além dos painéis técnicos, a Feira de Negócios promoveu oportunidades de networking, gera  o de negócios e difusão de conhecimento, consolidando-se como um espaço essencial para o aprendizado e crescimento do setor cafeeiro.

O Conselho Nacional do Café reforça seu compromisso com iniciativas que promovam o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e reconhece o papel estratégico de eventos como a Feira de Negócios da Expocacer para a valoriza  o do produtor, a inova  o no campo e a constru  o de políticas sólidas para o futuro da cafeicultura como o que tratamos no Fórum de Mercado e Políticas do Café.



Com o tema “Economia Verde e as Oportunidades para a Cafeicultura”, o evento teve como foco central as práticas sustentáveis e os caminhos para o fortalecimento do setor diante dos novos desafios globais. Um dos destaques da programa  o foi o painel “Política Cafeeira: Cenário Nacional e Internacional”, realizado no dia 14, que contou com a participa  o do presidente do CNC, Silas Brasileiro, e do consultor do Itaú BBA, C  zar de Castro Alves, com media  o de Simão Pedro, Diretor Presidente Executivo da Expocacer.

“O debate foi de altíssimo nível. Tivemos a oportunidade de aprofundar a análise sobre os desafios do mercado e de apresentar caminhos viáveis para que o cafeicultor possa enfrentar as adversidades com informa  o, planejamento e sustentabilidade. Aproveitamos para mostrar um pouco do trabalho do CNC que atua em defesa dos interesses de nossos produtores e cooperativas, mostrando o quanto o cooperativismo    fundamental num mundo globalizado como o de hoje”, afirmou Silas Brasileiro. Segundo ele, a parceria entre Expocacer, Acarpa e a Federa  o dos Cafeicultores do Cerrado foi decisiva para o êxito da feira.

CNC e Coccamig reforçam cooperação e celebram 40 anos da cooperativa



O Conselho Nacional do Café esteve no dia 26 de fevereiro com o Conselho da Coccamig (Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais) em um encontro estratégico que reuniu 17 presidentes e representantes das cooperativas afiliadas. O evento contou com a presença do presidente do CNC, Silas Brasileiro, e da secretária-executiva, Márcia Chiarello, que apresentaram um panorama das principais ações desenvolvidas pelo CNC e as diretrizes estratégicas para os próximos dois anos.

Durante a reunião, Silas Brasileiro enfatizou a importância do cooperativismo para o fortalecimento do setor cafeeiro brasileiro, destacando a atuação das cooperativas como fundamentais para a sustentabilidade e o crescimento da cafeicultura nacional. Ele elogiou o engajamento e comprometimento dos dirigentes cooperativistas, ressaltando que o alinhamento das ações entre CNC e Coccamig é essencial para enfrentar desafios e consolidar avanços para os cafeicultores.

O presidente da Coccamig, Marco Valério Brito, foi reconhecido por Silas pela sua condução exemplar e pela dedicação em fortalecer a representatividade das cooperativas mineiras. “Sua liderança tem sido fundamental na construção de políticas e estratégias que promovem benefícios diretos aos produtores e cooperados, garantindo um setor mais competitivo e sustentável. Marco Brito é um líder extraordinário, dedicado e comprometido com o cooperativismo. Lembro-me que estamos trabalhando lado a lado em benefício da cafeicultura desde os idos em que o café estava no MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) com o ministro Francisco Dornelas”, lembrou o presidente do CNC.

Além das apresentações institucionais e do debate sobre as perspectivas do mercado cafeeiro, os participantes reforçaram a necessidade de um trabalho ainda mais próximo entre as cooperativas, o CNC e demais entidades do setor para ampliar a representatividade política e econômica do café brasileiro nos mercados interno e externo.

Encerrando a programação com grande celebração, a Coccamig realizou uma noite de gala em comemoração aos seus 40 anos de história. O evento foi conduzido pela Gerente de Marketing da Coccamig, Janaína Santana, e reuniu lideranças do setor, cooperados e parceiros estratégicos para homenagear quatro décadas de compromisso com o desenvolvimento do cooperativismo cafeeiro, consolidando-se como uma referência de trabalho e união para o fortalecimento da cafeicultura nacional.

A COCCAMIG reuniu lideranças do setor cooperativista e contou com a presença do Dr. Ronaldo Scucato, presidente do Sistema OCEMG, Dr. Ricardo Schneider, presidente do Centro do Comércio do Café de Minas Gerais (CCCMG), do prefeito de Varginha, Leonardo Ciacchi, bem como dos diretores e representantes das cooperativas afiliadas.

Silas Brasileiro, fez questão de ressaltar o emocionante discurso proferido pelo presidente da Ocemg, que estava acompanhando de sua bilhante equipe, com a presença do superintendente, Alexandre Gatti Lages e da gerente geral, Isabela Pérez. “O Dr. Ronaldo Scucato, nosso líder maior, exemplo de cidadania, comprometimento e dedicação ao fortalecimento do cooperativismo, fez um belíssimo pronunciamento, destacando a importância da formação e da sucessão dentro do setor. Com sua vasta experiência, relembrou sua trajetória desde a juventude, no tempo de estudante, aos 12 anos, ressaltando como as oportunidades educacionais foram fundamentais para sua jornada. Em sua fala, enfatizou a necessidade de investir na capacitação dos jovens que escolhem o cooperativismo como caminho, assegurando que esse modelo de desenvolvimento, o mais justo e distributivo, continue avançando e fortalecendo aqueles que dele fazem parte. Com sua reconhecida fidalguia, Scucato também fez questão de enaltecer os amigos e parceiros que, ao longo dos anos, têm contribuído para a evolução e aprimoramento constante do cooperativismo, reafirmando seu compromisso com o setor e com o futuro das novas gerações”, destacou Silas Brasileiro.



Gerente de Marketing da Coccamig, Janaína Santana



Dr. Ronaldo Scucato, presidente da OCEMG



Evento reuniu lideranças importantes do cooperativismo nacional

Expocafé 2025 reforça compromisso com a sustentabilidade na cafeicultura



O CNC marcou presença na abertura oficial da Expocafé 2025, no dia 27 de maio, no município de Três Pontas, Sul de Minas Gerais, reafirmando seu compromisso com a valorização do produtor rural, o fortalecimento das cooperativas e a promoção do desenvolvimento sustentável da cafeicultura brasileira. O presidente da entidade, Silas Brasileiro, integrou o grupo de autoridades presentes à cerimônia de abertura da 28ª edição do evento, considerada uma das maiores feiras da cafeicultura nacional.

Organizada pela Cocatrel, em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Prefeitura de Três Pontas, a Expocafé aconteceu de 27 a 29 de maio, no Aeroporto Municipal, e contou com mais de 160 estandes, programação técnica, movimentando cerca de R\$ 750 milhões em negócios.

Jacques Miari, presidente da Cocatrel e conselheiro do CNC, abriu a feira e destacou a relevância do evento, ressaltando seu papel como espaço voltado ao relacionamento, à realização de bons negócios e, principalmente, à capacitação dos produtores. “É uma feira dedicada ao relacionamento, a bons negócios, mas também à instrução do produtor. As palestras deste ano tiveram como tema central a sustentabilidade, abordando tópicos como mecanização em regiões de montanha, práticas de agricultura regenerativa e os desafios que as mudanças climáticas impõem à produção”, afirmou.

A solenidade de abertura contou com a presença de deputados federais e estaduais, além de representantes do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio do diretor técnico da Emater, Gelson Soares Lemes. Também participaram conselheiros do CNC, como Marco Valério Brito (presidente da Coccamig) e Carmem Lúcia Chaves de Brito – Ucha (presidente da Associação Brasileira de Cafés Especiais -BSCA), entre outras autoridades.

Durante seu pronunciamento, Silas Brasileiro destacou a grandiosidade do evento e seu papel estratégico para o fortalecimento da cadeia produtiva do café. “A Expocafé é, sem dúvida, um dos maiores e mais relevantes eventos da cafeicultura nacional. Reunir milhares de produtores, técnicos, lideranças e instituições comprometidas com o desenvolvimento sustentável do setor, como vemos aqui em Três Pontas, demonstra a força e a união da nossa cadeia produtiva. É neste ambiente que surgem inovações, se fortalecem parcerias e se constrói o futuro do café brasileiro. O Conselho Nacional do Café tem orgulho de participar dessa trajetória e reafirma seu compromisso com os produtores, com as cooperativas e com o progresso do nosso agronegócio”, afirmou.

Sustentabilidade em pauta

Silas Brasileiro também aproveitou o momento para reforçar a importância da sustentabilidade em suas três dimensões — ambiental, social e econômica — como diretriz central das ações do CNC. Ele ressaltou programas estratégicos que vêm sendo conduzidos pela entidade, como o Programa Café Produtor de Água, iniciativa que une produtividade e conservação ambiental, com foco no uso eficiente dos recursos naturais.

Além disso, destacou a recente aprovação de R\$ 7,18 bilhões do Funcafé para a safra 2025/2026, como resultado da articulação institucional em defesa do setor.

“O CNC tem trabalhado de forma incansável para garantir políticas públicas eficazes, crédito acessível e incentivos que ajudem o produtor a inovar, a preservar e a prosperar. A sustentabilidade só se concretiza quando o cafeicultor permanece com dignidade e prosperidade no campo”, reforçou o presidente.

Fortalecimento das cooperativas e do associativismo

A presença do CNC na Expocafé, como braço operacional da OCB, também teve como foco o fortalecimento das cooperativas cafeeiras, que são parte essencial da organização produtiva e comercial do setor. Silas Brasileiro destacou o papel da Cocatrel e de outras cooperativas como pilares do desenvolvimento regional e da difusão tecnológica.

“A cooperativa, gestada com comprometimento e capacidade pelo presidente Jacques Miari e sua equipe, é o elo que conecta o produtor às grandes oportunidades de mercado. É por meio dela que conseguimos agregar valor ao café, investir em qualidade, certificação, rastreabilidade e garantir melhores condições de vida aos produtores e suas famílias”, completou.

Café com identidade e turismo

Outro destaque da programação foi o lançamento da Rota do Café, projeto que reúne 51 municípios de Minas Gerais e São Paulo em uma proposta de valorização da cultura cafeeira por meio do turismo e da gastronomia. O projeto é de autoria do deputado federal Diego Andrade (PSD), que destacou a importância do programa: “criei a Rota Turística do Café de Minas Gerais — um projeto que fortalece o turismo, gera renda e homenageia quem planta, colhe e transforma o nosso café em referência mundial. Tenho muito orgulho de ser o autor dessa conquista que une tradição, desenvolvimento e o melhor de Minas”.

Sucesso, sustentabilidade e celebração: Abertura da Safra Mineira de Café e Fórum Mineiro do Agronegócio reúnem lideranças e fortalecem a cadeia produtiva

Sucesso. Essa é a palavra que resume o evento de Abertura da Safra Mineira de Café, marco oficial do início da colheita em Minas Gerais, e a segunda edição do Fórum Mineiro do Agronegócio Sustentável, que tem como foco principal traçar caminhos e propor soluções para um agronegócio mais ativo, inovador e responsável.

Realizados na sede da Coocacer, no Distrito Industrial de Araguari, os eventos reuniram autoridades políticas, representantes de cooperativas, produtores, empresários e especialistas para debater os desafios e oportunidades do agronegócio mineiro e nacional, com foco especial em sustentabilidade, inovação e valorização do produtor rural. O Conselho Nacional do Café foi um dos parceiros da Coocacer Araguari e da Região do Cerrado Mineiro (RCM) na realização do encontro.

Abertura

Na solenidade de abertura já foi possível identificar a grandeza do evento. O presidente do CNC, Silas Brasileiro, iniciou os discursos destacando o papel das cooperativas, dos produtores e das lideranças para que os cafés do Brasil alcançassem o patamar de maior produtor e exportador do mundo. “Cada um de vocês que estão aqui tem escrito a história da nossa cafeicultura que completa agora três séculos, imprimindo progresso, desenvolvimento industrial e social, promovendo o crescimento histórico do nosso país”, ressaltou.



“O café não é só grão, ciência ou pesquisa. Ele é feito de pessoas, de lideranças que transformam o setor. E esse evento, idealizado pela extraordinária Diretora-Executiva da Coocacer, Eliane Cristina, mostrou exatamente isso”, relatou Silas Brasileiro.

Eliane Cristina ressaltou o trabalho em parceria com o CNC e a importância da entidade. “Para nós, é uma honra contar com o CNC como um dos apoiadores deste evento. Levar ao produtor o conhecimento sobre o trabalho que o CNC realiza é, também, uma missão das cooperativas. Precisamos fortalecer toda a cadeia do café, e isso passa, necessariamente, por informação e representatividade. Sabemos que Brasília representa grandes desafios, e é reconfortante saber que temos o CNC nos representando, defendendo os interesses do setor no Funcafé e em todas as pautas que nos dizem respeito. Diante da grandeza do que o CNC faz em prol do produtor, nosso papel é modesto: apenas dar visibilidade a esse trabalho e levar esse conhecimento até a base.”



Da esquerda para direita: Guilherme Schuck Candemil (Chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da Extensão do Trabalho e Auditor Fiscal do Trabalho), Luiz Henrique Ramos Lopes (Chefe do Programa Trabalho Sustentável e Auditor Fiscal do Trabalho – Representando o Ministro Luiz Marinho), Silas Brasileiro (CNC), Marco Antonio Ferreira Costa (Chefe do Setor de Inspeção do Trabalho da Gerência de Uberlândia/MG e Auditor Fiscal do Trabalho) e Juracy Alves dos Reis (Gerente Regional do Trabalho em Uberlândia e Auditor Fiscal do Trabalho).

Café: cultura histórica e motor da economia mineira

A celebração também marcou o início das comemorações dos 300 anos da cultura do café no Brasil, iniciada em 1727 e consolidada como uma das principais atividades econômicas do país. Em Minas Gerais, somente no primeiro trimestre de 2025, o café foi responsável por 65% do PIB nas exportações do estado, segundo dados do governo estadual.

Como parte das comemorações, foi lançado o projeto do Memorial do Café, que será desenvolvido pelo Instituto Mineiro do Agronegócio Sustentável (IMAS), em parceria com entidades e empresas, com o objetivo de resgatar e preservar a trajetória do grão no Brasil. Também foi anunciado o lançamento do livro comemorativo dos 300 anos do café, previsto para 2027, com apoio das esferas federal, estadual, municipal, além de cooperativas e instituições ligadas à cafeicultura. As autoridades receberam também um exemplar do livro inédito para o Brasil chamado: “A Revolução do Café Brasileiro – Regiões com Indicação Geográfica”, de autoria de Juliano Tarabal e Enrique Alves.

Programação diversificada e discussões relevantes

Com cerca de dois mil inscritos, a programação da manhã foi dedicada à cerimônia oficial da Abertura da Safra, reunindo representantes de toda a cadeia do café, incluindo associações, representantes de classe, produtores, imprensa e demais presidentes de cooperativas, com foco na integração dos diversos elos do setor, análise de demandas e estratégias de fortalecimento da produção.

Durante a tarde, o Fórum Mineiro do Agronegócio Sustentável promoveu debates técnicos sobre temas como agricultura regenerativa, gestão inteligente da água, conservação da biodiversidade, tecnologias sustentáveis, além da importância das políticas públicas voltadas ao produtor rural diante das mudanças climáticas. Paulo Guedes, economista e ex-ministro da Economia no Brasil, referência em economia verde, apresentou um painel com importantes reflexões sobre a economia global. O encerramento do evento ficou por conta de um show exclusivo do cantor Renato Teixeira, reservado aos participantes da cerimônia de abertura e dos painéis.



Representando o Ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, o Secretário de Política Agrícola do Mapa, Guilherme Campos, participou de toda a programação do evento.

“Ele é um grande parceiro da cafeicultura nacional”, destacou Silas Brasileiro.



MG promove workshop sobre ciência e tecnologia aplicada no compliance ao EUDR, com participação ativa do CNC



Nos dias 16 e 17 de junho, o CNC participou do “Workshop Técnico – Ferramentas de verificação, rastreabilidade e monitoramento na perspectiva do Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento”, promovido pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, em Belo Horizonte (MG). Representando a entidade, Argileu Martins, consultor técnico do CNC, integrou os debates ao lado de representantes dos setores público e privado, reforçando o protagonismo do Conselho em todas as etapas de construção de soluções para o atendimento às exigências europeias.

O encontro destacou a importância da ciência e da tecnologia aplicadas à rastreabilidade agropecuária e à geração de evidências de conformidade com o EUDR. Também reforçou a necessidade de defesa das bases públicas do Estado brasileiro, como CAR, SICAR e dados geoespaciais oficiais, fundamentais para atestar legalidade e ausência de desmatamento nos produtos exportados. Nesse contexto, o CNC reafirma seu papel estratégico na coordenação dos esforços do setor cafeeiro, articulando-se com cooperativas, entidades estaduais e órgãos públicos para garantir ao café brasileiro acesso ao mercado europeu com segurança jurídica, rastreabilidade e comprovação de sustentabilidade.

Silas Brasileiro, presidente do CNC, ressaltou o engajamento permanente da entidade no diálogo com o governo federal, estados e União Europeia, buscando soluções viáveis e compatíveis com a realidade dos produtores e cooperativas de café do Brasil. Para o CNC, é essencial que a rastreabilidade exigida pelo EUDR se baseie em plataformas seguras, públicas, de acesso confiável, que respeitem a legislação brasileira, sem impor sobrecarga burocrática ou econômica ao setor produtivo.

Por fim, foi apresentada a Plataforma Selo Verde-MG, financiada com recursos da própria Comissão Europeia, que será um instrumento importante no processo de verificação e validação dos critérios exigidos pelo EUDR. Para o CNC, essa ferramenta representa um passo relevante rumo à consolidação de um modelo de monitoramento confiável e baseado em ciência, capaz de apoiar a cafeicultura nacional em sua jornada de sustentabilidade e competitividade internacional.

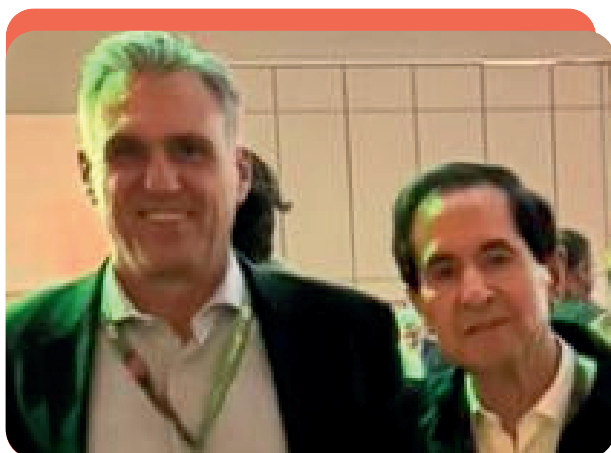
Sucesso e relevância da 10ª edição do Coffee Dinner & Summit, do Cecafé, são destacados pelo CNC

O Conselho Nacional do Café, representado por seu presidente, Silas Brasileiro, e pelas assessoras Márcia Chiarello e Luiza Kreimeier, participou da 10ª edição do Coffee Dinner & Summit, que está sendo realizado entre os dias 2 e 4 de julho, no Royal Palm Hall, em Campinas (SP). O evento, promovido pelo Cecafé, reafirma-se como um dos principais fóruns globais dedicados ao debate estratégico da cadeia cafeeira.

Com o tema “O futuro do fluxo do comércio: protagonismo e liderança dos Cafés do Brasil”, a edição deste ano está proporcionando importantes reflexões sobre os desafios e oportunidades que se impõem à cafeicultura diante de cenários econômicos, climáticos, socioambientais, regulatórios e logísticos. Na avaliação do presidente do CNC, Silas Brasileiro, a excelência na organização e a qualidade dos debates consolidam o Coffee Dinner & Summit como uma plataforma essencial para a construção coletiva de soluções que fortaleçam o papel do Brasil no abastecimento sustentável do mercado global.

“Temos de exaltar o trabalho realizado pelo presidente Márcio Ferreira, pelo diretor-geral Marcos Matos, pela secretária do Conselho Flávia Barbosa, pelo diretor técnico Eduardo Heron, pela diretora de sustentabilidade Sílvia Pizzol, pelos membros da diretoria, os associados e por toda a equipe do Cecafé. O evento está sendo um marco nacional e internacional, mostrando a pujança da cafeicultura brasileira”, elogiou o presidente do CNC.

Silas também destacou a importância da atuação conjunta no CDPC, especialmente por meio da iniciativa privada, como forma de garantir que políticas públicas estejam alinhadas às reais demandas do setor produtivo. “Eventos como este reforçam o valor da união e da articulação entre os diferentes elos da cadeia, promovendo o avanço da cafeicultura brasileira sob os pilares da inovação, sustentabilidade e responsabilidade social”, afirmou o presidente.



**Guilherme Campos e
Silas Brasileiro**



**Luiza Kreimeier (CNC), Aginaldo Lima
(ABIC), Vanusia Nogueira (OIC), Silas
Brasileiro e Márcia Chiarello (CNC)**

MonteCCer celebra 30 anos com evento que homenageia cooperados e reforça compromisso com o futuro do café

No sábado, 5 de julho, a Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado de Monte Carmelo — monteCCer — celebrou seus 30 anos de história em um evento que reuniu cooperados, familiares, sócio fundadores, parceiros comerciais e institucionais, além da imprensa regional. Fundada em 1995, a monteCCer nasceu da necessidade de padronizar e armazenar os cafés submetidos ao Prêmio Ernesto Illy.

Durante a comemoração, foi exibido o documentário “30 anos da monteCCer”, que emocionou o público ao revisitar momentos marcantes dessa jornada coletiva. A produção destacou histórias reais dos cooperados, com relatos que reforçam os valores de atitude, pioneirismo e união que sempre guiaram a cooperativa.

Com mais de 250 cooperados atualmente, a monteCCer segue sendo uma verdadeira extensão das fazendas dos seus cooperados, promovendo o desenvolvimento coletivo e a excelência na produção de café.

Em seu discurso, o presidente da monteCCer, Francisco Sérgio de Assis, agradeceu a todos que fizeram parte da trajetória da cooperativa. “É uma alegria imensa estarmos aqui celebrando 30 anos de história construída com muito trabalho, cooperação e confiança. Quero agradecer a cada cooperado, colaborador e parceiro que acreditou nesse sonho desde o início. Essa conquista é de todos nós. Seguimos juntos, com o mesmo compromisso e ainda mais motivação para os próximos anos”, destacou o presidente da monteCCer.

O prefeito de Monte Carmelo, Ricardo Ferreira, também participou do evento e ressaltou a importância da cooperativa para o desenvolvimento da cidade. “A monteCCer representa pra nós uma parceira, que desde o início confiou no crescimento da nossa cidade, da nossa região. Tudo aquilo que vocês depositaram aqui, estamos colhendo hoje. Além das parcerias, temos hoje projetos como o Café Produtor de Água e o Plantando o Futuro, através do Programa Socioambiental Viveiro de Atitude. Pra nós, prefeitura de Monte Carmelo, é um orgulho muito grande termos vocês fazendo parte do crescimento e do desenvolvimento da nossa querida Monte Carmelo”, finalizou.



Representando o setor nacional da cafeicultura, o presidente do Conselho Nacional do Café, Silas Brasileiro, destacou a trajetória histórica dos produtores que acreditaram na região. “Falar que nós não estamos emocionados não seria uma verdade. Essa história é linda, construída, aqui em Monte Carmelo, por aqueles que acreditaram na região. Quando se falou do cultivo de café na região, muitos duvidaram: esse pessoal está vindo do Paraná, de São Paulo, será o que está acontecendo, o que eles viram que nós aqui não conseguimos ver? Diferencial é o que eles realmente conseguiram enxergar”, completou.

Além da homenagem ao passado e à trajetória construída, o evento também reforçou o olhar para o futuro. Um dos momentos marcantes foi a entrada de uma muda de Ipê Amarelo, produzido pelo Programa Socioambiental Viveiro de Atitude e, conduzido até o palco por jovens cooperados e crianças. Este gesto simboliza a sucessão familiar no campo, um dos pilares estratégicos da cooperativa para os próximos anos.

A monteCCer tem investido em ações de formação, capacitação e incentivo aos jovens do campo, garantindo que os valores da cooperação, da sustentabilidade e da excelência no café sejam preservados e renovados pelas novas gerações.

Mais do que uma comemoração, o evento foi um marco de reconhecimento a todos que contribuíram para a construção dessa história — e também um convite para continuar construindo juntos os próximos capítulos.

“Os 30 anos da monteCCer não são só uma marca nessa jornada, são o começo de um novo capítulo que vamos impulsionar e construir juntos, com as novas gerações cada vez mais presentes e preparadas para liderar o futuro do café”, concluiu o presidente da cooperativa.



**Francisco Sérgio de Assis e Silas Brasileiro:
parceria de longa data**

Prêmio Café Brasil de Jornalismo recebe apoio da OCB

O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, recebeu o presidente do CNC, Silas Brasileiro, no dia 29 de julho, em Brasília. Na oportunidade, foi confirmado o apoio total da OCB à 4ª edição do Prêmio Café Brasil de Jornalismo, uma das mais importantes iniciativas de valorização da imprensa no setor agropecuário nacional.

Márcio Lopes, que também é membro da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e produtor de café, reforçou o compromisso do cooperativismo com a comunicação e a valorização da produção sustentável, destacando a força do setor cooperativo no Brasil, essencial para a organização e o fortalecimento da cafeicultura nacional.

Edição 2025 foca em sustentabilidade e amplia participação internacional

Para 2025, o Prêmio traz como foco central a sustentabilidade da produção cafeeira brasileira — social, ambiental e econômica, além do apoio das cooperativas em todo o processo produtivo até a comercialização. A proposta é destacar práticas sustentáveis a exemplo do “Programa Café Produtor de Água”, que focuem na preservação do solo, dos mananciais, das matas ciliares, da cafeicultura regenerativa e agroecológica, além de iniciativas sociais que garantem dignidade e renda aos pequenos produtores, que representam a maioria da base produtiva nacional. Dos 330 mil produtores, 78% são pequenos cafeicultores.

Outra novidade importante desta edição é a abrangência internacional. Jornalistas estrangeiros também poderão participar, desde que suas reportagens contem histórias de sustentabilidade relacionadas ao café brasileiro em seus países de origem.

**4º Prêmio de jornalismo
Cafés do Brasil**

Tema:
A qualidade e a sustentabilidade dos cafés do Brasil e a importância das cooperativas na produção

Ano Internacional das Cooperativas 2025
Cooperativas constroem um mundo melhor

Apoio: **SistemaOCB**
CNCOOP | OCB | SESCOOP

Arraste para baixo e saiba mais

QR code

CONCLUSÃO E RESULTADOS

Este é um breve relatório das ações realizadas no período de 1º de janeiro e 31 de julho de 2025, um ano significativo para o Conselho Nacional do Café, onde comemoramos nosso 44º aniversário.

Agradecemos sinceramente a todos pela disposição, presteza e apoio contínuos ao CNC e, especialmente, destacamos o papel fundamental da nossa liderança maior, a OCB, na figura do ilustre presidente Márcio Lopes de Freitas, que apoia as iniciativas que visam o fortalecimento do setor cafeeiro.

É fundamental considerar o mérito e a importância de nossas cooperativas associadas, que sustentam e viabilizam o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional do Café. Sem essa contribuição, não seria possível avançar em nossa missão de representar e fortalecer a cadeia produtiva.

Com os olhos voltados para o futuro, continuaremos enfrentando os desafios e percalços permanentes, buscando o entendimento e a construção de políticas para a defesa daqueles que estão no campo — homens e mulheres que, mesmo não reconhecendo a importância das lideranças, sabem que nossas cooperativas trabalham para protegê-los e gerar a renda que os mantém na atividade cotidiana.

Conselho Nacional do Café.



ASSOCIADOS



Conselho Nacional do Café



SOBRE O CNC

O Conselho Nacional do Café tem sua sede em **Brasília (DF)** e um escritório de representação na cidade de **São Paulo (SP)**.



SCN Qd. 01, Bloco C, nº 85, Ed.
Brasília Trade Center – Sala 1.101
Brasília (DF) – CEP: 70711-902



R. Treze de Maio, nº1558 – 6º andar
Bairro Bela vista
São Paulo (SP) - CEP: 01327-002



FALE CONOSCO

Contato: 61 3226-2269
Email: presidente@cncafe.com.br
agendasilasbrasileiro@hotmail.com
imprensa@cncafe.com.br

FIQUE POR DENTRO

Conecte-se ao CNC!
www.cncafe.com.br



@conselhonacionaldocafé



@cafecnc



@cncafe



FALE CONOSCO

(61) 3226-2269

SCN Qd. 01, Bl C, nº 85, Ed. Brasília Trade Center

... Sl. 1.101 - Brasília/DF

presidente@cncafe.com.br

Fique por dentro!

www.cncafe.com.br



@cnc40



@ConselhoNacionalDoCafe



@conselhonacionaldocafe



@cnc40



@cnc40